

REQUERIMENTO P COM PROCESSO

06 - 0003 / 2006

DE

2006

MATÉRIA LEGISLATIVA:

RPP

06 - 0003 / 2006

DE

08/03/2006

PROMOVENTE:

VEREADOR

ADILSON AMADEU

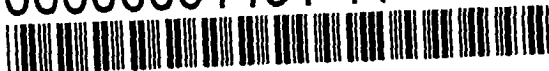
EMENTA:

REQUER A CONVOCAÇÃO DO SR. FREDERICO VICTOR MOREIRA
BUSSINGER, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES, A FIM DE
RESPONDER AOS QUESTIONAMENTOS REFERENTES A POSSÍVEL
PARALISAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO NO MUNI-
CÍPIO DE SÃO PAULO.

*** APROVADO EM 09/03/06 ***

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
7/10/2010 13:00:33

00000001431-11



ARQUIVADO EM 21/03/2006

Viviane FB

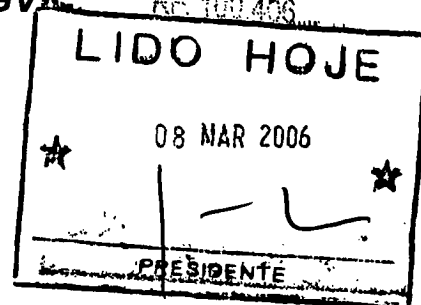
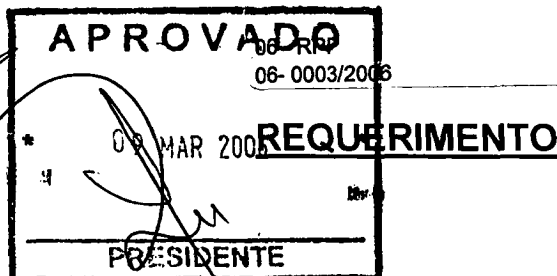
VIVIANE FERREIRA PÓ
Supervisora
SGP-33



Câmara Municipal de São Paulo

Vereador Adilson Amadeu – 46ºGV

Folha nº 01 do proc.
Adelina C...
Parlamentar
RE 100.406



Requeiro, na forma regimental, com fulcro nos artigos 381 e seguintes do R.I. a

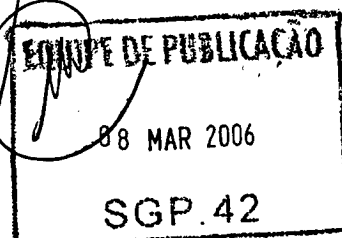
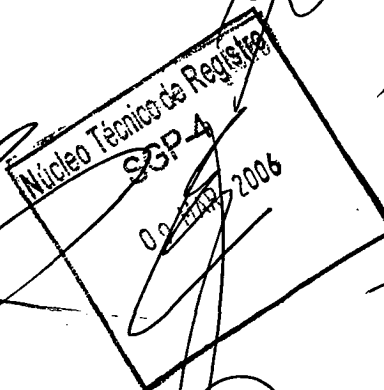
CONVOCAÇÃO do Senhor Secretário de Transportes Dr. Frederico Victor Moreira

Bussinger para comparecer nesta Edilidade, a fim de responder aos questionamentos referente a possível paralisação do Sistema de Transporte Público no município de São Paulo diante da denuncia de desequilíbrio contratual provocado pelo município contra os empresários do setor.

Tal medida se faz necessária para averiguar e esclarecer possíveis irregularidades, sendo a nossa função a fiscalização dos atos efetuados pelo executivo.

Sala das Sessões, 06 de março de 2006.

ADILSON AMADEU
VEREADOR



Emissão em: 09/03/06 - 16:36

À SGP-23

Em 10/03/06

RECEBIDO EM SGP-23

EM 10/03/06

AS 17:10

ANGELA BORDIN ANDREONI
Subsecretaria de Apoio Legislativo
SGP-2

Sr. Zuzi,

Providenciar ofício ao Executivo para convocação do
Secretário Municipal de Transportes.

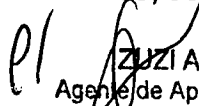
09/03/2006


Supervisor de Finalização do Proc. Legislativo - Subst.

Sr. Supervisor,

Providenciado, conforme solicitação de V. Sa.

09/03/2006


ZUZÍ ASSATO
Agente de Apoio Legislativo

SEGUE  , juntado  , nesta data
documento  • papel de informação
rubricado  , sob folha nº 03 e 04
Em 15/03/06


ORLAN ZOROCI MENDES
Agente de Apoio Legislativo



Câmara Municipal de São Paulo

São Paulo, 09 de março de 2006.

23 - OF-SGP23
23- 0440/2006

Senhor Prefeito,

Comunico a Vossa Excelência que, na Sessão Ordinária de 09 de março do corrente, o Plenário desta edilidade aprovou o Requerimento RPP nº 03/06, do Vereador Adilson Amadeu, convocando o Sr. Secretário Municipal de Transportes, Dr. Frederico Victor Moreira Bussinger para prestar esclarecimentos sobre a possível paralisação do Sistema de Transporte Público no Município de São Paulo.

Solicito, nos termos do § 2º do art. 381 do Regimento Interno, que sejam estabelecidos o dia e a hora para a oitiva do Sr. Secretário, observado o prazo estabelecido pelo art. 382 do mesmo diploma legal.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.


ROBERTO TRIPOLI
Presidente

Anexo: cópia xerográfica do RPP nº 03/06.

A Sua Excelência o Senhor
Doutor José Serra
Digníssimo Prefeito do Município de São Paulo.


MAL/za



fl. 4/
04
3
01
ORLANDO
Câmara Municipal de São Paulo

São Paulo, 09 de março de 2006.

Recebi ofício SGP-23 nº 440, de 09/03/2006, convocando o Sr. Secretário Municipal de Transportes, Sr. Frederico Victor Moreira Bussinger para prestar esclarecimentos sobre a possível paralisação do Sistema de Transporte Público do Município de São Paulo.

Anexo: cópia xerográfica do RPP nº 03/06.

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL
09/03/06
12:42



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL
GABINETE DO PREFEITO

15 - DOCREC
15- 0315/2006

São Paulo, 14 de março de 2006.

Ofício nº 05/06-PREF/GAB

Senhor Presidente

Com meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para acusar o recebimento do Ofício SGP23-0440/2006, e transmitir a Vossa Excelência as informações já prestadas pelo Senhor Secretário Municipal de Transportes via e-mail (cópia anexa), no sentido do comparecimento para *"prestar esclarecimentos sobre a possível paralisação no Sistema de Transporte Público no Município de São Paulo"* no dia 16 de março de 2006, às 13:00 horas. (cópia anexa).

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e consideração.


JOSÉ SERRA
Prefeito

Excelentíssimo Senhor
Doutor ROBERTO TRIPOLI
DD Presidente
Câmara Municipal de São Paulo
São Paulo-SP

MF/SRA



13:57 15/03/2006 000118 - Protocolo Legislativo - SGP.22

Assistente Parlamentar
RVA Indelski
NR 100.453

Segue(m) junta(d)e, nesta
data, documento(s) e folha
de informação rubricados sob
n.º 69207
Em 21/03 de 96



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

Assinatura	do proc.
3	de 206

Eva Fozoliski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:1 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Há número legal. Está aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Esta é a 62ª Sessão Extraordinária, da 14ª Legislatura, convocada para hoje, dia 16 de março de 2006.

Esta sessão extraordinária foi requerida para que possamos ouvir o Sr. Secretário Frederico Victor Moreira Bussinger. O requerimento foi aprovado em plenário. A convocação foi respondida pelo Sr. Secretário a quem peço que venha sentar-se à mesa.

Solicito que fiquem no plenário apenas os senhores assessores que portarem o crachá que permite tal permanência.

Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PL) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, gostaria de ser informado se os assessores podem ficar nas cadeiras entre os senhores vereadores ou devem, como estabelece o nosso regulamento formal, ou devem permanecer sentados nas cadeiras laterais.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Lembro que, como sempre, é uma sessão extraordinária - todos os Srs. Vereadores têm conhecimento - os assessores ficam no entorno. Os que têm credencial.

Tem a palavra o Vereador Dalton Silvano.



Câmara Municipal de São Paulo T A Q U I G R A F I A

Assistente Parlamentar
RE 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:2 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

O SR. DALTON SILVANO (PSDB) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, com todo o respeito ao Vereador Antonio Carlos Rodrigues gostaria de lembrar que a assessora Élcita está atuando na forma de comportamentos existentes ao longo dos anos na Casa. Lembro que por diversas vezes, durante quatro anos, assessores do PT, dentre essas cadeiras, ficavam chamando vereadores para virem votar. Trata-se de procedimento que vem de longe. Poderemos até voltar a discutir a matéria. É um procedimento normal e que vem sendo feito há muito tempo. Concordo que possamos voltar a discutir. Há um precedente, entretanto, que não regimental. É comportamental.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Tem a palavra o Vereador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PL) - (Pela ordem) - Não estou reclamando. A sessão não tinha começado. Estou falando após a sessão. Se o comportamento continuar vou mandar todos os assessores das outras bancadas também ficarem entre os Srs. Vereadores. Já que querem bagunçar vamos acompanhar a bagunça tucana.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Gostaria de saber se a Dra. Maria da Glória Vilaça Borin Galvão de Almeida, que representa o Ministério Público, se encontra entre nós. Se estiver presente gostaria que adentrasse e ficasse junto com a assessoria.



Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

Folhaº 8 do proc.
nº 3 de 2006
Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:3 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Combinamos, no colégio de líderes, que esta oitiva seria feita da seguinte forma: os Srs. Vereadores terão cinco minutos para fazer a pergunta. O Sr. Secretário terá até dez minutos para respondê-las. Conforme acordo dos Srs. Líderes os primeiros parlamentares a se pronunciarem serão os Srs. Vereadores da douta Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica da Casa. Em seguida abriremos a palavra para o presidente da Comissão de Constituição e Justiça. A seguir para o presidente da Comissão de Trânsito, Transportes e Atividade Econômica e na sequência os senhores líderes poderão se inscrever para se pronunciar.

Peço a atenção dos Srs. Vereadores para o requerimento 808 RDP que diz: "Sr. Presidente, considerando que a oitiva do Sr. Secretário dos Transportes deverá se prolongar até o início da sessão ordinária e, considerando também a importância dos esclarecimentos que ainda deverão ser prestados, requeremos com base no artigo 183, inciso II do Regimento Interno, seja tornada sem efeito a convocação da sessão ordinária prevista para a tarde de hoje, prosseguindo-se a sessão extraordinária em curso". Assinam 28 Srs. Vereadores. Assim, não teremos sessão ordinária e daremos sequência à extraordinária, conforme o Regimento da Casa.

Tem a palavra o Vereador Dalton Silvano.

O SR. DALTON SILVANO (PSDB) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, no meu entendimento esta é uma matéria que deve ser tratada na sessão ordinária com o voto dos Srs. Vereadores presentes. Entendo desta forma. Estamos em uma sessão extraordinária em que não consta a



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 9
nº 3 de 2006
Assessoria Parlamentar
RF 100.453

rod.:01 fl.:4 taq. rev.: evento: 062-SE data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

deliberação da matéria. No meu entendimento quando for 15 horas esta sessão poderia ser suspensa e, com os Srs. Vereadores presentes deliberaríamos sobre a sessão extraordinária já convocada por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Já citei os artigos do Regimento Interno e, com 28 assinaturas o requerimento é aprovado. Faço tal informe para que os Srs. Vereadores tenham paciência pois teremos muito tempo para fazer perguntas e ouvir respostas. A sessão extraordinária iria até as 15 horas. Não poderíamos suspender a extraordinária e abrir e encerrar a ordinária. Isso não tem como. Então, dentro da forma regimental, consultada a douta Comissão de Constituição e Justiça e a assessoria da presidência foi feito. Se houver alguma dúvida estarei à disposição para responder a V.Exa. Está conforme o Regimento e, como V.Exa. sabe, esta presidência sempre se ateve ao Regimento. Não colocaria nada que estivesse fora do Regimento.

Peço a paciência de todos. Estamos aqui para sermos informados, para ajudarmos a Cidade. Sobre o clima que estão querendo criar eu gostaria de lembrar que o Secretário já esteve várias vezes aqui, já se pronunciou, tem conhecimento de causa, conhece a matéria, está disposto a informar o que sabe e os Srs. Vereadores que tem conhecimento de causa ... (Denise)

E os Srs. Vereadores têm conhecimento de causa e farão as perguntas necessárias cumprindo o papel de fiscal do Poder Executivo.

Volto a dizer que teremos cinco minutos para o parlamentar fazer a pergunta e até dez minutos para o Sr. Secretário responder, e



Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

16
nº 3 / 2006
Eva Padoa-Schioppa
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:5 taq. rev.: evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

na ordem que coloquei conforme reunião de líderes com o Líder do Governo, Líder do PSDB, Líder da Oposição e todos os partidos presentes.

Ficaremos da seguinte forma: o primeiro a se pronunciar é o Vereador Adilson Amadeu; em seguida, o Vice-Presidente da Comissão de Transportes; os membros da Comissão de Transportes; depois daremos a palavra ao Vereador Antonio Carlos Rodrigues, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento; Vereador João Antônio, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça; todos os líderes de bancadas; e enfim abriremos aos liderados.

O primeiro parlamentar a se pronunciar é o nobre Vereador Adilson Amadeu, Presidente da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica.

O SR. ADILSON AMADEU (PTB) - Sr. Presidente, Sr. Secretário Frederico Bussinger; colegas Vereadores e Vereadoras; assistentes; platéia, imprensa, logicamente queria fazer rapidamente só um comentário. Eu, Vereador e Presidente da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, no intuito de ver uma cidade melhor, um município melhor e um transporte melhor, quis acompanhar as reuniões que possivelmente estariam acontecendo com os concessionários, permissionários e sindicatos de motoristas e cobradores. E foi negado que esta Comissão participasse das reuniões.

Quero deixar registrado que o Prefeito José Serra gosta de transparência, assim como eu gosto, como todos gostam. Aliás, nesta



Folha nº 3 de 106
Eva Pócs
Assistente Parlamentar
RP 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:6 taq.

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

Casa a transparência é 100%. Quero deixar colocado que o sistema de transporte, pelo que tenho estudado e pelo que conheço nos meus 35 anos no sistema analisando, é uma grande caixa-preta. E logicamente o Prefeito José Serra precisa colocar a caneta e abrir a famosa e idolatrada conta-sistema. Isso precisa ficar registrado para que aconteça o mais rápido possível, com o acompanhamento de todos, Ministério Público, permissionários, concessionários. Enfim, isso precisa acontecer.

Eu também não sabia que tinha tanto poder, Sr. Secretário. Veja, dia 10, mandei um ofício querendo saber do Presidente da São Paulo Transportes que me informasse a respeito do Sr. Carlos Alberto Tavares Carmona, a pessoa que nós sabemos e que também o Presidente colocou aqui como pessoa indispensável, que presta relevantes serviços técnicos administrativos. E ontem, o Sr. Hoffman exonerou o Sr. Carmona, é a coisa do quando procura, acha. Eu procurei, achei e o Presidente da São Paulo Transportes exonerou o Sr. Carmona, que ficava normalmente trabalhando na rua Formosa, por ali, e coisa parecida.

Vou começar a fazer as perguntas ao Secretário Bussinger, tenho uma cópia que vou oferecer para que possa acompanhar. Eu gostaria de saber do Secretário: o senhor pagou os atrasos praticados pela administração anterior relativos à renumeração de área dos operadores? Por que também não pagou a gratuidade referente a dezembro de 2004? A essência não é a mesma? A gratuidade e o serviço da operação não constituem em serviços efetivamente prestados da mesma forma?



Câmara Municipal de São Paulo T A Q U I G R A F I A

Folhaº 12 do proc
nº 3 de 2006
Eva P. de
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO – SGP-4

rod.:01 fl.:7 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Secretário, está prestando atenção? Permita-me, porque os senhores estão conversando e eu esperaria os senhores conversarem para poder falar. Desculpem-me, mas eu vou dar cópia ao senhor, que tem muita habilidade e técnica e vai responder.

Por que a verba destinada ao pagamento da gratuidade dos concessionários foi reduzida em 11 milhões em janeiro e fevereiro de 2005? Por que a verba destinada ao pagamento dos permissionários foi aumentada em 13 milhões em janeiro e fevereiro de 2005? Por que não foi dado o mesmo tratamento aos dois subsistemas, concessionários e permissionários? Em março de 2005, Sr. Secretário, o senhor determinou o fim da fase de transição dos contratos, todo cenário previsto no edital já havia sido implantado? Estou levando as perguntas ao senhor, talvez não tenha prestado atenção.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Muito bem, encerraram as perguntas do Presidente da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, passaremos às palavras do Sr. Secretário Frederico Bussinger.

O SR. FREDERICO BUSSINGER -Márcia

O SR. FREDERICO VICTOR MOREIRA BUSSINGER - Sr. Presidente, Srs. Vereadores, consulto se é possível que a Bíblia que está aberta permaneça aqui à frente.



Câmara Municipal de
São Paulo
TAQUIGRAFIA

Folha nº 3 de 13
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:8 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Regimentalmente, ela está aqui, e está sempre de olho em todos nós.

O SR. FREDERICO VICTOR MOREIRA BUSSINGER - Eu passarei a responder às perguntas do Vereador Adilson Amadeu. Antes, porém, Sr. Presidente, gostaria de ler o motivo da convocação pela qual aqui estou.

O requerimento que foi apresentado no dia 6 de março de 2006, assinado pelo Vereador Adilson Amadeu, coloca como objeto da minha presença aqui: "a fim de responder aos questionamentos referentes à possível paralisação do Sistema de Transporte do Município de São Paulo, diante da denúncia de desequilíbrio contratual provocado pelo Município contra os empresários do setor".

Leio mais uma vez, para permitir àqueles que conversam poderem entender.

- Inicia a leitura pela segunda vez.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PL) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FREDERICO VICTOR MOREIRA BUSSINGER - Pergunto, Sr. Presidente, se as perguntas devem estar restritas ao objeto ou qual é o escopo possível das perguntas.



Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

Folha° 14 de proc
n° 3 de 206
Eva. Rodol. Sr.
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:9 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Quero lembrar ao Sr. Secretário que a transparência do Governo José Serra é conhecida por todos. Quer dizer, o que o parlamentar perguntar, acho que V.Exa. teria que responder, independentemente do que está escrito. Isto aqui não é uma CPI.

Tem a palavra, pela ordem, nobre Vereador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PL) - (Pela ordem) - O nobre Secretário está menosprezando a Câmara. Nós votamos esse requerimento; ele não precisa lê-lo para nós. Nós votamos e sabemos o que votamos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - A Presidência já informou e eu aguardo a resposta do Sr. Secretário, nos 10 minutos que o senhor tem para responder ao Vereador.

O SR. FREDERICO VICTOR MOREIRA BUSSINGER - Dentro dos 10 minutos, eu responderei. Gostaria apenas de registrar que já havia sido anteriormente acertado, através da Liderança do Vereador Gilson Barreto, para aqui estar a convite. E antes disso, inclusive, numa reunião com os Vereadores, da qual participou também o Vereador Adilson Amadeu, eu já havia me disposto a aqui comparecer.

Portanto, eu já havia me disposto a comparecer; convidado, aceitei de plano com o que foi acertado com o Vereador e Líder Gilson Barreto, e posteriormente houve a convocação. Para mim, de uma forma



Câmara Municipal de
São Paulo
TAQUIGRAFIA

15
nº 3 06
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:10 taq.

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

ou de outra faz pouca diferença, porque tenho um respeito grande pelo Parlamento, na medida em que sou um defensor da democracia há tempos; isso para mim corre nas veias. Portanto, aqui estou, e não houve nenhum Secretário que mais nesta Casa esteve, sob qualquer motivo.

Portanto, com convocação, convite, qualquer outra forma, eu estive e estou à disposição. Apenas registrei, inclusive aos Vereadores, que estranhei a motivação que foi dada para transformar o convite em convocação. Não houve fax enviado à Secretaria; não houve telefonema da assessoria. Portanto, esses argumentos não precisariam ter sido invocados porque eu já estava disposto, nesta data e horário, a aqui estar presente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Permita-me, Secretário, antes de V.Exa. prosseguir, quero lembrar que não compete a V.Exa. discutir a convocação. Estou aqui há vinte anos como parlamentar e não me lembro de um secretário ser convocado. Foi votado, praticamente por unanimidade. Então, todos já sabem. Acho que o senhor não deveria entrar nisso. Cabe ao Parlamento convocar ou não, cabem ao Parlamento as suas ações. Então, eu não queria discutir aqui a questão do Parlamento e do Poder Executivo. V.Exa. foi convocado para responder a algumas perguntas. Conhecimento de causa, V.Exa. tem. O microfone está à disposição para as respostas. A questão da convocação e convite não é para ser discutida. Já foi convocado, já foi votado, já foi aprovado, V.Exa. está aqui e o nosso tempo está correndo.



Folha nº 3 16 06
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:11 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

O SR. DALTON SILVANO (PSDB) - Pela ordem, Sr. Presidente.

V.Exa. deu "pela ordem" ao Vereador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Com a palavra o Sr. Secretário.

O SR. FREDERICO VICTOR MOREIRA BUSSINGER - A primeira pergunta do Vereador - na verdade, não exatamente uma pergunta, mas uma colocação que requer comentário - é de que a conta-sistema é uma caixa preta. Evidentemente, é possível a cada um fazer o seu juízo de valor. O que eu quero dizer é que a conta-sistema - que, na verdade, é um nome que é utilizado, visto que isso não é uma formalidade - é a administração, o gerenciamento das contas das receitas e despesas, das fontes e usos do sistema de transporte; isso é chamado de conta-sistema.

Essa chamada conta-sistema, eu diria, diferentemente de uma caixa preta, talvez a melhor figura para ela seja a de uma caixa d'água. Essa é a forma em que ela é apresentada, porque existem as entradas, o abastecimento e as saídas - analogicamente, é evidente, estou falando.

Do ponto de vista das entradas, nós temos as receitas tarifárias, as receitas extra-tarifárias e as compensações tarifárias - gratuidades, subsídios. E temos, como usos ou despesas, as remunerações dos operadores, sejam eles os concessionários, sejam os



Câmara Municipal de São Paulo T A Q U I G R A F I A

Folha°	17	do	pro
n°	3	n°	de 2006
Eva Goudiski Assistente Parlamentar RF 100.453			

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:12 taq. rev.: evento: 062-SE data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton
permissionários; a operação dos terminais, a comercialização do
Bilhete Único, a fiscalização e o gerenciamento.

Ou seja, esse gerenciar de usos e fontes, despesa e receita é o que se chama de conta-sistema. E quando digo que ela não é uma caixa preta, é que seus dados estão disponíveis, não só à Câmara dos Vereadores, mas à população em geral, pela Internet. Portanto, a caracterização como caixa preta não me parece própria.

Mas, na verdade, como existem diversas dúvidas...VALÉRIA
PINHEIRO

Mas, na verdade, como existem diferentes dúvidas sobre essa chamada caixa-preta da conta-sistema, nós aprovamos no ano passado, no Conselho de Administração, uma auditoria sobre a conta-sistema, passando a ter, ela, uma auditoria em separado da SPTrans. Menciono a SPTrans, porque, pela lei que esta Casa aprovou, enquanto não criada a empresa financeira para gerir as contas do sistema, compete à SPTrans fazê-lo - está nas disposições transitórias da lei aprovada por esta Câmara. E assim está a SPTrans fazendo.

Até o ano passado, as contas eram contas que tinham muitas superposições, e a auditoria era uma auditoria única. Para evitar qualquer dúvida, nós já aprovamos, no ano passado, no Conselho de Administração da SPTrans, uma separação dessa auditoria. Por esse motivo, agora foi colocado o edital de licitação, que abre agora,



Folha nº 18 de 2006
nº 3 de 2006
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:13 taq.

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

parece-me, dia 18 de abril, uma auditoria na conta-sistema. E, a partir daí, ela será feita anualmente.

Em relação ao Carlos Alberto Carmona, quero dizer que a saída dele da diretoria não foi ato do Presidente Hoffmann. Isso foi alguma coisa aprovada pelo Conselho de Administração - que eu, como Secretário, presido -, a pedido do Sr. Carmona. E isso aconteceu uma vez liquidada - ele estava afastado também a pedido -, uma vez concluída de um lado a sindicância administrativa e concluído, de outro, o inquérito policial, sendo que em ambos os casos ele não está presente, ou seja, ele está inocentado. Então, foi ato dele, pedido dele. Uma vez esclarecidos os fatos, ele pediu e nós aquiescemos, mesmo porque ele segue na Secretaria dos Transportes como assessor. Acho que o Vereador foi feliz: na verdade, ele é um técnico capaz, um homem com espírito público, acima de qualquer suspeita, e quem diz isso sou eu, que convivo com ele há mais ou menos 30 anos. Eu o conheço de diversos locais de trabalho, trabalhamos juntos em muitas ocasiões. Portanto eu o acompanho, e seria uma surpresa muito grande se houvesse, desse ponto de vista, algum deslize. Acho que a Administração está muito bem servida - esta, a anterior e tantas quantas em que trabalhou -, e esse é o motivo dessa modificação feita, que, insisto, não foi da Presidência da SPTrans.

Sobre a questão do pagamento de atrasos, mencionado pelo Vereador, acho que cabe, sim, um esclarecimento, apesar de já tê-lo dado em mais de uma oportunidade. Quando a gestão anterior, Marta-Tatto, transmitiu à atual gestão, havia, em aberto, duas pendências:



Câmara Municipal de
São Paulo
T A Q U I G R A F I A

Folha° 17 do pro
n° 3 de 206
Eva Padoiscki
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:14 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

um débito de cerca de 17 milhões de reais e um de cerca de 32 milhões de reais - ambos a serem pagos atualizados com os empresários. Distingo esses dois débitos - apesar de ser possível somá-los, o que daria quase 50 milhões de reais -, porque eles têm origens distintas e destinações também distintas. Lembro, e já expliquei nesta Casa, que foi implantado...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - (Fazendo soar a campainha) - O senhor tem 30 segundos para concluir. Depois, o senhor terá mais 10 minutos, o senhor pode até voltar a essas respostas. Quer dizer, conforme o combinado com as lideranças, 5 minutos de pergunta de 10 minutos de resposta.

O SR. FREDERICO BUSSINGER - Então, dou por concluído. Se a questão voltar, explicarei depois.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Passamos a ouvir o Sr. Vice-Presidente da Comissão de Trânsito e Transporte, Vereador Aurélio Miguel, que poderá fazer uso da tribuna. (Pausa) Fica à escolha do nobre Vereador. Na sessão, todos os Vereadores pronunciam-se da tribuna.

O SR. AURÉLIO MIGUEL (PL) - Vou falar daqui mesmo, do microfone de apartes. O Secretário estava concluindo a respostas às



**Câmara Municipal de
São Paulo
TAQUIGRAFIA**

Folha° 20
n° 3 de 206
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:15 taq. rev.: evento: 062-SE data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton
perguntas do Vereador Adilson Amadeu. Se não me engano, ele tem 10 minutos e mais 10 minutos. É isso? (Pausa) Só 10 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Somente 5 minutos para pergunta e 10 minutos para resposta.

O SR. AURÉLIO MIGUEL (PL) - Neste momento, abro mão, pois quero que ele conclua o que estava dizendo, pois ele falava da conta-sistema. Para a gestão da conta-sistema, se não me engano, conforme lei aprovada pela Câmara Municipal, tem de haver participação da SPTrans; do concessionário e do permissionário. É assim que acontece na Secretaria?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Permita-me Vereador: V.Exa. tem de usar os 5 minutos para pergunta e o Secretário, os 10 minutos para resposta. Se ele começar a responder, ele terá os 10 minutos.

O SR. AURÉLIO MIGUEL (PL) - Mas é referente ao assunto anterior.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Pergunto: V.Exa. pára por aqui? É a única pergunta que V.Exa. vai fazer?

O SR. AURÉLIO MIGUEL (PL) - Eu paro e o Secretário conclui.



Folha° 21
n° 3 06
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:16 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Então, o Vereador Aurélio Miguel perde os 4 minutos que teria para poder perguntar. É o que entendo. V.Exa. poderia fazer suas perguntas e o Secretário responder.

O SR. AURÉLIO MIGUEL (PL) - É que ele não concluiu a resposta anterior.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Isso foi acordado em Colégio de Líderes. Se V.Exa. quiser, tem 5 minutos para perguntar e o Secretário, 10 minutos para responder. Se V.Exa. quiser abrir mão das suas perguntas...

O SR. AURÉLIO MIGUEL (PL) - Vou fazer a primeira pergunta então, sobre a questão da conta-sistema. Eu gostaria que o Secretário explicasse a questão da conta-sistema. Os valores remunerados hoje praticados guardam alguma relação com aqueles propostos pelos concessionários na licitação? Os concessionários concordam com a regra implantada pela Secretaria?

Sobre a conta-sistema. Eu gostaria que o Secretário esclarecesse mais, porque ele omitiu dados. Na conta-sistema tem de haver participação do concessionário e do permissionário. Eu gostaria que o Secretário falasse quem são os representantes, na conta-sistema, dos permissionários e dos concessionários.



Folha nº 3 de 06
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:17 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - V.Exa. abre mão do resto do tempo de V.Exa.?

O SR. AURÉLIO MIGUEL (PL) - Isso. Para nós ganharmos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Pois não. Tem a palavra o Sr. Secretário.

O SR. FREDERICO BUSSINGER - A questão dos valores... segue Dalva

O SR. FREDERICO VICTOR BUSSINGER - A questão dos valores que são hoje praticados, se guardam com relação com aqueles que foram licitados, diria que sim. E a resposta a essa pergunta requer vários outros esclarecimentos. Digo que sim, porque na verdade temos um valor que está aí fixado. Este valor, ele é um valor que toma como referência a origem das remunerações lá licitadas e ele é atualizado até os dias de hoje, quando digo dia de hoje, estou falando de março do ano passado, porque em relação a este março, como todos sabem, ainda há a discussão, portanto estou me referindo a março do ano passado. E ele é um valor revisado considerando as enormes diferenças que existem entre a rede e os serviços que foram prestados. Na verdade esse foi o procedimento adotado em março.

Quero lembrar, no entanto, que em julho de 2003, quando os contratos foram assinados, o valor que foi fixado, melhor dizendo, a forma de remuneração, porque não havia valor fixado, isso estou



Câmara Municipal de
São Paulo
TAQUIGRAFIA

Folhaº	23	de	06
nº	3		
Assistente de Contar RF 100.453			

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:18 taq. rev.: evento: 062-SE data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

falando de julho de 2003, da gestão Marta/Tatto, ai sim é que foi fixado uma regra de remuneração que não tinha nada a ver com o que foi licitado. Portanto havia uma licitação que foi lá no primeiro semestre, quando em julho foi assinado o contrato, a regra era totalmente diferente, ou seja, a regra licitada era uma remuneração por passageiro transportado - entendo que a pergunta do vereador se refere a esses valores que estavam lá definidos - só que a regra de remuneração em julho não era essa. Era uma partilha de receitas. Portanto não havia um valor por passageiro determinado. Portanto não havia sequer referência. E os empresários assinaram esse contrato. Portanto, se há discordância em relação a regra de remuneração é uma discussão que deveria ter surgido lá. Esse contrato foi assinado com uma regra absolutamente distinta daquela que foi licitada. Quando em março de 2005, nós fizemos a mudança da sistemática para o passageiro transportado, tivemos que nos recorrer ao valor licitado e fazer essa atualização temporal usando a chamada cesta de índice e posteriormente fazer ajustes para se adequar a rede, bastante diferente da rede que foi licitada e programada e aos serviços que vinham sendo prestados. A resposta ao Vereador é sim, considerando essas alterações.

Aproveito, inclusive, para complementar a resposta anterior do Vereador, até para poupar tempo para as novas perguntas, dizendo o seguinte: essa é a razão de porque foi liquidado os 32 milhões que haviam sido deixados pela administração anterior, as chamadas diárias, ou seja, um atraso de cerca de 20 dias, portanto quando assumimos os pagamentos estavam lá, em torno do dia 10 de dezembro, portanto houve



Folha 24 de 24
nº 3 06
Estatuto da Câmara Municipal
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:19 taq. rev.: evento: 062-SE data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

um atraso, que progressivamente foi se caracterizando em outubro, novembro, dezembro de 2004. Esse é um recurso que saiu da conta sistema. Os outros 17 milhões eram recursos da gratuidade do orçamento aprovado por essa Casa. E qual é a diferença? São fontes distintas, são origens distintas e, portanto o gerenciamento teve de ser distinto.

Isso quando eu falei da pizza, na verdade tínhamos duas pizzas: uma grande e um brotinho. A grande era as receitas tarifárias, que eram repartidas entre as empresas e isso nos honramos. A pizza brotinho vinha do orçamento do Tesouro da Prefeitura. O que aconteceu? Os valores dos 17 milhões, eles chegaram a serem empenhados na execução de 2004, porém os últimos dias do ano - imagino que esse seja um fato do total conhecimento desta Casa, que é muito diligente no acompanhamento do orçamento - saiba que esses recursos foram redestinados para uma outra Secretaria. Para a Secretaria de Saúde. O que aconteceu? A Secretaria dos Transportes não teve os recursos e nem tinha abertura orçamentária. Porque o que havia em 2004, ele foi destinado para uma outra secretaria e no orçamento de 2005, não havia previsão. Portanto, não havia previsão no orçamento e não havia dinheiro - todos sabem como o Sr. Prefeito José Serra, quando assumiu, como estavam os cofres - e a esses 17 milhões foi dado o tratamento dos diversos outros fornecedores da Prefeitura do Município de São Paulo que se viram nessa mesma situação irresponsável em que foi deixada as contas da Prefeitura.



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:20 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

O que é isso? Foi baixado um decreto logo nos primeiros dias de governo, dando um tratamento a esses débitos de 2004, que passavam pelo orçamento e pelo Tesouro. E ai foi parcelado e é essa a situação da diferença. Ou seja, a pizza grande ela foi regularizada nos quatro primeiros meses, e a pizza brotinho, como dependia do Tesouro, na verdade não pode ser regularizada dessa forma.

E a última questão que o Vereador pergunta sobre o representante na conta sistema. Diria, não há representante na conta sistema nem dos empresários, nem dos permissionários e nem da administração. Não há representação na conta sistema. Quero entender que a pergunta se deva a representação na gestão da conta sistema. Digo que nem isso existe. Na verdade, o que a lei prevê, é que na empresa que vier a ser criada há representação dos empresários. Isso reza a lei. Essa empresa não existe hoje. E o que se diz, e essa Casa aprovou nas disposições transitórias, acho que é o Art. 41, 43, não me lembro bem, diz que enquanto a empresa não for criada, que certamente tem a representação dos empresários, é a SPTrans que faz a gestão. E isso é o que está acontecendo nos dias de hoje.

-Assume a presidência... ane

- Assume a presidência o Sr. Dalton Silvano.

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano - PSDB) - Tem a palavra o nobre Vereador Adolfo Quintas. (Pausa) S.Exa. desiste. Tem a palavra o nobre Vereador Arselino Tatto.



Folha nº 3 de 06
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:21 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sr. Secretário, obrigado por sua presença nesta Casa. Antes de formular as perguntas a que tenho direito nestes cinco minutos, eu gostaria de falar algo. O transporte, na cidade de São Paulo, sempre foi problemático. Desde as gestões de Maluf e Pitta, até meados da gestão Marta Suplicy, a Secretaria de Transportes vinha sendo avaliada como a pior secretaria. Era um verdadeiro caos, com greves encomendadas, fabricadas, greves combinadas e uma série de problemas divulgados constantemente pela Imprensa.

Foi feito um trabalho de recuperação da Secretaria de Transportes, com o qual V.Exa., como consultor, senão me engano, daquela pasta, colaborou durante muito tempo - e lá continua. Ao final da gestão de Marta Suplicy, a Secretaria de Transportes foi avaliada como a melhor secretaria. Houve investimentos na construção de corredores exclusivos, priorizando o transporte coletivo, já que o Governo do Estado não investe como deveria no metrô, um transporte de boa qualidade. Então, coube à Prefeitura fazer investimentos maciços, junto com o BNDES, para a construção de corredores, terminais. Depois de muita luta, inclusive com quebra-quebra no Anhembi e na Assembléia Legislativa, foi possível fazer a licitação e aprovar aqui nesta Casa essas mudanças importantes no transporte da cidade de São Paulo.

Ao final da gestão de Marta Suplicy, em dezembro de 2004, a Secretaria de Transportes foi a secretaria melhor avaliada, com mais de 80% de aprovação, ganhando inclusive da Secretaria de Educação, que



Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

Folha° 27
n° 3 de 2006
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:22 taq.

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

sempre havia sido considerada a melhor secretaria, nos vários governos que se sucederam na cidade de São Paulo.

Isto é fato. Isto é realidade. Houve investimento. Abriu-se a possibilidade de os chamados perueiros trabalharem na cidade de São Paulo, porque são trabalhadores, são chefes de família e tinham de ser tratados com respeito. Esse respeito lhes foi dado.

Pois bem. A finalidade da vinda de V.Sa. aqui hoje a mim me parece ser em virtude da piora do transporte coletivo na cidade de São Paulo. Mas não é o Vereador Arselino Tatto, do PT, e os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo que dizem. Quem diz isso é a Imprensa, são pesquisas que vieram à tona nos últimos dias. Desde 1992, o transporte na Cidade não havia piorado tanto quanto agora. Essa é a questão. Terminal Varginha, Terminal de Parelheiros, Grajaú: aquilo é um verdadeiro inferno, de manhã e à noite.

É importante se preocupar com a região central - e V.Sa. sempre fala que na Av. Rebouças existem muitos veículos circulando, mesmo em horários que não são de pico. Mas e lá no fundão de Guaianases? Do Campo Limpo? De M'Boi Mirim? De Ermelino Matarazzo? De Perus? Pirituba? A situação é precária, é caótica.

Então, pergunto: o que a Administração José Serra-Frederico Bussinger fez até agora para manter o bom nível do transporte? E por que não fez para manter esse bom nível? A que o Sr. Secretário atribui a queda na qualidade do serviço de transporte coletivo na Capital no primeiro ano de bilhete único administrado pelo Governo Serra-Bussinger? Qual a razão de termos hoje um custo mais alto do sistema,



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha° 28
n° 3
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:23 taq.

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

chegando a um índice recorde? De termos, segundo estudos da SPTrans, os ônibus mais lotados desde 1992? Está na Imprensa. Não acredito que os jornais de grande circulação da Cidade estejam mentindo em relação a isso. V.Sa. vai retirar de circulação 1.500 perueiros? Que providências estão sendo tomadas para se assegurar a renovação da frota e se evitar a retenção de ônibus nas garagens das empresas?

V.Sa. falou da irresponsabilidade da gestão Marta em relação às finanças da Cidade. A gestão Marta foi aprovada pelo Tribunal de Contas do Município. A auditoria que V.Sa. está instalando, fazendo licitação, quanto vai custar? O senhor não acredita no Tribunal de Contas do Município de São Paulo? O senhor põe em dúvida a lisura dos cinco Conselheiros? Por que o Tribunal de Contas do Município não pode fazer auditoria? Ou será que teremos mais de um milhão em despesa extra, ou quase um milhão, quantia que o instituto Idelt recebeu para fazer um trabalho que - parece - revogaram ontem?

Muito obrigado, Sr. Secretário.

- Assume a presidência o Sr. Roberto Tripoli.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Tem a palavra o Sr. Secretário.

O SR. SECRETÁRIO - As perguntas... (Marcelo)

O SR. FREDERICO BUSSINGER - As perguntas do nobre Vereador Arselino Tatto são extensas e realmente o tempo é exíguo. Tentarei ser



Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

Folhaº	29
nº	3
Assistente Parlamentar	
RF 100.453	

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:24 taq.

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

o mais objetivo e o mais sucinto possível. Mas não é possível iniciar a resposta pontual sem antes constatar, eu diria, a contradição estrutural da colocação antes da pergunta, porque ao mesmo tempo em que enaltece o trabalho e a situação do transporte no final da gestão Marta-Tatto, acusa o sistema de estar hoje numa situação ruim, como apontou e deu alguns exemplos, isso um ano depois. Acho que precisamos ter isso como pano de fundo porque a pergunta que teria que ser respondida é o que aconteceu de um para o outro, ou se está super avaliando o que lá aconteceu ou se está sub avaliando a situação atual. Mas, de qualquer maneira, é muito importante ver a relação causal desses dois momentos. Acho que aí precisaríamos pontuar para entendermos esses dois momentos.

Quero, antes de falar sobre isso, registrar que desconheço uma avaliação da Secretaria de Transportes. Eu acho que o nobre Vereador estava se referindo na verdade a uma avaliação do transporte, o que é um pouco diferente.

Mas eu posso dizer que nesse período a rede teve pequenas alterações, as alterações foram pontuais e sempre no sentido de racionalização, mas eu diria que a rede, a extensão, as linhas são praticamente iguais, as frotas que estão rodando são praticamente iguais em termos numéricos, mas tenho que registrar que em termos de capacidade e oferta elas cresceram na medida em que uma parte da renovação feita, particularmente nas permissões, foram por veículos maiores, ou seja, as velhas kombis, as velhas peruas foram substituídas por micro e mini ônibus, portanto, a oferta à cidade



Câmara Municipal de
São Paulo
T A Q U I G R A F I A

Fol. 30 de 06
nº 3
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:25 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

cresceu, apesar da frota ser praticamente igual. E a pergunta então que cabe é a seguinte: se na verdade a frota está aí, as linhas estão aí e os serviços são os mesmos, porque passado apenas um ano nós temos essa visão bastante diferente.

Eu diria que a explicação é irônica e contraditoriamente a seguinte, é que o sistema se tornou mais útil para a população e eu quero dizer o que aconteceu. Na verdade isto está apresentado na pesquisa, e são os dados básicos que o Vereador se refere à avaliação e ao índice de aprovação, da ANTP. O que a pesquisa da ANTP mostra, e vale uma observação nesse ponto, é que quando ela foi feita lá no ano de 2004 foi feita em meio ao período eleitoral, após um ano de propaganda maciça da gestão Marta sobre os transportes e o transporte tinha sido eleito um dos temas centrais dos debates. Portanto, essa pesquisa foi feita bastante influenciada pela propaganda que havia sido feito, e nesta gestão não fazemos nenhuma, e pelo debate eleitoral acirrado de 2004. Ao contrário, a pesquisa deste ano foi feita em meio àquela crise que tivemos no último trimestre do ano, onde ocorreu efetivamente uma redução da frota localizada, depois a crise dos bi-articulados, portanto, um período de distúrbios. Então eu diria que da mesma forma que a avaliação de 2004 deve estar inflada a maior, a de 2005 está inflada a menor. Eu tiver oportunidade de fazer essa pergunta aos técnicos do instituto que fizeram a pesquisa para a ANTP e eles me responderam afirmativamente que isso deve ter influenciado, fiz isso diante de mais de 200 pessoas, no dia da apresentação, inclusive com a presença da imprensa.



Folha nº 81
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:26 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Mas deixando esta questão de lado é importante entendermos que se a rede, os serviços e a frota são quantitativamente igual e a oferta até um pouco maior, efetivamente os ônibus estão mais cheios. A matéria a que o nobre Vereador se refere tem muitas distorções, mas tivemos oportunidade de esclarecer. Mas deixando isso de lado é constatável que ele está mais cheio, ou seja, muita gente que estava andando a pé hoje anda de ônibus apertado e essa é uma questão que precisa ser corrigida sim. Então isso aconteceu porque o sistema se tornou mais útil para a população e é um resultado de um benefício criado com a implantação da nova forma de bilhetagem do Bilhete Único. Então eu diria que o número de passageiros que cresceu, passageiros registrados, foi de quase um bilhão, repito, um bilhão, que é quase a população de Índia, um bilhão de passageiros de um ano para o outro causou a super lotação que aí está. A oferta não cresceu no mesmo ritmo. Então eu diria que hoje o sistema está transportando mais, o sistema está mais útil para a população com esses desconfortos que, insisto, precisam ser corrigidos.

Então, eu diria que ao contrário do que o nobre Vereador Arselino Tatto quer aqui trazer, na verdade o germe dessas dificuldades foi lançado na forma açodada, sem planejamento, sem quantificação que a gestão Marta-Tatto fez naquelas mudanças ali colocadas. No início o nobre Vereador fez questão de registrar a minha presença e minha participação no projeto que está aí implantado e eu quero repetir o que disse aqui da outra vez, na verdade os transportes e a gestão Marta podem ser dividida em dois momentos, existe o PT do Z



Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

Folhaº 82
nº 3
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:27 — taq.

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

e o PT do T. No PT do Z, Zaratini, foi concebido um sistema, e desse eu participei com muito orgulho, junto com muitos técnicos e concebeu-se um sistema que era o anseio e o amadurecimento de 20, 30 anos na comunidade de transporte. Só que esse sistema concebido não tem nada a ver com a realidade que hoje nós vivemos. O que hoje temos na rua é uma coisa muito diferente daquilo que foi lá concebido, que é o projeto implantado pelo PT do T, com os açosamentos eleitorais de 2004. Então, na verdade...

) L.Carlos(

Então, na verdade, aquele projeto que foi implantado e a forma como foi implantado deixaram para a atual administração todos esses resultados, no sentido de resolver o problema da superlotação - que é um bom problema para ser resolvido, porque nós sabemos que, ao resolvê-lo, estamos atendendo a população, atendendo melhor a população. Mas resolver o problema do equilíbrio econômico-financeiro do sistema, e esse está longe de ser resolvido. Há enormes dificuldades, enormes dificuldades nesse desequilíbrio da chamada conta sistema, que os Srs. Vereadores anteriormente já colocaram. Esse é o enorme desafio. Portanto, a Gestão Serra está tendo de arrumar essas coisas que foram lá deixadas, inoculadas, na Gestão Marta - Tatto.

Digo que essa é a realidade dos fatos que estão aí colocados, mas nós não fugimos desse desafio, não. Ou seja, o Sr. Prefeito Serra



Folha° 33
n° 3
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:28 taq.

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

e toda a gestão estamos determinados a tratar desse problema, porque sabemos que o sistema de transporte está revertendo uma tendência de esvaziamento, observada nos últimos 15 anos.

Em 1987, escrevi um trabalho sobre o transporte do Brasil 2000 - 13 anos à frente. E lá, àquela época, o sistema de transporte era responsável por 70% ou até mais dos deslocamentos nesta cidade. E essa participação do sistema de transporte coletivo caiu a menos de 50%. Agora, esta tendência está sendo revertida, e a pesquisa de origem e destino do ano que vem, de 2007, vai registrar esse fato.

Portanto, esta é a notícia que quero trazer. A boa notícia trazida para os Srs. Vereadores é que o transporte coletivo voltou a ser prioridade e ele será, gradativamente mais, o responsável pelos deslocamentos nesta cidade.

Por fim, quero esclarecer algo que já tive a oportunidade de esclarecer à imprensa, ontem, sobre a questão dos 1.500 microônibus e miniônibus, dos autônomos e permissionários que, inclusive, muitos deles lotam, neste momento, a galeria desta Casa, e eu os saúdo a todos. Não passa nem pela cabeça imaginarmos tirar 1.500 veículos da rua. Evidentemente, não cometeremos essa insanidade, porque o sistema, mantido como ele está, com a arquitetura que ele tem hoje, tirar 1.500 veículos da rua seria desatender a população e, evidentemente, esse desatino não passa pela nossa cabeça.

O que foi registrado - eu insisto - é que, quando essa notícia no jornal eu respondia, eu repercutia uma notícia dos empresários. Na verdade, é o seguinte: os empresários, da pauta de reivindicações que



Folha nº 34 do processo nº 3.06
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:29 taq.

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

eles nos trouxeram, um dos itens tratava das 1.500 peruas que estão além daquilo que estava previsto no edital, e estão além daquilo que está na lei aprovada por esta Casa. Ou seja, esta Casa aprovou quase cinco mil veículos, na permissão. Era essa licitação, quando o contrato foi assinado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - 30 segundos para a conclusão.

O SR. FREDERICO VICTOR MOREIRA BUSSINGER - Quando o contrato foi assinado, havia próximo de seis mil; e, posteriormente, passou a 6.500. Portanto, muitos permissionários acabaram, com a mão da Administração - não são clandestinos, não -, eles estão no sistema porque foram recebidos pela Administração. E, evidentemente, criou o debate que hoje está colocado, porque, fora de toda a discussão técnica e operacional, há uma discussão de divisão de mercado. Esse é o verdadeiro debate.

Então, esse tema do mercado, da organização do sistema, do papel de cada um tem de ser discutido dentro de um projeto amplo. Ninguém está imaginando de se fazer uma cirurgia e tirar 1.500 permissionários, e deixo essa notícia para os autônomos e dirigentes presentes na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador João Antônio.



Folha nº 28 do proc. nº 3 de 2006
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:30 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Aqui, encerrou.

O SR. JOÃO ANTÔNIO - (Pela ordem) - Sr. Presidente, não para questionar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - É uma questão de ordem?

O SR. JOÃO ANTÔNIO (PT) - (Pela ordem) - É uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Pois não.

O SR. JOÃO ANTÔNIO (PT) - Quero fazer a V.Exa. uma questão de ordem, porque o Sr. Secretário fala dez minutos e nós, por ausência do direito de réplica, acabamos prejudicando o Sr. Vereador que fez a pergunta. Então, dirijo-me a V.Exa. para solicitar pelo menos dois minutos de réplica, para que o debate possa se tornar mais democrático. Esta é a questão de ordem que faço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Queria informar a V.Exa. que nós tivemos uma reunião de liderança, no dia de ontem, quando foi confirmada a regra em que estamos atuando. Então, quer dizer, para se mudar a regra de hoje, temos de parar a sessão e convocar os Srs. Líderes para voltar a discutir, já que foi discutido com S.Exas.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - Pela ordem, Sr. Presidente.



Folha nº 36 do proc. nº 3 de 2006
Câmara Municipal de
São Paulo
TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:31 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Arselino Tatto.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - (Pela ordem) - Desculpe. Em primeiro lugar, existem algumas perguntas que não foram respondidas.

Eu só gostaria que o Sr. Secretário fosse um pouquinho mais elegante. Não existe PT do T e PT do Z. Aqueles a quem V.Exa. se refere merecem respeito. Então, cobro um pouco mais de elegância neste Plenário. Eu tratei V.Exa. com respeito profundo, e fiz perguntas sobre o sistema, sobre a situação caótica em que se encontra o transporte na cidade de São Paulo. Não vim atacar procedimentos desse ou daquele.

Então, em relação à auditoria, por que não o TCM? E V.Exa. não respondeu. Eu quero entender.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Muito bem. Queria lembrar que vários Srs. Vereadores fazem parte da Comissão e também são Líderes de bancada, e que, naturalmente, voltarão a fazer perguntas.

- Manifestação, fora do microfone, do Sr. Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Não. Para a pergunta V.Exa. teve os dez minutos para resposta.



Folha° 37 do proc
n° 3 06
Assistente Parlamentar
RF 00.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:32 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Passamos agora a palavra ao nobre Vereador Donato, que terá cinco minutos para fazer suas perguntas.

O SR. DONATO (PT) - (Sem revisão do orador) - Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde, Sr. Secretário.

Tenho escutado atentamente suas explicações, inclusive sobre as pesquisas. Não vou ficar discutindo pesquisas deste microfone, mas o fato é que se V.Exa. visitar o Terminal Capelinha, Terminal Jardim Ângela, Terminal Varginha, todos os terminais da zona Sul, e perguntar para o usuário se o transporte melhorou ou não, V.Exa. vai escutar uma resposta que, temo, seja unânime, de que o transporte piorou.

Mas não quero falar...(Camilo)

Mas não quero falar sobre especulações. Quero discutir um pouco por que o transporte, na minha opinião, piorou. Temos um nível de receita que não caiu, com o Bilhete Único, ao contrário, melhorou. Com o combate às fraudes que o que o Sr. Secretário vem fazendo, deve ter melhorado mais ainda.

A passagem subiu de 1,70 real para 2 reais. O nível de subsídio ou de gratuidade manteve-se em 17 milhões, no ano passado, e, neste ano, em 25 milhões.

O custo do sistema deve ter caído, porque se tínhamos, segundo dados do site da SPTrans, em dezembro de 2004, 7.983 ônibus na frota; e, em dezembro de 2005, 7.486, 500 ônibus a menos, provavelmente o custo do sistema caiu.



Folha 38 de 38
nº 3
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:33 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Por que o sistema piorou? Quero arriscar uma resposta, dialogando com o Sr. Secretário. Piorou devido a um problema de gestão e de opções políticas. Logo no aumento da passagem, foi feita uma manobra, na planilha de custos, onde se jogaram para a conta sistema gastos que eram da SPTrans, como a operação de terminais de transferência e o aumento muito grande, de 300%, na rede de comercialização. Isso gerou com que a Prefeitura, o Governo Municipal, desses 17 milhões de subsídios do ano passado, tirasse com uma mão um valor, e tirasse 14 milhões com a outra. É um dinheiro que não era da conta sistema.

Hoje quem é o responsável pela operação dos terminais de transferência? Na verdade, é dinheiro da conta sistema. Ainda que eu possa discutir conceitualmente, se isso é certo ou não, o fato é que esse dinheiro foi subtraído do sistema.

Em 22 de fevereiro do ano passado, o Sr. Secretário deu uma entrevista no jornal *O Estado de S. Paulo*, dizendo: "O sistema atual é irracional. Um grupo de 60 técnicos de sua assessoria preparar um estudo, que deve ser concluído, no próximo mês, para realizar as mudanças necessárias." Quando o Sr. Secretário esteve aqui, em março do ano passado, o principal mote de S.Exa. era a necessidade de racionalizar. Passado um ano, o principal mote é a necessidade de racionalizar. Ocorre que não se racionalizou nada, ou muito pouco, de maneira que os moradores de Parelheiros sabem muito bem, com o corte de linhas para o terminal Varginha, e o que isso provocou, desassistindo à população daquela região.



Folha nº 37 de 37
nº 3
Ela Poggiani
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:34 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

O Sr. Secretário também falou que faria uma auditoria na conta sistema. S.Exa. fala isso hoje novamente. Estão registradas as notas taquigráficas da audiência do dia 7 de março do ano passado quanto a isso. A questão de uma outra auditoria da conta sistema foi a grande ênfase da matéria, que está sendo contratada. Seguindo a matéria, encontramos: "Porque necessitamos de instituição idônea, competente e principalmente isenta, por se tratar de matéria tão delicada e polêmica."

Até agora não foi contratada nenhuma auditoria da conta sistema. Um ano se passou. O Sr. Secretário também conhece bem a lei de transportes. Infelizmente informa de maneira equivocada esse assunto a este plenário. O artigo 39 da lei diz: "Ficará a cargo da SPTrans, com a participação de representantes dos concessionários, a gestão financeira do serviço de transporte coletivo público de passageiros, prevista no artigo 31 desta lei, até a criação da pessoa jurídica mencionada no referido dispositivo."

Não é necessário se criar a empresa para gerir o sistema, para haver a participação dos concessionários. Hoje quero saber se existe essa participação ou não. O Sr. Secretário diz que não é obrigatório. A lei aprovada por esta Casa diz que tem de haver a participação dos concessionários, porque existe uma discussão, de como está sendo encaminhada essa questão.

Por último, digo que não existe previsão contratual para o fator de redução de integração. Essa é a polêmica com as empresas. Unilateralmente o Governo Municipal decidiu um fator de redução da



Folha nº 3 de 40
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:35 taq.

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

passagem das viagens integradas, unilateralmente, gerando essa situação jurídica, desconfortável para o sistema, penalizando a população da cidade de São Paulo.

Desculpem-me por não fazer outras colocações, devido meu tempo ter se esgotado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Tem a palavra o Sr. Secretário.

O SR. FREDERICO VICTOR MOREIRA BUSSINGER - Em relação à questão da gestão de receitas e despesas, o nobre Vereador Donato mencionou e fez várias observações, no tocante a receitas, passageiros, subsídios e custos. Registro que o nobre Vereador tem razão, quando diz que as receitas não caíram. Aliás, até, em março, quando foi dado o reajuste de tarifa, houve aumento de receitas efetivamente, porque a gestão anterior deixou represado, durante longo período, o valor das tarifas.

Uma coisa interessante é que quando a gestão anterior apresentou o orçamento, em 2004, mostrou uma demanda de subsídios de 280 milhões. Esta Casa emendou o orçamento para 340 milhões. No entanto, no final de 2004, foram negociados com os empresários e com os permissionários formas de remuneração que passavam de 500, podendo atingir 600 milhões de subsídios. Portanto, quando a Administração Anterior trouxe a esta Casa uma demanda de subsídios de 280 milhões,



Folha nº 3 de 91
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:36 taq. rev.: evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

esse subsídio não cobriria sequer metade do valor necessário do subsídio em 2005. Esse é um fato que precisa ficar aqui registrado. Ocorre que efetivamente a implantação do Bilhete Único não reduziu as receitas, mas aumentou enormemente a demanda por remuneração.

Esse é o desequilíbrio. (Valéria)

Esse é o desequilíbrio, não é pelo lado das receitas, é pelo lado das despesas. É fácil ser entendido, na medida em que se tem uma forma de remuneração por passageiros transportados; o aumento do número de passageiros transportados implica num aumento da remuneração. E essa é demanda feita seja pelas empresas, seja pelas cooperativas. Então, Vereador Donato, houve, sim, um desequilíbrio, não causado pela alteração nas receitas que, aliás, até aumentaram um pouco, é que a demanda, a pressão sobre as despesas cresceu muitas vezes mais. Esse é o verdadeiro desequilíbrio.

E não vou responder na ordem porque quero fazer uma ligação com o tema do Fator de Integração, que é um dos temas centrais na discussão do momento. Diria que não é verdade que o Fator de Integração não estava previsto no contrato. Ele estava previsto no contrato, inclusive, estava dimensionado no contrato. O Fator de Integração no edital de licitação era 1,49. O que é novo - e isso é real - é a introdução do Fator de Integração como fator dinâmico de re-equilíbrio da remuneração. Isso é novo, mas não é uma criação nossa, ele está lá no edital, nos anexos. E por que o Fator de Integração é necessário? O Fator de Integração é necessário porque



Folha nº 3 de 42
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:37 taq.

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

quando se organiza o sistema é necessário, e a implantação dos terminais não foi feita - e quero frisar isso, e, Vereador, quando me refiro aos dois Secretários que me antecederam, devo dizer que os conheço, um deles, inclusive, é meu amigo de muito tempo, e faço isso com o maior respeito e essa terminologia que usei do "PT do Z" e do "PT do T" é apenas uma forma de caracterizar os dois modelos, é apenas uma forma mnemônica de caracterizar, não há nenhum desrespeito com nenhum dos dois. Enfim, o Fator de Integração, na verdade, foi a forma necessária de defesa que a Administração teve para poder resolver o seguinte problema: quando eu abro um terminal, passo a contar a pessoa duas vezes - eu não tenho um aumento da demanda porque são as mesmas pessoas, o que eu tenho é um aumento do registro, da contagem. E o que o Fator de Integração faz é justamente refletir e corrigir esse fato. Dando um exemplo prático: a abertura de terminais se deu entre novembro de 2004 e março de 2005. Durante esse período o Fator de Integração deu um salto de 1,36-1,38 para aproximadamente 1,50. Não é que aumentou o número de pessoas transportadas; aumentou o número de registros. Portanto, os empresários, e também as cooperativas, não tiveram aumento de custos devido à abertura dos terminais.

Portanto, não há nenhuma motivação para que houvesse aumento da remuneração. E o que o Fator de Integração fez, insisto, previsto no edital, foi corrigir esse efeito. E a coisa mais importante de ser caracterizada é que, ao longo de 2005, os empresários não perderam receita. Ou seja, mesmo depois da oficialização do Fator de Integração, não mais como referência, mas agora como um fator de



Folha nº 3 de 43
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:38 taq.

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

correção dinâmico da remuneração, seguiu crescendo a receita, seja das empresas, seja das cooperativas. E é por esse motivo que em regime de competência se considera que os empresários receberam entre 2004 e 2005, 6,6% a mais de receita. E se considerarmos o regime de caixa, receberam 11,6% a mais, 196 milhões de reais a mais. Então, às vezes vejo nos jornais, ou algum Vereador me diz que os empresários estão recebendo menos, isso não é verdade - insisto, isso não é verdade. Não é verdade que os empresários receberam em 2005 menos que em 2004, eles receberam 196 milhões de reais a mais, em termos de caixa, o que representa 11,57% a mais. Essa é a prova cabal de como o Fator de Integração não é aquilo que é chamado popularmente de "tungador". Ele não retira nada, ele defende a Administração.

Aliás, fico até surpreso porque quando o contrato foi assinado, em julho de 2003, foi introduzido este mecanismo sob a alegação de que era para defender o Poder Público, era a "pizza". Então, é muito estranho que eu seja questionado aqui pelo Fator de Integração - e insisto, estava previsto no edital - por aqueles que implantaram, na verdade, uma coisa absolutamente alheia ao edital que é a "pizza". Na verdade, a alegação da "pizza" era a de defender o Poder Público e não quero entrar no mérito. O Fator de Integração efetivamente defendeu o Poder Público e, como está comprovado, não prejudicou os empresários.

Sr. Presidente, se me escapa uma ou outra pergunta, senão pelo tempo, mas pelo esquecimento, não tem problema, posso voltar a ela, não é que eu queira evitá-la.



Folha 44 de 700
nº 3
Assessoria Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:39 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

- Aparte fora do microfone.

O SR. SECRETÁRIO - Ah, a questão da lei. Perfeitamente. O Vereador Donato tem toda a razão, ou seja, existe a previsão no artigo 31, que fala da gestão financeira e, estive revendo, no artigo 39 efetivamente diz que a SPTrans administra com a representação das concessionárias. Hoje isso não existe e é uma das reivindicações dos empresários. E não há nenhum problema que isso venha a existir.

Quero concluir uma pergunta, que foi a primeira que o Vereador trouxe. As empresas de comercialização, de gerenciamento, fiscalização e planejamento operacional, pelo artigo 27 - e o Vereador é um diligente leitor da lei -, estão previstos como despesas do sistema como um todo.

Aliás, não é uma... (regina)

Aliás, não é uma inovação absoluta da atual Gestão porque nas contas, mesmo em 2004, parte das despesas já estavam consideradas nas despesas gerais do sistema. O que é novo é que agora as despesas estão explicitadas, mas previstas. E tem mais: no parágrafo 3º consta que as despesas das alíneas "c" e "d" têm limite de 3,5%. Essas alíneas significam justamente gerenciamento de despesas e pagamentos, vale dizer da conta-sistema; e a fiscalização e planejamento operacional. Ou seja, a lei aprovada nesta Casa define que as despesas, dentro do limite de 3,5%, sejam consideradas como base da conta-sistema.



Folha nº 3 48 do proc. 06
Câmara Municipal de
São Paulo
T A Q U I G R A F I A
Assessoria Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:40 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Aurélio Miguel.

O SR. AURÉLIO MIGUEL (PL) - (Pela ordem) - Sr. Secretário, quero saber qual versão da lei devemos aceitar: a dada ao nobre Vereador Donato ou à versão a mim explicitada anteriormente por V.Sa?

O SR. SECRETÁRIO - A resposta que dei ao Vereador Donato foi que S.Exa. tinha razão. Portanto, corrijo a resposta que havia dado ao nobre Vereador Aurélio Miguel.

O SR. AURÉLIO MIGUEL (PL) - Ah, está bem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - O Sr. Secretário concluiu?

O SR. SECRETÁRIO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Tem a palavra o nobre Vereador Dalton Silvano, que terá cinco minutos para suas perguntas.

O SR. DALTON SILVANO (PSDB) - Sr. Secretário, neste momento, quero parabenizá-lo assim como o Governo José Serra pela transparência e pela sua presença nesta Casa pela quarta vez. É a quarta vez que V.Sa. vem a esta Edilidade prestar esclarecimentos.



3 46
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:41 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Infelizmente, Sr. Secretário, não tivemos tal honra na Legislatura passada, na Legislatura do Partido dos Trabalhadores que não dava presença sequer na Comissão de Trânsito e Transporte da Casa. Nunca tivemos sessão para a realização de debate técnico.

Com todo o respeito que me merece o nobre Vereador Donato, mas quero deixar aqui um registro. Basta uma notícia de jornal, vai lá o nobre Vereador, com muito afinco, com muita presteza, e entra com requerimento convocando diversos secretários municipais. E eu vou presentear Sr. Secretário com esses registros.

Saliento, pudesse eu ter tido essa chance no governo passado de fazer requerimento baseado em notícias de jornal, poderíamos ter tido diversas dessas reuniões. São notícias e mais notícias sobre o caos no sistema de transporte que o PT impôs nesta cidade.

Gozado, interessante porque no último ano o PT arrumou o sistema de transporte em São Paulo, implantando a toque de caixa o Bilhete-Único, sem dizer quanto cada qual ia ganhar. Estão presentes na galeria os permissionários, os perueiros com os quais tivemos grandes lutas que sofreram muito até saber quanto iam ganhar! Até porque muitos assinaram contrato na calada da noite. E aqui também tivemos vários atos na calada da noite. Sobre o Transporte, são notícias e mais notícias, diariamente!

Vou reafirmar, estamos numa sessão extraordinária, nobres Vereadores, e um dos nobres Pares falou do corte da linha do Jardim Ângela. E na época da Prefeita Marta Suplicy - notícia de jornal - no dia 16 de maio de 2005, a Prefeita cortou 225 linhas, cortou!



Folha° 47 do nroc.
n° 3 de 2006
Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:42 taq.

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

Pergunto: alguém criticou? Não tivemos nem a chance de criticar. Outra notícia: "Para Lula há bandidos no setor". Quer dizer, chamou os empresários de bandidos. Portanto, vamos com calma.

E podem perguntar: mas qual é o grande problema do setor dos transportes? É que os empresários querem receber mais, os permissionários querem receber a sua justa parte. Mas isso a ex-Prefeita não definiu em 2004. E eu dei uma declaração no jornal *O Estado de S. Paulo*, de que o sistema estava em colapso camuflado. E todos os senhores presentes sabem que foi isso que aconteceu. O governo anterior não definiu a remuneração dos permissionários, dos perueiros, chamados assim por nós carinhosamente. E hoje os empresários querem ganhar mais, os empresários querem tirar as peruas, Mas na hora dessa crise, lamentavelmente, o governo passado não convocou o seu secretário para estar aqui! Não esteve nem mesmo na nossa Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica!

Mas eu queria, Srs. Vereadores, descobrir a caixa-preta, a amarela, a verde ou seja de cor for, e fiz um pedido de CPI à época. Será que alguém quis saber de CPI dos Transportes? Imagina! CPI no governo do PT? Eu só queria saber para onde foram os 23 milhões de reais da Viação Cidade Tiradentes. Foram 19 intervenções, com prejuízo, com aporte de 77 milhões. Vamos saber onde está! Lamentavelmente, Srs. Vereadores, esta Casa jamais quis investigar, quis saber para onde foi esse dinheiro!

De outro lado, parabênizo novamente o Sr. Secretário pelas suas respostas técnicas.



Folha° 48 do proc
n° 3 n. de 2006
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:43 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Para concluir, pergunto dentro dos 30 segundos de tolerância do Sr. Presidente. Sr. Secretário, quero a confirmação de V.Exa. sobre a dificuldade em atender as reivindicações de remuneração porque os empresários querem mais "grana". A alegação é assim, é como está nas notícias: Motoristas podem entrar em greve por falta de contratação; Sindicato é pago para fazer greve. Assim os empresários pressionam o Governo.

Sr. Secretário, quero saber sobre a remuneração...(Vianna)

Sr. Secretário, quero saber sobre a remuneração. Como é que o senhor encontrou essa negociação entre os permissionários, que tiveram de segurar a parada quando os empresários de ônibus fizeram greve, ou disseram que fizeram, ou fizeram ameaça, ou chantagem, seja lá o que for? Como é que foi essa negociação? E hoje como é que está a pressão dos empresários para receber mais, para tirar perueiros das ruas? Parabéns, porque não vai sair nenhum perueiro, atendendo ao anseio dos empresários. Parabéns! Eu quero saber essa história da remuneração.

E vou presenteá-lo aqui: tem notícia que não dá para falar, precisava de mais de uma hora para falar sobre o caos do transporte na cidade de São Paulo. Não é o dossiê das Ilhas Cayman, mas o dossiê do transporte, do péssimo transporte do PT.



Folha° 49 do proc
n° 3 n° 1 de 206
EVA FOUZISK
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:44 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - (Fazendo soar a campainha) - Tem V.Exa. a palavra, Sr. Secretário, por dez minutos, para responder. Parece-me que não tem perguntas, não é? Quero lembrar aos Srs. Vereadores: "Oitiva do Secretário Municipal de Transportes, Sr. Frederico Victor Moreira Bussinger, em atendimento à convocação da Câmara para responder os questionamentos referentes ao tema de transporte". V.Exa. não fez pergunta.

O SR. DALTON SILVANO (PSDB) - Fiz a pergunta. Volte a fita, Sr. Presidente, pode voltar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Eu acredito em V.Exa.

O SR. DALTON SILVANO (PSDB) - Eu perguntei como é que o Secretário encontrou o sistema de remuneração quando assumiu o comando da Secretaria de Transportes, com relação a todo o preâmbulo que fiz da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Muito bem. Com a palavra o Sr. Secretário.

O SR. SECRETÁRIO - Sr. Presidente, Srs. Vereadores, antes quero fazer uma retificação. S.Exa. mencionou a minha quarta presença, creio que quarta é no plenário, mas também já estive em Comissões. Apenas um registro.



Folha° 30
n° 3
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:45 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Pela ordem das colocações, quero registrar e detalhar a questão que o Vereador trouxe sobre as intervenções. Efetivamente existiram as 19 intervenções, que drenaram dos cofres públicos, no mínimo, 77 milhões de reais. Esses são os dados preliminares. Está praticamente fechada uma sindicância que foi feita e informada a esta Casa, à Comissão. Inclusive alguns Vereadores nos procuraram tratando dessa questão e nós demos alguns esclarecimentos preliminares. Então, houve 19 intervenções que drenaram 77 milhões de reais.

Evidentemente que intervenção é uma faculdade prevista em lei, particularmente em se tratando de serviço público, mas o que é interessante são as circunstâncias dessas intervenções. Isso é tão ou mais importante do que o fato da intervenção e das implicações financeiras aqui trazidas, porque várias intervenções aconteciam à tarde e eram levantadas logo na sequência; e muitas vezes repetidas poucos dias depois. Conforme a minuta da comissão de sindicância, que vi preliminarmente, muitas vezes a folha de pagamento estava pronta e, na verdade, apenas ia o carro-forte fazer o pagamento em nome da empresa. Isso se repetiu diversas vezes. Esse relatório está praticamente pronto e acho que trará luz sobre esse tema que o Vereador trouxe.

Também nesse mesmo rastro - é uma nuance -, houve uma prática bastante utilizada, que era a chamada antecipação de pagamentos. O contrato prevê o pagamento dentro de uma determinada ordem, mas na verdade houve diversos casos de antecipação de pagamentos e o motivo alegado na maior parte deles era ameaça de paralisação. Portanto, era



Folha nº 3 de 3
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:46 taq. rev.: evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

quase uma rotina, ou seja, havia uma ameaça de paralisação, eventualmente havia pleitos - disso não há registro -, aí a administração adiantava pagamentos para os operadores. Isso virou uma certa rotina e nós estamos inclusive examinando agora se esses adiantamentos foram compensados posteriormente, se foram pagos, se não foram pagos, dentro da lógica da regularização da conta-sistema.

A pergunta do Vereador sobre a dificuldade da negociação é matéria conhecida porque, toda vez que ocorre, a imprensa dá ampla cobertura ao tema. Eu diria que essa dificuldade começou no primeiro dia que eu assumi a Secretaria e o Ulrich Hoffmann assumiu a presidência do SPTrans; logo naquele primeiro dia já estávamos com os operadores trazendo as suas reivindicações. Todos se lembram dos primeiros meses e das convulsões havidas no sistema.

E o que reivindicavam? Os cooperativados, os permissionários reivindicavam o pagamento da sua cota-parte na pizza brotinho, que eu havia mencionado lá atrás. Ou seja, houve um pagamento adicional que foi feito em alguns meses, mas, uma vez abertas as urnas, esse pagamento foi interrompido. Nos meses de novembro e dezembro não foi pago, então, os permissionários reivindicavam a parcela da sua pizza brotinho. E os empresários reivindicavam - matéria de que já tratamos - as duas parcelas, ou seja, os 17 milhões da sua parcela na pizza brotinho e a parcela dos 32 milhões de atraso. Isso foi a parcela...

O SR. AURÉLIO MIGUEL (PL) - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu quero saber o que é pizza brotinho. Não entendi isso.



Folha nº 3 de 06
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:47 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

O SR. SECRETÁRIO... (Beth)

O SR. SECRETÁRIO - Esta expressão não é uma figura de linguagem e não estou criando agora. É uma expressão que foi usada e, certamente o Vereador tem enorme conhecimento na área e tem conhecimento disso. A expressão da pizza era corrente entre empresários, permissionários, a SPTrans e a Secretaria. Havia mencionado anteriormente que o critério que foi implantado, adotado em julho de 2003, diferentemente do que foi licitado, previa um pagamento, uma divisão das quotas partes. Isso era desenhado - daí a figura das pizzas - no computador. Era uma circunferência com os diversos setores que correspondiam à parcela de cada um. Daí o nome "pizza" que não foi criado por mim.

Juntava-se toda a receita e cada um recebia uma parte. Depois havia uma outra parcela, que era das gratuidades, bem menor, evidentemente, e que também tinha a sua forma de divisão. Daí que se fala da pizza grande e da pizza brotinho.

Repasso. Quando assumimos havia débito seja em relação às remunerações da tarifa que compunham essa pizza grande quanto havia débitos em relação às gratuidades, que é a pizza brotinho. Então, os permissionários reivindicavam a interrupção do pagamento da sua quota parte na pizza brotinho nos meses de novembro e dezembro, logo depois de resolvido o segundo turno da eleição. Os empresários reivindicavam o pagamento tanto dos atrasos da sua parcela tarifária quanto da sua parcela na gratuidade. Foi esse o cenário que tivemos. Logo em março



Folha nº 3 do proc. nº 3 de 06
Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:48 taq.

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

houve nova reivindicação. Daí não era só o pagamento dos atrasos, mas um aumento das remunerações. Quando tivemos de tratar da mudança do padrão de remuneração - para voltar às origens do edital, não é uma inovação de nossa parte - queríamos apenas corrigir aquilo que o edital e o contrato não previam, voltando a remuneração para o passageiro.

Então, nos defrontamos com uma nova questão que era o aumento da remuneração. Diria que este foi o clima, as variáveis e as circunstâncias que foram acompanhadas pelos jornais. Uma vez celebrados os aditivos em março foi possível esse tema da discussão da remuneração sair de pauta até o grande aumento de diesel havido em setembro. A partir de setembro, com um aumento de diesel de 12% somando-se a anteriores, o tema da remuneração voltou à pauta porque o diesel é um item importante na composição da planilha. A partir de setembro o tema voltou, seja com as empresas, seja com as cooperativas. Em janeiro, aceitando a fórmula que o governo tinha apresentado foi possível celebrar o aditivo e fazer o reajuste com as cooperativas. O mesmo não aconteceu com as empresas. É isso que está sendo discutido agora.

Afora o tema da remuneração, e recupero uma pergunta anterior que o Vereador Donato havia deixado, diria que sim, foram feitas diversas intervenções no sentido de reorganizar o sistema. Quando falamos de reorganizar o sistema não estamos apenas falando de reorganizar a rede, as linhas, os serviços, os subsistemas. Isso é, também, parte importante mas está incluída no projeto de reorganização



Folha nº 3 de 54
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:49 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

do sistema a renovação e adequação da frota. A renovação diz respeito a ônibus novos e a adequação diz respeito tanto a veículos adaptados a pessoas portadoras de deficiências como a veículos adequados a andar no corredor em terrenos mais inclinados. Implantar monitoramento incluindo GPS. Há um equívoco em relação ao tema do GPS porque na verdade ele não é apenas e muito menos, principalmente, um instrumento de fiscalização. É um instrumento de gerenciamento, de garantir a qualidade do serviço. Ou seja, ele é um salto de qualidade sobre o mero conceito de fiscalização.

Redução das fraudes já falamos, ampliação da infra-estrutura de corredores e terminais. Inclusive estamos avançando aceleradamente no caso do Corredor Tiradentes. A conclusão do antigo Fura Fila, aquele esqueleto que foi deixado nos últimos 12 anos, obra inconclusa das três últimas administrações.

Uma questão crucial, tema do debate atual é a estabilização jurídico-gerencial dos contratos e o tema que é o centro de nosso debate, a estabilização econômico-financeira da conta do sistema. Quando falamos da reorganização estamos falando apenas da reorganização de linhas. Estamos falando de um projeto bastante mais amplo, projeto cujo embrião foi efetivamente pensado mas que foi abandonado no meio do caminho. Daí a minha distinção dos dois projetos e dos dois períodos.

Quero acrescentar que muita coisa foi feita e muita coisa foi posta em marca. Foram implantadas duas linhas semi-expressas na Cidade Tiradentes que têm sido um enorme sucesso em termos de operação e



Fo. 35
nº 3
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:50 taq. rev.: evento: 062-SE data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton
atendimento da população; foram reorganizadas as linhas no Terminal Grajaú e Varginha. São cheios mas estão em situação muito melhor do que a situação em que foi encontrado anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Sr. Secretário sempre que o painel mostrar que zerou entram os trinta segundos que lhe dou.

Passamos a palavra ao Vereador Jorge Tadeu que não se encontra presente.

Tem a palavra o Vereador Antônio Carlos Rodrigues, presidente da douta Comissão de Finanças e Orçamento.

O senhor acr...(Denise)

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PL) - Boa tarde, Secretário. Vou ser meio repetitivo, mas gostaria que o senhor respondesse, conforme o senhor respondeu naquela reunião com o Secretário de Governo e com os Vereadores Milton Leite, Jorge Tadeu, Adilson Amadeu e Aurélio Miguel.

O senhor falou para nós que o sistema estava no "talo". Quando algum vereador usa gíria, o senhor critica como bom poeta, mas o senhor usa gíria e vamos concordar. Não existe concessão! Em maio, estive com o senhor e levantamos tudo que levantamos agora. Estamos sendo repetitivos, falamos da fraude, falamos como estava o sistema, falamos sim que tinha mais peruas. Nada contra os perueiros, mas o senhor tem de preencher os requisitos legais da lei! Não fique jogando com os perueiros, falando que quer os perueiros, como falou o Vereador do PSDB. Nós queremos o perueiro sim, queremos os empresários ganhando



Folha° 37 do n.º 3 n.º 06
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:52 taq.

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

preenche os requisitos da lei! É muito bonito falar que tem mais de 1500 perueiros e não preencher os requisitos! O senhor está jogando a lei, rasgando a lei! O que somos? Palhaços? Não somos não!

E o medo do PSDB? Querer abortar a sessão para o senhor não falar. Vocês não precisam fazer isso não! Vamos estar falando como está o transporte. Eu avisei o Prefeito Serra, falei com o senhor, falei com o nobre Presidente da São Paulo Transportes, e acho que ele não sabe nem o que é transporte!

- Aplausos na galeria.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PL) - Ele não conseguiu responder! O Prefeito Serra perguntou a ele na minha frente e na frente de diversos vereadores quanto era a folha de pagamento da São Paulo Transportes. Ele pediu um tempo. Eu presidi uma empresa e sabia até os centavos da folha de pagamento. O senhor não vem nos gozar! Aqui não, vamos convocar quantas vezes tiver necessidade, mas não embrulhe, não faça jogo de palavras com os vereadores. O senhor usa a palavra "pizza", quando o Vereador Aurélio Miguel falou em caixa-preta. O senhor quis dar uma gozada! O senhor não vem mentir, o senhor está prevaricando sim. Fala do contrato que o senhor tem com o empresário! Fala do contrato! O senhor recebe de empresários ou não recebe nesse Instituto? Muito obrigado, Presidente.

- Aplausos na galeria.



Folha 58 do proc. 1
nº 3
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:53 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

- Tumulto no plenário.

O SR. DALTON SILVANO (PSDB) - Pela ordem, Sr. Presidente, esta é....Márcia

- Tumulto no plenário.

O SR. DALTON SILVANO (PSDB) - Pela ordem, Sr. Presidente. Esta é uma sessão extraordinária, eu estou falando na forma regimental. A Bancada foi citada da tribuna; eu quero fazer um comunicado de liderança.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - A Presidência não vai deferir. V.Exa. entre com recurso na Douta Comissão de Constituição e Justiça.

O Vereador Antonio Carlos Rodrigues concluiu as perguntas? Então, com a palavra o Sr. Secretário.

O SR. FREDERICO VICTOR MOREIRA BUSSINGER - Inicialmente, Sr. Presidente, eu queria...

- Tumulto no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Srs. Vereadores, vamos respeitar o Sr. Secretário. Peço a paciência dos Srs. Vereadores.



**Câmara Municipal de
São Paulo
TAQUIGRAFIA**

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:54 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

- Tumulto no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Sr. Secretário, o senhor tem dez minutos para responder às perguntas, a partir de agora.

- Tumulto no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - (Fazendo soar a campainha) - Foram feitas perguntas ao Sr. Secretário, vamos ouvi-lo. Deixei que os Srs. Vereadores descarregassem seus ânimos, a adrenalina. Agora, passemos a ouvir o Sr. Secretário.

O SR. FREDERICO VICTOR MOREIRA BUSSINGER - Sr. Presidente, como a matéria voltou ao assunto, quero reafirmar o respeito que tenho pelo Parlamento e os parlamentares. E quando eventualmente utilizo alguma gíria ou expressão, é no esforço de procurar esclarecer, caracterizar os fatos, períodos, circunstâncias. Não vai nisso nenhum desrespeito em relação à Casa ou aos parlamentares.

O Vereador apresentou uma série de questões; eu responderei a todas. Apenas, quero indagar ao Sr. Presidente: a maior parte das perguntas estavam relacionadas ao Sistema de Transporte que é objeto da minha convocação aqui, e há uma pergunta específica em relação ao Idelt. Eu queria saber que tratamento dar a essa questão, Sr. Presidente.



Folha° 60
n° 3
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:55 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - É ligada à questão do transporte?

O SR. FREDERICO VICTOR MOREIRA BUSSINGER - Não.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Acho que o senhor não tem nada a esconder; o senhor tem que responder o que achar que deve.

O SR. FREDERICO VICTOR MOREIRA BUSSINGER - Eu iniciaria esclarecendo ao Vereador, sobre a questão levantada, duas ou três informações. A primeira delas é que eu sou, sim, um dos co-fundadores do Idelt. Essa é uma informação que foi publicada no meu currículo quando assumi e antes disso; é só abrir a página de consulta da Internet e vai ali me localizar, seja em um fato que está aqui relatado pelo Vereador, seja em uma série de artigos e contribuições. Também, que estou hoje afastado do Idelt. É uma prática que tem sido observada no instituto, que é uma organização criada com um grupo de pessoas ligadas à comunidade de Transportes, uma parte delas conhecida. Essa praxe tem sido adotada no instituto e eu a segui.

Em relação à matéria publicada ontem e hoje...

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PL) - Pela ordem.



Folha nº 3 de 61 do processo
Eva Pogorski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:56 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Tem a palavra, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PL) - (Pela ordem) - A pergunta que fiz não foi essa! Ele está ganhando tempo para não responder. Perguntei se ele tem contrato com algum empresário; se o Instituto tem. É "sim" ou "não". Chega de poesia! Vá pilotar o Transporte; chega de poesia!

O SR. FREDERICO VICTOR MOREIRA BUSSINGER - Eu queria esclarecer que o estou tratando com respeito, Vereador, e já disse de antemão que respondo a todas as perguntas.

Quero passar às mãos do Presidente - não sei se isso é possível e praxe - a carta da Presidente do Idelt - sim, minha esposa - que está publicada hoje, na *Folha de S.Paulo*, em relação ao tema que esteve nos jornais ontem.

Em relação à pergunta que o Vereador fez, de ganhar de empresário, eu quero dizer: não ganho de empresários, e em relação ao Idelt, eu não tenho conhecimento desse fato. Quero responder peremptoriamente que eu não ganho de empresários. Repito: eu não ganho de empresários.

Em relação às questões...



Folha nº 3 de 62
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:57 taq. rev.: evento: 062-SE data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PL) - (Pela ordem) - Pela ordem, Presidente. Eu perguntei o Instituto; ele está fugindo da resposta. O Instituto que ele fundou!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Tem cinco minutos, ainda, para a resposta. Por favor, Sr. Secretário.

O SR. FREDERICO VICTOR MOREIRA BUSSINGER - Em relação às questões sobre o Transporte aqui levantadas pelo Vereador, eu quero dizer que tivemos, sim, a reunião mencionada, na sala do Secretário Aloysio com os Vereadores aqui ditos: o Presidente da Casa, Tripoli; V.Exa.; o Vereador Adilson Amadeu, o Vereador Milton Leite e o Vereador Aurélio Miguel. E quero dizer que não é preciso me cobrar coerência nem a repetição da verdade, porque eu faço isso independente de cobrança. Então, os fatos que são relatados, eu reafirmo. Inclusive, vi com muito desgosto a notícia nos jornais de que eu digo uma coisa em cada lugar, o que, efetivamente, aqueles que me conhecem sabem que não é verdade.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PL) - (Pela ordem) - Pela ordem! Ele me citou nominalmente. Falei mesmo! O senhor fala uma coisa para os jornais e falou outra para nós. O Vereador Milton Leite falou que o senhor estava prevaricando e o senhor confirmou que estava. Não venha aqui me chamar de mentiroso! Quem falta com a verdade é o senhor!



Câmara Municipal de
São Paulo
T A Q U I G R A F I A

Folha° 63
n° 3
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:58 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

O SR. PRESIDENTE... Eu pediria...VALÉRIA PINHEIRO

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Eu pediria ao nobre Vereador Gilson Barreto que desligasse seu celular, pois está dificultando minha audição. Obrigado.

Com a palavra o Sr. Secretário.

O SR. FREDERICO BUSSINGER - Essa reunião efetivamente existiu. E, em relação ao fato que o Vereador relata, de que tivemos conversa no passado - aliás, em mais do que uma oportunidade -, efetivamente, no entendimento dele, inexistiu concessão em São Paulo. Ele me falou isso efetivamente e confirmo. Ele tem um entendimento específico sobre essa matéria.

Quero dizer que essa forma de concessão e permissão é uma forma pela qual o sistema está dividido - e dividido por uma lei desta Casa. Ou seja, esta Casa, assim, previu que o subsistema estrutural fosse operado através de concessão e o subsistema local, através de permissão. E assim foi lícitado, coisa que não foi feita pela atual gestão.

Sei do argumento trazido pelo Vereador, que não é isolado, pois alguns entendem que o formato existente não é exatamente o de uma concessão. Mas quero dizer que essa matéria foi tratada e, inclusive,



Folha nº 3 de 64 do proc. nº 3 n/ de 1006
Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:59 taq.

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

parece-me ter sido uma das questões argüidas na discussão com o Tribunal de Contas lá por fevereiro de 2003. Entendo que foi matéria esclarecida à época; portanto, do ponto de vista formal, é uma matéria já tratada. Quando assumimos a Administração, já era concessão, eram esses os concessionários; já era permissão, eram esses os permissionários. Eu diria: foi matéria de lei, foi matéria tratada no Tribunal de Contas, os contratos estavam assinados. Enfim, o que estamos fazendo é gerir contratos tal como recebemos.

Efetivamente, existe. E quando o Vereador Milton Leite mencionou que eu estava prevaricando e quis me explicar o que era prevaricação, eu disse: "Não precisa explicar, porque sei do que trata prevaricação". Sei do que se trata tecnicamente, já estive na Administração Pública em mais de uma oportunidade.

Eu diria que essa é uma matéria em que cabe uma discussão - não o fato da adjetivação, da acusação, ou do processo, da representação, que julgo uma coisa livre. Acho que é preciso ser trazida esta discussão à luz do tema central; ou seja: no que esta discussão contribui para resolver os problemas que foram aqui trazidos e que são reais. Ou seja: o que esta discussão traz para a questão objetiva da solução do problema do transporte? Porque, na verdade, os contratos tal como foram assinados, as pendências e as não-conformidades contratuais não nasceram agora, estão desde a assinatura do contrato, em 2003-2004, período que não era o da nossa gestão; e a Câmara de Vereadores conhecia esse processo.



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:60 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Folha°	65
n°	3
Assistente Parlamentar	RF 100.453

Então, eu diria que não apenas a Prefeitura, mas São Paulo, o Poder Público constituído - Executivo, Legislativo, Judiciário - está diante de um dilema. Ou seja, a Cidade precisa decidir qual é o seu objetivo. Do ponto de vista das formalidades - não precisam me dizer; tenho, inclusive, anotado aqui, e talvez não seja o caso de ler, só se quiserem -, quais são as chamadas não-conformidades, as pendências, as inadimplências, as cláusulas contratuais não cumpridas? Já tive oportunidade de informar isso sempre que interpelado pelo Ministério Público. Também é verdade que quando os empresários nos apresentam a lista em que existem também discrepâncias, não-conformidades em relação ao contrato, isso também procede.

Apenas quero fazer uma distinção. É uma distinção técnica, mas não menos importante. Aquelas não-conformidades trazidas e que arrolamos em relação aos contratos, tanto da concessão quanto da permissão, são obrigações contratuais, portanto são inadimplências em relação ao contrato. Aquilo que é arrolado como sendo não-conformidade do Poder Público - por exemplo, o número de terminais, a extensão dos corredores - é menor do que o hoje existente. Efetivamente, é verdade, mas ele não foi apresentado como uma obrigação contratual.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PL) - (Pela ordem) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FREDERICO BUSSINGER - Isso era uma referência utilizada no dimensionamento do sistema na definição dos valores de remuneração.



Folha nº 3 de 6
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:61 taq. rev.: evento: 062-SE data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

Como é que a Administração Pública resolve essa questão? É reconhecido - e nós não estamos escondendo isso, inclusive, as entrevistas mostram, é fato conhecido - que os valores...

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PL) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FREDERICO BUSSINGER - Aliás, reporto-me ao Vereador Aurélio Miguel, que me pergunta se as formas de remuneração guardam relação com as anteriores. Não, elas guardam uma referência básica, mas são corrigidas pelas diferenças da rede e do sistema. O que é isso? É um reconhecimento tácito e formal de que a rede, o sistema que há hoje é diferente da rede anteriormente planejada e da rede licitada.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PL) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FREDERICO BUSSINGER - Ou seja, o Poder Público, entre aspas, paga por essa não-conformidade em relação ao contrato. Então, quero deixar bem distintas as duas coisas: aquilo que é contratualmente previsto, é uma obrigação contratual, cujo não-cumprimento é uma inadimplência; e aquilo que o Poder Público arrola como não-conformidade é uma referência.



Câmara Municipal de
São Paulo
T A Q U I G R A F I A

Folha° 2
n° 2
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:62 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

São Paulo precisa resolver como tratar isso. A opção que nós fizemos é no sentido de caminharmos para fazer um tipo de Termo de Ajuste de Conduta para resolvermos o problema concreto da cidade de São Paulo, fora dos aspectos meramente formais.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PL) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - O Secretário é um parlamentar mesmo!

Pois não, Vereador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PL) - Sr. Presidente, eu gostaria que os demais Vereadores presentes abrissem mais 10 minutos, pois ele não responder minhas perguntas. Senão, vamos ter de convocar o Secretário novamente para que ele possa fazê-lo. Ele não veio aqui para dar aula e florear, ele tem de responder as perguntas que fiz. Então, gostaria que fossem abertos mais 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Passo a palavra ao nobre Vereador João Antônio, Presidente da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. JOÃO ANTÔNIO (PT) -... segue Dalva



Câmara Municipal de São Paulo T A Q U I G R A F I A

Folha°	68	de	100
n°	3	de	06
Assistente Parlamentar			
RF 100.453			

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:63 taq.

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

O SR. JOÃO ANTÔNIO (PT) - Vou ser bem rápido, nobre Vereador

Dalton Silvano, V.Exa. que costuma muitas vezes fazer determinadas provocações, o que existe na realidade em termos de matéria de investigação, de não querer investigar é o Governo do Estado. Sessenta e quatro CPIs na Assembléia Legislativa, nenhuma foi permitida sua instalação: da Febem, do super faturamento do calha do Tietê, superfaturamento da linha 4 do Metro. V.Exa. sabe o que significa, não investigar.

Voltando a questão do transporte que é o que nos trás aqui, o Sr. Secretário afirmou que as receitas dos permissionários aumentaram. Secretário, os empresários de ônibus reclamam todos os dias. Eu sou um Vereador morador da periferia convivo diariamente com diversos operadores da área do chamado sistema alternativo, e confesso a V.Exa. - não sei se os que estão aqui têm esse problema - mas grande parcela dos que financiaram suas vãs, tem duas, três, quatro prestações atrasadas e não é por mau gerenciamento das suas finanças. Alguma coisa está errada. Eles podem responder, estão aqui presentes. Acho que não é verdade que aumentaram a receita desses operadores.

Sr. Secretário, veja bem, V.Exa. falou da relação causal entre a gestão Marta e a qualidade dos serviços atuais. V.Exa. deveria estar buscando apoio da Câmara Municipal de São Paulo para a melhoria do transporte na cidade de São Paulo, porque é uma opção política do Sr. Prefeito José Serra, não investir no sistema do transporte. Nós, no ano passado, aprovamos nesta Casa, uma dotação orçamentária de 340 milhões. Houve um contingenciamento de 160 milhões e o ano passado,



Câmara Municipal de São Paulo T A Q U I G R A F I A

Folha°	69	do proc.
n°	3	de 2006
Assistente Parlamentar RF 100.453		

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:64 taq.

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

Sr. secretário tivemos a média de aplicação no mercado financeiro das finanças do Município, durante todo o ano, de dois bilhões de reais. Veja Sr. Secretário é uma opção política. Optaram politicamente para não investir no sistema de transporte coletivo na cidade de São Paulo. Essa é a realidade.

Segundo, Sr. Secretário, não são somente as pesquisas. Convido V.Exa. a visitar alguns pontos finais de ônibus que o senhor verá o que significa o transtorno para a população na cidade de São Paulo, o transporte coletivo hoje em termos de fila, nos terminais de ônibus dessa cidade.

Encerro minha fala fazendo três perguntas ao senhor. Primeira: bem sucintamente, bem ingenuamente, quanto está entrando mês a mês, em termos de receita que vem da operação do sistema e quanto os senhores da área de transportes e o Sr. Prefeito José Serra, estão investindo e subsidiando o transporte? Segunda: o Sr. Prefeito José Serra vai aumentar a passagem de ônibus nesse semestre? E por último, queria, não falar do sistema de transporte coletivo na cidade de São Paulo, mas falar de outra matéria da área de transporte. V.Exas. Vereadores sabem que houve um contrato de emergência na área de transportes chamado *palmtop*, V.Exas. devem se lembrar, porque foi matéria de discussão nesta Casa. Pois bem, pergunto ao Sr. Secretário: o senhor adotou na CET qual fundamento jurídico? Foi artigo 24, que é taxativo e que diz que a aquisição sem licitação de serviços é feita com emergência, guerra, calamidade pública, grave e perturbação da ordem? Foi esse o critério do Art. 24 ou foi o critério do Art. 25, que diz



Câmara Municipal de
São Paulo
T A Q U I G R A F I A

Folha° 70
Eva Poddiski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:65 taq.

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

que exige exclusividade do produto. É uma pergunta bem simples porque essa é matéria nesta Casa, de alguns requerimentos, qual foi o fundamento jurídico? Do Art. 24 ou do Art. 25 da lei 8.866.

Essas são minhas questões levantadas para o senhor.

-Assume a Presidência o Vereador Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - PMDB) - Tem a palavra o Sr.Secretário Frederico Bussinger.

O SR. FREDERICO ...ANE

O SR. SECRETÁRIO - Sr. Presidente, pergunto como me conduzir em relação ao tema do contrato dos palm tops mencionado, na medida em que esse assunto não é objeto da convocação. Pergunto se é necessária a resposta. Devo responder?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - PMDB) - Sr. Secretário, acredito que, na condição de titular dessa pasta, cabe a V.Sa., sempre dentro de um critério de transparência, a todo instante alardeado pelo Sr. Prefeito, esclarecer os Srs. Vereadores. V.Sa. jamais poderia se furtar de responder a quaisquer questões sobre a pasta e prestar os esclarecimentos necessários, até porque esta Casa tem como uma de suas funções ser órgão fiscalizador do Executivo. Se V.Sa. foi convocado com esse objeto se não direto, mas de maneira indireta, esta Casa tem toda liberdade de inquiri-lo sobre diversas questões a qualquer



Folha nº 31 de 2106
nº 3
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:66 taq. rev.: evento: 062-SE data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

instante, em virtude de nosso papel fiscalizador. Assim sendo, solicito que, dentro de critério de transparência e conduta de todo agente público, pode, sim, V.Sa. responder, a menos que V.Sa. se negue a fazê-lo, hipótese em que não terei como obrigá-lo.

Assim, eu gostaria que V.Sa. respondesse, sim, Sr. Secretário.

O SR. SECRETÁRIO - Sr. Presidente, não me furto a responder. O critério de transparência e a disponibilidade em relação ao Legislativo para mim é coisa posta e decidida, questão de coerência. Minha dúvida não é em relação a isso. É que, na verdade, como o tema está fora do escopo desta sessão, eventualmente terei dificuldade em dar detalhes. E eu imaginava que o assunto permaneceria apenas dentro da convocação original.

Quando respondi ao Presidente da Casa a convocação, obviamente aceitando, inclusive fiz, na resposta, o seguinte pleito: dada a amplitude do tema, ou seja, o tema anterior apenas, e para tornar mais objetiva e conclusiva a sessão, eu solicitaria, caso regimental e operacionalmente possível, o encaminhamento prévio dos dados, informações e fatos que esta Casa deseja que sejam esclarecidos. Ou seja, como eu não recebi essa questão, obviamente tenho limitações, principalmente quando as perguntas estão fora da pauta. Mas eu não quero me furtar a respondê-las. Eu apenas talvez dê uma resposta incompleta, mas não me furto a complementá-la formalmente posteriormente.

E eu começo por ela.



Folha nº 3 de 3
nº 3006
Eva P. OLSKI
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:67 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - PMDB) - Pois não, Sr. Secretário. Fique à vontade. Eu pediria só que o tempo de dois minutos fosse repostado, que retornasse o tempo integral de dez minutos, para que V.Sa. tenha liberdade de responder com toda tranqüilidade.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Dalton Silvano.

O SR. DALTON SILVANO (PSDB) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, quero parabenizar o Sr. Secretário. S.Exa. responde à pergunta formulada com base no artigo 185 do Regimento Interno. É regimental responder ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - PMDB) - Apesar da questão de ordem, é dispensável a advocacia por parte de V.Exa. junto ao Sr. Secretário, que já se dispôs a responder.

- Manifestações na galeria.

O SR. SECRETÁRIO - Começo por essa questão. Eu talvez apenas não saiba essa nuance de que artigo foi enquadrado, mas quero mencionar que...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - PMDB) - Nobre Sr. Secretário, se V.Sa. precisar da lei, está em mãos e já abro no artigo 24 para V.Sa. Se houver dificuldade com a lei, o texto está à sua disposição.



Folha 33 de 33
Eva Pauciski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:68 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

O SR. SECRETÁRIO - Não, o meu problema não é em relação à lei. Sei de que trata um artigo e sei de que trata o outro. Minha dificuldade é em relação ao processo, ao Regimento.

Quero lembrar que, quando assumimos, havia vários contratos, alguns vencidos e outros com aditamento, já impossibilitados de serem aditados novamente. E um deles era do sistema de comunicação, que era tipo rádio. Nós discutimos com o fornecedor da época, inclusive no sentido de negociar também a transformação tecnológica do sistema. Porque aquele era um sistema meramente de rádio, e o sistema de palm top é um salto tecnológico necessário na Cidade. Ele é um sistema que tem a comunicação de voz, dados e imagem. Então, o procedimento que adotamos foi de abrir um processo licitatório. E esse é o método de contratação que será adotado, que está em curso.

O que fizemos foi um contrato emergencial apenas para atender o período em que essa licitação está correndo. Não há interesse nenhum da Administração, não é diretriz da Administração fazer contratos emergenciais. Vamos usar processo licitatório. Essa é a regra geral. Esse é apenas um contrato emergencial, transitório.

E a notícia que eu quero dar é que o valor desse contrato, apesar desse salto, desse up grade tecnológico, de poder ter comunicação de voz, imagem e dados, é um valor ligeiramente inferior ao que anteriormente era pago.

Agora, quanto ao enquadramento, eu farei posteriormente a consulta à assessoria jurídica e darei a resposta à Casa.



Folha° 24
Eva Rodowski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:69 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - PMDB) - Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PL) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, o Sr. Secretário está faltando com a verdade. Havia processo licitatório. S.Exa. cancelou o processo licitatório e abriu o emergencial sem convidar os participantes da licitação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - PMDB) - Muito obrigado, Sr. Vereador.

Ficou postulada mais uma manifestação ao Sr. Secretário. V.Sa. pode responder, Sr. Secretário.

O SR. SECRETÁRIO - Em relação a esse tema, prestarei por escrito as informações, respondendo complementarmente às questões aqui formuladas sobre o sistema de comunicação que está sendo utilizado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - PMDB) - Então, prossiga, Sr. Secretário, para responder ao nobre Vereador João Antônio, que tem toda deferência em relação às perguntas formuladas.

O SR. SECRETÁRIO - Perfeitamente. O nobre Vereador João Antônio e todos os demais Vereadores...(Marcelo)



Folhaº 3
nº 31/06
Eva Pódis
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:70 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

O SR. SECRETÁRIO - Nobre Vereador João Antônio e todos os demais Vereadores, eu quero dizer que os números mostram claramente que tanto o sistema de concessão quanto o sistema de permissão é um sistema que em 2005 teve uma remuneração superior àquela havida em 2004, ou seja, eu já havia informado que as concessões tiveram um aumento de cerca de 196 milhões em regime de caixa, ou seja, os concessionários, as empresas vale dizer, receberam em 2005 6,6% a mais no regime de competência e 11,6% em regime de caixa. Mas essa informação também vale para os permissionários. Os permissionários receberam em 2004 729 milhões e em 2005 991 milhões. Portanto, em termos de recebimento, tanto uns como outros, receberam a mais.

A discussão que o nobre Vereador traz, de se o valo recebido é suficiente para pagar isso ou para pagar aquilo, eu diria que essa é uma discussão técnica que está dentro da planilha de custos, que, aliás, esta Casa conhece. Por que conhece? Porque é uma previsão da Lei Orgânica do Município que os reajustes tarifários devem ser apresentados com antecedência de cinco dias e precisam estar fundamentados em planilhas e esta Casa recebeu, em março do ano passado, a planilha de custo do sistema que inclui concessionários e permissionários. Portanto, está disponível nesta Casa a planilha de custo do sistema. Obviamente, da época de março, não é uma planilha atualizada.

Eu diria que está é uma discussão permanente, mas eu queria trazer o eixo dessa discussão para uma questão central, porque eu vejo



Folha nº 3 de 36
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:71 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

perguntas no sentido de questionar e às vezes defender que os concessionários de empresas recebem pouco, que os permissionários recebem pouco, mas eu acho que muito importante é que nós Poder Público, Poder Executivo e Poder Legislativo, procuremos resolver a questão do desequilíbrio do sistema como um todo. Acho que esse é o nosso papel como administradores públicos do Executivo e V.Exas. como legisladores, porque este é o grande problemas, a defesa do interesse público, do Poder Público e das contas públicas, esse é o nosso desafio e efetivamente essas são contas que estão hoje desequilibradas. Mesmo com o reajuste que foi feito em março do ano passado isso aconteceu.

Quero, uma vez mais lembrar, que essa questão do subsídio, quando a administração propôs os 300 milhões para o orçamento deste, ela propôs considerando o subsídio do sistema como um todo, já considerando a integração do Bilhete Único integrado que está em implantação. Mas o que foi aprovado nesta Casa, na verdade, foi uma dotação de 140 milhões, então a conta sistema hoje conta com um subsídio de 140 milhões, que é metade daquilo que foi proposto pela administração anterior para 2005. Portanto, nós temos sim um problema a resolver. O Vereador perguntou quanto que a Prefeitura está subsidiando. Eu dou a resposta, apesar de ter sido aprovado 140 milhões na dotação deste ano, a Prefeitura está executando um orçamento de 25 milhões de subsídio das gratuidades, ou seja, ela está considerando a necessidade do subsídio dos 300 milhões, tal qual ela



Folha nº 3 do proc. 106
Assessoria de Registro
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:72 taq.

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

tinha proposta. Então o subsídio que a Prefeitura, que o Tesouro está subsidiando, é de 25 milhões por mês.

Eu não tenho condição de responder essa questão da aplicação financeira porque isso é matéria afeta a outra pasta.

Em relação à questão da tarifa levantada pelo Vereador eu quero dizer que não há nenhuma determinação do Prefeito sequer de que essa matéria seja estudada.

O SR. AURÉLIO MIGUEL (PL) - (Pela ordem) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - PMDB) - Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Aurélio Miguel.

O SR. AURÉLIO MIGUEL (PL) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, a questão é com referência ao que o Sr. Secretário falou a respeito das planilhas. Parece-me que foi sugerido pelas concessionárias, juntamente com o Secretário de Governo, que fizessem uma auditoria nas contas das planilhas dos concessionários e dos permissionários, mas parece que até agora não foi feito isso. Por que não foi feito isso?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - PMDB) - Na verdade a questão de ordem de V.Exa. é um aditamento de pergunta.

O Sr. Secretário entendeu a pergunta e se houver tempo poderá responder.



**Câmara Municipal de
São Paulo**
T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:73 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

O SR. JOÃO ANTÔNIO (PT) - (Pela ordem) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - PMDB) - Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador João Antônio.

O SR. JOÃO ANTÔNIO (PT) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, duas questões bem simples.

A primeira é de que há um compromisso do Secretário, e queria que V.Exa. que preside neste momento a sessão lembra-se a S.Exa., de trazer para esta Casa a fundamentação jurídica dos contratos dos palm-tops.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - PMDB) - Isso está consagrado nas Notas Taquigráficas, nobre Vereador João Antônio.

O SR. JOÃO ANTÔNIO (PT) - (Pela ordem) - Porque não há nenhuma emergência em vista para este contrato.

Queria terminar esta minha questão levantada neste microfone para dizer que espero que o edital de uma futura licitação não venha introduzindo item de um ano de operação nesta área, porque aí será uma licitação dirigida para quem já está operando hoje.



Folha nº 39 do processo nº 3 de 2006
Eva Popowski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:74 taq. rev.: evento: 062-SE data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

A SRA. MYRYAM ATHIE (PPS) - (Pela ordem) - Sr. Presidente,
peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - PMDB) - Tem a palavra, pela ordem, a nobre Vereador Myryam Athie, mas lembro que o Secretário está com a palavra e há questões a responder. Nós vamos respeitar o tempo.

A SRA. MYRYAM ATHIE (PPS) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, como Líder da bancada do PPS, queria que V.Exa., por favor, delimitasse aqui o tempo de cada Vereador, porque o que foi combinado na reunião de Líderes, Sr. Presidente, é que todos os membros da Comissão de Trânsito, Transportes e Atividades Econômicas teriam direito a apartear e posteriormente as lideranças. Mas da forma como está, um Vereador vem e faz a pergunta, outro vai e faz aparte, creio que, como já são quase quatro horas da tarde, as lideranças dos outros partidos se sentirão prejudicadas em relação aos esclarecimentos que pretendiam ter.

Então, por favor, nobre Vereador Antonio Carlos Rodrigues, que os outros Vereadores que não se sentirem satisfeitos com as respostas possam voltar a fazer perguntas, mas que se dê a oportunidade aos outros Vereadores também que querem questionar.

É só essa a minha colocação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - PMDB) - Nobre Vereadora Myryam Athie, entendo a aflição de V.Exa., mas há esclarecimentos que



Câmara Municipal de
São Paulo
T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:75 taq.

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

se pedem pela oportunidade, porque a posteriori não ficam muito bem esclarecidos.

Tem a palavra o Sr. Secretário para os esclarecimentos complementares por dois minutos e 43 segundos.

Passo o assento ao Sr. Presidente desta Casa.

- Assume a presidência o Sr. Roberto Tripoli.

O SR. SECRETÁRIO - ...

O SR. SECRETÁRIO - Sr. Presidente, eu queria saber a questão que eu devo responder, na medida em que, pelo meu controle, respondi todas as questões, ressalvadas as informações complementares que, reafirmo, serão encaminhadas, sobre a questão do contrato emergencial da licitação do palm. Eu reafirmo para o Sr. Vereador.

À exceção dessa questão, não tenho outra observação anotada aqui. Se puder me esclarecer, eu procuro responder. Não sei que pergunta devo responder. É isso. Eu não sei. Houve tanta intervenção que eu não sei a que pergunta devo responder. No meu controle, não pende nada, à exceção da questão do palmtop.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Muito bem.



Folha nº 81
nº 3
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:76 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Já ouvimos o Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e passamos agora a palavra ao Sr. Líder do PMDB, nobre Vereador Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE (PMDB) - (Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, nobres Sras. e Srs. Vereadores, Sr. Secretário, em primeiro lugar, cabe esclarecimento com referência à manifestação do nobre Vereador Antonio Carlos Rodrigues, no que tange à prevaricação mencionada pelo nobre Vereador, em reunião ocorrida no Gabinete do Sr. Secretário.

De fato, Sr. Secretário, naquela oportunidade, V.Exa. admitiu - e nem poderia ser diferente - a prevaricação praticada por V.Exa. e pelo Sr. Presidente da São Paulo Transportes, o Sr. Hoffmann. Esclareço aos nobres Srs. Vereadores a prevaricação a que me referi naquela reunião. Baseado no artigo 55 da Lei de Licitações, parágrafo 13º, V.Exa. e o Sr. Presidente da São Paulo Transportes deveriam manter as condições de contratação, os contratos celebrados entre a São Paulo Transportes e os concessionários. V.Exa. não vem mantendo. Por que não vem mantendo?

Além das cláusulas aqui assumidas por V.Exa., o que caracteriza prevaricação, e é mais grave ainda a admissibilidade de V.Exa., quando não cumpre - e assumiu aqui, publicamente, de não cumprir, V.Exa. e o presidente da São Paulo Transportes -, o que eu lamento, mas V.Exa. disse isso aqui, que alguns itens não são cumpridos por V.Exa., neste contrato e em outros. Eu me assustei,



Folha: 82
nº 3
Assessoria Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:77 taq.

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

porque V.Exa. disse nesta Casa que é um administrador experiente, de responsabilidade. Nós vamos, inclusive, aqui, com as dimensões das leis.

O artigo 55 da Lei de Licitações é claro e diz, no inciso 3º - que vou ler para que V.Exa. tenha ciência e fique consignado: "Há obrigação do contratado em manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação".

Assim sendo, Sr. Secretário, quando V.Exa. não recolhe a previdência, não retém a previdência, a empresa - não é a Prefeitura - , é uma empresa, ela tem, sim, a obrigação de recolher os 11%.

O que causa isso? Um prejuízo ao trabalhador. O trabalhador pode ficar sem ter a sua devida aposentadoria a posteriori, porque ele não está tendo a devida garantia respondida por lei.

Mas a responsabilidade que se diz e que implica esse artigo, a não retenção previdenciária, na forma do artigo 195 da Constituição Federal, implica também em algumas infrações legais - V.Exa. disse que têm ciência, e me custa a acreditar. Nessas responsabilidades, Sr. Secretário, dadas pelo artigo 82 da Lei de Licitações, as quais V.Exa. e o Sr. Presidente da São Paulo Transportes cometem ao não exigir, ao não reter os 11% exigidos pela lei, V.Exas. estão sujeitos às seguintes penalidades: "Os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos desta lei, ou visando frustrar os objetivos da licitação, sujeitos a sanções previstas nesta lei e aos regulamentos próprios, sem prejuízo da responsabilidade civil e



Foma: 82 do pro: 3
nº 3 n / de 2006
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:78 taq.

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

criminal a quem ensinar" - a V.Exa. e ao Sr. Presidente da São Paulo Transportes.

Aí, o artigo 92 capitula isso. Quero que V.Exas. tenham ciência da responsabilidade. Vou ler o artigo 92 da Lei de Licitações: "Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do adjudicatário, durante a execução dos contratos celebrados com o Poder Público, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica desta lei...". "Pena - detenção, de dois a quatro anos, e multa".

Além do que, Sr. Secretário, não ficam V.Exa. e o Sr. Presidente da São Paulo Transportes isentos das responsabilidades impostas pela Lei de Improbidade, a Lei 8.492/92 e o Decreto Lei 201/67.

V.Exas. estão, sim, inclusos nesses artigos dessas leis. Estão enquadrados nesse enquadramento que, uma vez não recolhido, é responsabilidade do agente público, que responde solidariamente.

Aquela foi uma reunião fechada, mas tornada pública pelo nobre Vereador Antonio Carlos Rodrigues, e eu, desta tribuna, me senti na obrigação, primeiro, de fundamentar aquilo que mencionei a V.Exa., naquela reunião. E o nobre Vereador Antonio Carlos Rodrigues acho que tem razão: há, de fato, uma prevaricação.



Folha nº 3 do processo de 84
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:79 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Mas vim à tribuna, Sr. Secretário, para falar do sistema, do problema e - quem sabe? - propor algumas soluções. Terei mais alguns minutos? (Pausa) Dois minutos só, para completar, Sr. Presidente.

Primeiro, Sr. Secretário...(Camilo)

Primeira pergunta, Sr. Secretário: "V.Exa. concordaria em abrir a conta sistema, fazendo uma análise criteriosa com a Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa? Temos o poder legal para isso, mas o tempo que demandaria para abriremos essa conta sistema, com a Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa, obedecido o Regimento Interno, levaria muito tempo. Gostaria de saber se V.Exa. concordaria que a Comissão de Finanças e Orçamento, que tem direito legal pela nossa Lei Orgânica, verificasse a situação. V.Exa. concordaria em abrir a conta sistema, junto com a Comissão de Finanças e Orçamento?"

Sr. Secretário, V.Exa. mencionou os 17,5 milhões, repassados e não pagos, no ano anterior, às empresas, e disse que eles caíram na vala comum. Cabe esclarecer que o próprio decreto do Sr. Prefeito, para serviços continuados, não se enquadrariam esses 17,5 milhões.

No caso da prestação de serviços continuados, V.Exa. teria de pagar os 17,5 milhões para as empresas, porque se trata de prestação de serviços continuado. Isso está excetuado no próprio decreto do Sr. Prefeito. V.Exa. teria de pagar, de fato, às empresas.

O mais importante, a meu ver, vou colocar agora, Sr. Secretário, como proposta. Sr. Secretário, é de conhecimento público esse fato. Vou tornar isso público, porque sou um beneficiário da modificação que ocorreu com o vale-transporte, com o Bilhete Único na



Folha nº 3 de 85
Assessoria Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:80 taq. rev.: evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

cidade. Tenho uma empresa, sou empresário, e estou ganhando dinheiro com esse sistema, ora implementado. Por quê? Porque, quando comprava o vale-transporte, pagava uma determinada quantia. Ocorre que esse valor diminuiu, na ordem de 25%. A minha empresa ganha dinheiro com isso. Ganho dinheiro com isso, porque gasto menos com o vale-transporte. Levantado se eu ganho, os empresários, filiados à FIESP, ganham, e a Federação do Comércio também ganha. Todos ganham, porque todos estamos pagando menos pelo Bilhete Único.

Sr. Secretário, fizemos um levantamento. Tomei conhecimento - - salvo melhor juízo, V.Exa. pode nos corrigir - de que os vales-transportes comprados anteriormente por todas as empresas remontavam 68 milhões, antes do Bilhete Único, e, após o Bilhete Único, remontavam 28 milhões. Temos então uma diferença de 40 milhões. Talvez o sistema esteja brigando.

Sr. Secretário, talvez essa diferença seja a reclamada pelos locais. Até onde tenho conhecimento, o dinheiro não dá para pagar os locais nem o estrutural. Não é verdade que estão ganhando dinheiro. Também não é verdade que o estrutural está ganhando dinheiro. Todos estão à beira da falência.

Se todos estivessem ganhando dinheiro, a galeria estaria cheia. As pessoas querem saber como solucionar essa situação.

- Palmas na galeria.



Folha nº 3 de 86 do processo nº 3.000.000
Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:81 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

O SR. MILTON LEITE (PMDB) - Sr. Secretário, estamos propondo uma solução, para o problema do Bilhete Único. Estamos encaminhando e propondo soluções, inclusive.

Sr. Secretário, quanto aos vales-transportes adquiridos, a Prefeitura pode perfeitamente cadastrá-los. Poder-se-ia cobrar uma taxa diferenciada do Bilhete Único. A minha empresa e outras pagariam mais pelo Bilhete Único dado ao trabalhador. Quem está ganhando é o trabalhador, e ele está fazendo falta para o pessoal aqui presente, pelos locais e estruturais. Há essa diferença de 40 milhões.

Estão correndo atrás de um buraco causado pela modificação. Aí talvez esteja o remédio. As empresas que comprarem o Bilhete Único para seus trabalhadores seriam cadastradas, na cidade de São Paulo. Teriam de comprar com tarefa diferenciada, porque estão pagando mais barato. Estou ganhando dinheiro na minha empresa, todos estão, 25% a menor.

Sr. Secretário, estão feitas as propostas. V.Exa. tem as respostas para dar e um estudo a fazer. Queremos não só trazer o problema, mas trazer talvez a solução desse problema, dessa diferença enorme que está dando nas contas dos Transportes.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Tem a palavra o Sr. Secretário.



Câmara Municipal de
São Paulo
T A Q U I G R A F I A

Folhaº	07	de 0790.
Nº	2	de 2006
EVA POLOWSKI		
Assistente Parlamentar		
RF 100.453		

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:82 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

O SR. SECRETÁRIO - Sr. Presidente, indago a V.Exa. se tenho uma suplementação de tempo proporcional à suplementação de tempo da pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Esta Presidência tem de dar bom andamento na Casa. Conforme percebi que nem a Oposição questionou o tempo do nobre Vereador Milton Leite, que estava muito atento às perguntas, com conhecimento de causa, deixei passar o tempo um pouco mais, para concluirmos o trabalho, para o bom andamento da sessão.

Da mesma forma, Sr. Secretário, já passei mais minutos ao pronunciamento de V.Exa. Vou procurar aqui buscar um equilíbrio.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O SR. SECRETÁRIO - Sr. Presidente, primeiro quero voltar à questão inicial que o nobre Vereador trouxe, da prevaricação. Quero reafirmar que, na nossa conversa, disse e reafirmo que sei o que é prevaricação, sei os casos em que ela se aplica. Conheço a matéria teórica.

Antes de avançar, como o aplicação da pergunta é objetiva, quanto à questão do INSS, quero passar, às mãos do Sr. Presidente da Casa, a atual situação dos consórcios da cidade em relação ao INSS.

O Consórcio Bandeirantes de Transportes é a empresa concessionária da área 1. O Consórcio Sambaíba de Veículos é a empresa concessionária da área 2. Na área 3, há o Consórcio Plus e suas



Folha nº 38 do processo nº 3 de 1906
Assistente Parlamentar
RF 101.452

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:83 taq.

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

empresas. Na área 4, há a Himalaia. Na área 5, há a Via Sul Transportes Urbanos. Na área 6, há o Consórcio Unisul, com suas empresas. Na área 7, há o consórcio 7; e, na área 8, há o Consórcio Sudoeste. Esses documentos são tirados da Previdência, os quais passo às mãos do Sr. Presidente.

Aqui temos alguns casos onde há certidões negativas. Há outro caso, da certidão positiva com efeito negativo.

Enfim, (Valéria)

Enfim, passo às mãos do Presidente, para um exame mais acurado da Casa, mais acurado da Comissão pertinente. E acrescento também outra informação - que é matéria relacionada -, que é a situação das execuções que estão sendo feitas de débitos anteriores com o INSS. Ou seja, o INSS está alcançando em ações de execução, ações que foram feitas com empresas do passado, às vezes com 10, 15 anos, empresas que nem existem mais, no entanto estão alcançando empresas com as quais atualmente a Prefeitura tem contrato de concessão pelo conceito de "grupo econômico". Então, a SPTrans está tendo de fazer a retenção de parte da remuneração por decisão judicial porque empresas anteriores, das mesmas pessoas, portanto caracterizadas como o mesmo grupo econômico, alcançam as empresas atuais. Eu tenho aqui a situação da execução e de retenção que está acontecendo com cada uma delas, que passarei às mãos do Presidente, lembrando e registrando que aqui temos uma pressão de natureza financeira sobre as empresas, não estamos discutindo o mérito, se deve ou não deve, sobre isso a Justiça já se



Folha° 89 do nº 3 de 2006
Eva Fogolski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:84 taq. rev.: evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

pronunciou, ou seja, aquelas empresas devem. Temos também uma listagem desses processos que remontam nominalmente a quase 4 bilhões - eu me referi a 2,5 e 3, mas fomos rever os números e eles remontam a quase 4 bilhões de reais. São ações do passado que hoje estão sendo executadas e que acabam afetando o sistema de maneira financeira, porque as empresas acabam recebendo apenas parte daquilo que elas teriam direito, porque as retenções chegam até 10% - houve casos de até 30%, mas depois foi revisto para 10%. Portanto, é uma pressão financeira. Passo ao Presidente.

Outra questão que foi questionada pelo Presidente diz respeito a se fazer uma análise de planilhas da Conta-Sistema. Eu diria que não tenho todo o conhecimento de natureza regimental e processual, mas isso é uma coisa que sendo encaminhada, será tratada adequadamente e dada a resposta.

A questão dos 17 milhões, que o Vereador indaga, no caso, de novo os 17 milhões pendentes de 2004, é a "pizza brotinho" dos empresários, só para não perdermos o fio da meada, essa tese que o Vereador apresentou, do serviço continuado, de que caberia um decreto e seria excepcionalizado. Quero dizer que essa matéria foi analisada pelo corpo jurídico da Prefeitura e não foi encontrado esse espaço. Então, não queria avançar na matéria jurídica porque já houve análise e não se encontrou esse espaço.

A questão do vale-transporte que o Vereador traz me parece da maior relevância. Acho que o Vereador que conhece bem a área, bem o setor, está bem enfronhado e relacionado com o setor, trata muito bem



Folha 90 de 90
n.º 21 de 2006
Eva Pugliesi
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:85 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

desse fenômeno do vale-transporte e sua associação com o Bilhete Único. E acho que a tese do Vereador é absolutamente correta, em que pese algumas ressalvas. Acho que esse é um exemplo a mais da imprevisão, do açodamento na implantação do Bilhete Único. Quero lembrar que esse fenômeno ocorreu lá em maio de 2004, ou seja, não se teve cuidado em relação a medidas de segurança, o que facilitou muito as fraudes; não foram colocados os inter-travamentos temporais entre dois acessos, o que era previsto; não foi colocado o inter-travamento, que era previsto anteriormente, ou seja, a integração era possível só em um determinado sentido; a própria política tarifária, ou seja, que tarifa seria cobrada no Bilhete Único acabou sendo implantado algo que não estava previsto no Anexo IV do edital, se não me falha a memória Anexo IV, porque havia uma política tarifária diferenciada. Portanto, esse açodamento, essa falta de planejamento e a falta de cuidados técnicos e formais, geraram várias discrepâncias, inclusive essa que o Vereador traz. Algumas estamos enfrentando, como as fraudes, por exemplo. Estamos corrigindo com enorme ônus político. É bom que se diga que a Gestão anterior ficou com o bônus da implantação do Bilhete Único e estamos nós, agora, na Gestão José Serra, tendo de tapar os buracos e resolver os problemas que foram deixados, particularmente o vale-transporte. Então, é verdade que há um benefício do empregador com a implantação do Bilhete Único. O número trazido pelo Vereador é que eu não confirmaria, porque é um número aparente, mas é bom saber também que existia uma série de vales-transporte que não eram usados na sua totalidade, havia um mercado paralelo na Cidade, todos sabem



Folha° 91
nº 3
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:86 taq. rev.: evento: 062-SE data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

disso, os vales eram usados no mercado, com compra de combustível, todos sabiam. Portanto, o número exato não conseguimos saber. Estimamos que isso pode gerar em torno de 15 milhões de reais por mês, algo como 180 milhões por ano.

- Aparte fora do microfone.
- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. SECRETÁRIO - Nós já estudamos essa matéria e a medida que o Vereador colocou foi uma das analisadas de como resolver essa questão, porque há necessidade de se beneficiar e subsidiar a população, e não o empresário, o empresário empregador, é bom que se diga. Não transferir recurso do sistema para o setor produtivo, empresarial, e não houve mecanismo capaz, seja por aspectos legais, seja por aspectos operacionais, pois uma coisa que está certa é o seguinte: uma idéia era não dar os descontos pelos vales-transporte. Qual a consequência...(regina)

Qual a consequência imediata? O empregador deixaria de comprar o vale-transporte e poderia comprar bilhete-único na lotérica. Portanto, uma medida que tecnicamente pode ser adequada, o resultado pode não ser eficaz. Mas a questão que o Vereador nos traz é sim um dos gargalos que temos a resolver.

Ressalvo que, na verdade, essa conexão entre receita e remuneração não é automática porque pelo critério anterior, quando da repartição da pizza, isso existia. Tudo que era arrecadado, repartia-



Folha nº 92
nº 3
Eva Poggiani
Assistente Parlamentar
CPF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:87 taq.

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

se. Agora não é assim, e não é assim agora nem é assim na licitação.

Ou seja, lá atrás, receita é receita, remuneração é remuneração. E o que posso dizer é que a remuneração que está sendo paga às permissões - e temos um aditivo assinado datado de janeiro -, e o que está sendo discutido com as empresas, e pretendemos fechar logo esse processo, são os valores referenciados. E aí volto à questão trazida pelo nobre Vereador Aurélio Miguel, referenciados aos valores lá de trás, aos valores licitados.

Diria que se existem essas enormes discrepâncias citadas hoje, precisamos buscar a sua raiz. Coloco isso no condicional.

Porém, volto a dizer, independente da discussão técnica, aquilo que foi pago pela conta-sistema aos permissionários em 2005 é maior do que o pago em 2004. Isto é, o que foi pago em 2005 às permissões é mais do que em 2004. Houve apenas um aumento maior na permissão. E quero dizer que não houve aumento devido a critério diferente. Quando em março implantamos uma forma de remuneração, foi utilizado critério isonômico. Qual foi a diferença? É que a permissão, ao longo de 2005 teve um aumento maior de passageiros transportados. Esse fenômeno talvez mereça uma melhor análise, e numa outra pergunta eu posso esclarecer.

Srs. Vereadores, como a remuneração é por passageiro transportado, na permissão maior, proporcionalmente, o aumento da remuneração da permissão foi maior. E isso certamente está ligado à superposição ampla que temos no sistema. Por isso, nessa competição



Folha nº 3 de 3
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:88 taq.

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

pelas linhas houve aumento na permissão e, por esse motivo, houve o aumento proporcional na remuneração.

O SR. MILTON LEITE (PMDB) - Pela ordem! Sr. Secretário, enquanto isso o empresariado continua ganhando dinheiro!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Eu não concedi a palavra a V.Exa. Permita-me, eu não concedi a palavra. Aqui não dá para pegar o microfone... Por favor, V.Exa. tem de seguir o Regimento.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Aurélio Miguel.

O SR. AURÉLIO MIGUEL (PL) - (Pela ordem) - Quando o Sr. Secretário diz que fez a readequação de tarifas tanto para concessionários quanto para local, o senhor teve anuência do local e do concessionário? Porque isso está na legislação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Permita-me nobre Vereador, a pergunta está se repetindo.

O SR. AURÉLIO MIGUEL (PL) - (Pela ordem) - Eu vou então perguntar depois. Vamos ficar aqui até mais-noite.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Não há problema, podemos ficar. Explico aos nobres Pares que, ontem, combinamos no Colégio de Líderes que se houvesse perguntas repetidas, a presidência



Folha° 91
nº 3 n.º 1
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:89 taq. rev.: evento: 062-SE data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

interferiria. Então, a Presidência vai resumir em uma só pergunta o que observo ser o anseio dos nobres Vereadores. Em reunião que participei no Gabinete do Sr. Prefeito, junto com o Secretário de Governo, a pergunta feita pelos nobres Vereadores Milton Leite e Antonio Carlos Rodrigues - se não me engano - é que V.Sa. teria prevaricado. Naquele momento V.Sa. teria afirmado que prevaricou. Então a pergunta é - e V.Sa. não é obrigada a responder, mas voltará sempre essa mesma pergunta - prevaricou ou não prevaricou? Naquele momento presenciei, sou testemunha do que V.Sa. disse: prevaricou ou não prevaricou?

O SR. SECRETÁRIO - Sr. Presidente, darei a resposta em três partes. Em primeiro lugar, eu não disse, eu não assumi que prevariquei. Disse que sabia o que era prevaricação, não precisava me esclarecer. Em segundo lugar, o tema prevaricação, acho que nem eu nem os Vereadores estamos no foro legítimo para discutirmos essa matéria. A matéria tem de ser tratada no Judiciário. Insistiria que se houver dúvida, se quiserem, levem ao foro competente, ao Poder Judiciário.

Em terceiro lugar, essa matéria, a par da formalidade da qual não quero fugir, na verdade, pois é parte da discussão - inclusive tenho tratado diversos componentes da chamada prevaricação, aqui trazida, tenho prestado esclarecimentos junto ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas. Portanto, está sendo esclarecido.

Mas a questão central trazida aqui é o dado que temos de uma série de não-conformidades contratuais que poderiam ensejar à arguição



Folha nº 3
Assistentes Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:90 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

da prevaricação. Mas como não sou competente para tratar dessa matéria, diria que há itens que podem ser discutidos da parte dos operadores e há itens que podem ser trazidos por parte do Poder Público. Acho que a discussão posta, e essa é de responsabilidade do Poder Público, do Poder Legislativo, é encontrar solução para que possamos ter um sistema que seja operacionalmente adequado, que seja financeiramente sustentável e juridicamente estável. É nesse projeto complexo que estamos trabalhando, ou seja, esse é o nosso desafio comum.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - De qualquer forma, disse a V.Sa. que não precisaria responder, e foi o que aconteceu.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE (PMDB) - (Vianna)

O SR. MILTON LEITE (PMDB) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, o Sr. Secretário disse que aqui não é o foro adequado. Sr. Secretário, cabe esclarecer que prevaricação é crime - é deixar de cumprir função de ofício - por funcionário público, por ação ou por omissão. E o senhor se enquadra na Lei 8.181, que é o Estatuto do Funcionário Público, como Secretário. Assim sendo, esclareço que esta Casa é o foro inicial para discutir a matéria. Esse é o esclarecimento que cabe a V.Exa.



Folhaº 96 de proc.
Eva Padowski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:91 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Já ouvimos todos os presidentes de Comissões. Agora tem a palavra o nobre Vereador Arselino Tatto, Líder do PT.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - (Pela ordem) - Pela ordem, Sr. Presidente. Como faço parte da Comissão de Transporte, já tive oportunidade de me dirigir ao Sr. Secretário, e sou Líder da bancada do PT, cedo a palavra ao nobre Vereador Paulo Fiorilo, para falar em nome da Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Com a anuência do Vereador Arselino Tatto, tem a palavra o nobre Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO (PT) - Sr. Presidente, Sr. Secretário, Sras. e Srs. Vereadores, público presente, tem uma questão que precede e parece-me que há uma controvérsia levantada pelo Vereador Antonio Carlos, pelo Vereador Aurélio Miguel, pelo Vereador Milton Leite e, agora, pelo Presidente desta Casa quanto à fala que o Secretário teria feito na reunião com os Vereadores, se prevaricou ou não. O senhor já disse que, se permanecer a dúvida - e tenho certeza de que, mais do que dúvidas, há certezas -, será questionada a fala que o Secretário fez naquela reunião, porque está nas notas taquigráficas, eu tive oportunidade de ler, o senhor reconhecendo que é crime tipificado, Artigo 37. O Vereador Aurélio Miguel fará referência novamente a essa questão.



Folha nº 97
nº 3 06
Sistema Padronizador
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:92 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Mas, Sr. Secretário, ouvi atentamente as respostas do senhor e fiquei com uma dúvida. A impressão que eu tenho é que o Governo do José Serra e, portanto, o seu papel como Secretário, se iniciou há pouco mais de um mês, dois meses, talvez três. Lendo as notas taquigráficas de 7 de março de 2005, o senhor repete novamente todas as questões colocadas nesta audiência de hoje aqui: todas, de reorganização, do problema existente com o sistema, da duplicação de linhas, da otimização etc.

Lendo matéria publicada no *Jornal da Tarde* de hoje: "Novo plano para os ônibus é um velho plano de 2004", e diz aqui que o senhor afirma: "Depois de apresentar as metas e objetivos do plano, o Secretário Municipal de Transporte, Frederico Bussinger, disse que a Prefeitura não tem um cronograma definido para iniciar a reorganização das 1.305 linhas existentes na Capital". Sr. Secretário, afinal de contas, depois de um ano e três meses não dá mais para culpar a gestão passada, é necessário assumir as responsabilidades da gestão atual. Pergunto: O senhor - a Secretaria - tem plano ou não tem plano para reorganizar o sistema? Porque não é possível esta cidade viver todos os dias a incerteza se vai haver paralisação, greve, reivindicações, que atingem aqueles que mais precisam de transporte.

Segundo: o senhor fez referência à pesquisa da ANTP e usou o argumento da propaganda. Tive a curiosidade de dar uma olhada na pesquisa da ANTP. Secretário, a pesquisa do ano anterior à eleição aponta 55 pontos percentuais de aprovação, portanto, mais do que a gestão do Serra na pesquisa atual. O metrô continua bem avaliado, o



Folha° 98
n° 3
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:93 taq.

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

corredor de ônibus de São Mateus também, e não teve propaganda para eles.

É necessário o Secretário reconhecer duas coisas: o sistema piorou e teve aumento de tarifas, de R\$1,70 para R\$2,00. O senhor tem de reconhecer aqui. Houve ou não redução da frota? O Vereador Donato disse que no site da São Paulo Transportes... e pude constatar nos relatórios que houve uma redução de 500 ônibus. Pergunto: houve ou não houve a redução de 500 ônibus? Se houve, Secretário, acho que o Presidente se equivocou quando não permitiu que o senhor tivesse a Bíblia em frente ao senhor. Sabe por quê? O senhor já cometeu aqui um deslize ao responder ao Vereador Aurélio Miguel e ao Vereador Donato; o senhor se confundiu. Agora o senhor comete outro, se disse ou não disse se houve prevaricação.

Terceiro: Secretário, nós vivemos numa cidade em o transporte coletivo é fundamental. Não é possível vir aqui toda vez para dizer: "Nós estamos estudando um plano de reorganização"; não é possível, a Cidade precisa de respostas. Quarto: o senhor falou do corredor da Cidade Tiradentes. Acho que no corredor da Cidade Tiradentes o que tem até agora são grandes placas, porque o corredor efetivamente não começou! O senhor deveria reconhecer isso. O que existe é a continuidade da obra aqui na Avenida do Estado, do antigo Fura-Fila, Paulistão, mas não o corredor. O corredor tem placas, várias, 26 só na Anhaia Melo.

Com relação à frota, eu queria saber se o senhor pode dizer se a piora da qualidade da frota, constatada inclusive pelas pesquisas de



**Câmara Municipal de
São Paulo
T A Q U I G R A F I A**

Folha° 99
n° 3 n° 06
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:94 taq.

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

vocês, que a média era de 5,8 e passou para 6,2, se a Secretaria tem tomado providências efetivas para que não haja utilização de ônibus velhos nas linhas, que é uma grande reclamação dos usuários.

Termino, Sr. Secretário, com uma questão que diz respeito aos subsídios. O senhor afirmou aqui que vocês estão pagando dos 25 milhões, pagaram duas parcelas, portanto nós vamos ter de novo um patamar de 300 milhões. O senhor já respondeu que não haverá reajuste de tarifa. Eu queria saber: o equilíbrio do sistema vai se dar de que forma?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Antes de passar a palavra ao Sr. Secretário, quero pedir desculpas a todos os presentes, mas tenho de me retirar, porque hoje é a missa de falecimento do meu pai. Passo a presidência ao Secretário desta Casa, Vereador José Américo.

Muito obrigado aos senhores.

- Assume a presidência o Sr. José Américo.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Tem a palavra o Sr. Secretário Bussinger para a resposta. [O SR. SECRETÁRIO... (Beth)]

O SR. SECRETÁRIO - Respondo à pergunta do Vereador Paulo Fiorilo falando em nome da liderança do PT. A primeira frase que S.Exa. diz foi que "parece que assumimos ontem". Com o máximo respeito à bancada do PT quero dizer que parece que o PT não tem nada a ver com os problemas colocados. Esta é a questão central. Vejo serem colocadas



Folha nº 10
nº 3
Evaz Poudviki
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:95 taq.

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

as reivindicações como se isso tivesse nascido ontem, por obra do Prefeito José Serra ou durante esta gestão. Vejo até um certo entusiasmo com que o Vereador diz aqui, parecendo que o PT não tem nada a ver com as mazelas colocadas.

Ao longo de 2005 procuramos remendar e corrigir as mazelas deixadas. Digo isso com todo o respeito. Não há natureza pessoal. Faço uma avaliação político-administrativa. A questão que trago é, na verdade, a questão estrutural que repete questões de 2005 que repete as de 2004, de 2003 e de 2002. Na verdade, talvez repita a matéria que a Veja publicou em abril de 2003, "O Eterno Bate-Boca", em que temos a foto da prefeita e do presidente do Sindicato de Empresas. Se olharmos os destaques veremos que boa parte estão sendo também repetidos, inclusive parte trazida pelo PT.

Em termos do sofrimento e necessidades da população nos associamos plenamente. A pergunta é: por que o plano feito em 2003 não foi implantado em 2004 quando foi trazido a partir do Bilhete Único? Temos problemas estruturais, sim. Enfrentamos e resolvemos vários deles. Listei algumas das iniciativas feitas em termos de reorganização de linhas e implantação de sistemas, ou seja, do pré-embarque. Muita coisa foi feita, efetivamente, insuficientes para resolver os problemas estruturais profundos que o PT não quis enfrentar. O PT não enfrentou problemas. O PT inaugurou corredores mas não enfrentou os verdadeiros problemas que estão hoje sendo trazidos.



Folhaº 101
nº 3 06
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:96 taq.
Orador(es):p.acr, dalton

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Na questão da pesquisa acho que os dados trazidos e publicados não há que se retocar. O que trouxe foi uma análise, interpretação e explicação do fato.

Quero dizer com toda a clareza que no caso da pergunta inicialmente feita pelo Vereador Aurélio Miguel e, posteriormente pelo Vereador Donato, dei uma resposta parcial e me corriji no momento seguinte. Digo, afirmo e, se necessário, volto atrás, como fiz. Na questão da prevaricação estamos trazendo a debate uma reunião que existiu - e já foi trazida aqui com os personagens - acho que o que vale é a reunião formal aqui trazida. Estou dizendo e mais uma vez digo: não assumi que há prevaricação. Disse que entendo o que seja. Trago e respondo os fatos que são aqui trazidos. Esclareço e aí cabe julgar. Quando digo que há uma competência específica não é de desprezo em relação a esta Casa. Na verdade cabe à Justiça analisar a lei sobre o fato concreto. Se esta é uma questão tão relevante que seja levada e ali tratada. Digo que não sou competente e, até onde sei, para fazer julgamentos, a Casa não é competente. Isso não é um desmerecimento ao Poder Legislativo. A aplicação da lei ao fato completo compete ao Judiciário. Foi o que falei e aqui reafirmo.

Na questão do Corredor Tiradentes quero dizer que o trecho da Avenida Anhaia Melo e da Avenida Ragueb Chohfi não está iniciado a não ser o Terminal Sapopemba que é parte do trecho 3. Portanto já há obra lá, sim.

Quanto ao primeiro passo, não iríamos dar o passo para abrir frente de obra nova deixando o esqueleto que foi deixado pela



Folha nº 102, 3ª proc.
nº 3, 66-0
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:97 taq.

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

administração anterior e também pela anterior, ou seja, o esqueleto do Fura Fila que foi deixado degradando os bairros e causando sofrimento nas populações do Ipiranga e Sacomã. Essa é a primeira coisa a ser resolvida. Somos uma gestão responsável. Começamos por concluir o que foi deixado para trás, corrigindo as mazelas que foram deixadas expostas. Daí abriremos obras novas. Quero dizer que o projeto do corredor está concluído como projeto. Não há licitação. Colocaremos as estações na rua para iniciarmos obras naquele trecho. A obra vai andar, sim. É um projeto para três anos no todo.

O Vereador falou sobre a questão dos ônibus velhos. Reafirmo o que disse anteriormente. Temos hoje uma frota de cerca de 1.400 veículos com mais de dez anos. Precisam ser substituídos e esta é uma discussão que trazemos à baila. Faço duas ou três ressalvas. . .

(Denise)

Faço duas ou três ressalvas: o critério de dez anos é formal, contratual e, portanto, tem de ser cumprido, e é isso que estamos exigindo, mas não é o único critério para medir a qualidade. Eu militei durante muito tempo em engenharia de manutenção e sabemos que temos veículos mais novos do que os dez anos, cinco ou seis anos, que estão em condições ruins, como alguns veículos acima de dez anos têm condições bastante razoáveis.

Digo que o contrato reza aos dez anos e é por aí que vamos pautar, porém, a substituição desses veículos não será feita como vinha sendo feito anteriormente, o chamado critério 1 para 1. Não basta formalmente substituímos um veículo velho por um veículo novo



Folha nº 103
nº 3
Ev. POCISKI
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:98 taq.

rev.:

evento: 062-SE data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

igual, ou seja, a implantação de corredores sem que os veículos sejam de porte compatível é uma medida que não resolve e é parte dos problemas que estão aí.

Quando estive no Ministério Público falando sobre acessibilidade, os dois procuradores foram muito enfáticos e quero aqui reproduzir o fato de terem dito que foram "enrolados" pela administração anterior, e por isso, o compromisso de um veículo adaptado por linha não estava cumprido e essa é uma das coisas que tem sido alegada como sendo parte da "prevaricação". Eu quero dizer que isso foi uma herança que recebemos, então, a substituição dos veículos velhos por novos será feita, mas não apenas o velho por novo, mas um veículo adaptado, adequado à circulação nos corredores, nas partes mais íngremes da Cidade e, principalmente, veículos adaptados para as pessoas portadoras de deficiência. Ou seja, o programa de renovação será sim perseguido de uma forma tecnicamente mais adequada.

E por fim, a questão do vereador traz do equilíbrio da conta. Afirmo, já havia dito, não quero ser repetitivo, que esse sim é o nosso grande desafio. Não o desequilíbrio que nasceu agora, porque é até uma coisa interessante. Alguns vereadores fazem pergunta e manifestam que ora os permissionários estão recebendo pouco, ora os concessionários estão recebendo pouco. É uma discussão que cabe e já tratamos disso; e de outro lado diz que o sistema está desequilibrado. Ora, o sistema está desequilibrado justamente pela diferença entre receitas e despesas que estão sendo trazidas. Esse sim é um desafio que precisa ser enfrentado. O Vereador João Antônio havia mencionado



Folha nº 104
nº 3
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:99 taq. rev.: evento: 062-SE data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

de vir a contar com a Câmara, e quero dizer que nós, sim, contamos, o Executivo conta com a Câmara para ajudar a enfrentar esse problema do desequilíbrio da conta-sistema sim. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Obrigado, Secretário.
Pela ordem, Vereador Arselino Tatto.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - (Pela ordem) - O Secretário tem feito uma série de acusações. Por exemplo, acaba de falar aqui que um promotor lhe disse que a gestão passada "enrolou" o tempo todo.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria já de propor que pudéssemos, às 17h15min, prorrogarmos a sessão por mais quatro horas porque quero ter a oportunidade de me reinscrever. Quero rebater, uma a uma, as respostas que foram dadas pelo Secretário.

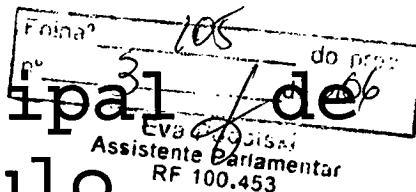
Eu sou autor de duas leis na cidade de São Paulo. Uma que criou o serviço Atende; e a outra que criou pelo menos um ônibus adaptado com elevador em cada linha.

Está lá há mais de um ano e o que sabe fazer é reclamar e jogar a culpa na gestão passada. Até agora não disse a que veio. Não houve nenhuma melhoria, não aumentou o número de ônibus para as pessoas com necessidades especiais, só sabe acusar. Por isso, em nome da bancada do PT, queremos a prorrogação desta sessão por mais quatro horas.



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA



NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:100
data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

taq.

rev.:

evento: 062-SE

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Pela ordem, Vereador Dalton Silvano.

O SR. DALTON SILVANO (PSDB) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, está aqui o líder da nossa bancada e o líder do Governo. Havia uma sessão extraordinária às 13h, que terminaria às 15h em função da sessão ordinária. Deram entrada em um requerimento de 28 assinaturas. Eu questionei que esse requerimento deveria ser aprovado em Plenário, o Presidente deliberou. Agora, está sendo colocada mais uma prorrogação. Estou entendendo que isso não foi acordado entre os líderes.

Sr. Presidente, tenho cinco minutos. Em cortesia a esta Casa, o Secretário está respondendo todas as perguntas. Entretanto, quando a Presidência foi questionada sobre se o Secretário deveria ou não responder as perguntas, ora invocam o regimento, ora dizem que a Casa tem de aprovar. Então, vou ler para V.Exa. o artigo 381, que diz: "Art. 381, parágrafo 1º - O requerimento deverá indicar explicitamente o motivo da convocação especificando os quesitos que serão propostos ao Secretário Municipal." E esse requerimento não listas todos os quesitos.

Mais ainda, o artigo 384, diz: "Art. 384 - Não havendo mais Vereadores inscritos para indagações relativas aos quesitos do instrumento de convocação, o Secretário convocado, obedecidos os mesmos critérios, será interpelado sobre outros assuntos relevantes



**Câmara Municipal de
São Paulo**
T A Q U I G R A F I A

Forma 106
nº 3
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:101 data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

taq.

rev.:

evento: 062-SE

que, por dever de ofício, seja obrigado a conhecer." Portanto, várias matéria que por cortesia, em respeito a esta Casa, o Secretário tem respondido, mas que não é obrigado pelo Regimento Interno.

Então, já que a questão é prorrogar, não tem problema, peço que os meus líderes conversem sobre essa matéria.

Salvo melhor juízo...Márcia

Salvo melhor juízo, essa questão de prorrogar a sessão extraordinária não estava prevista. Então, quero invocar aqui que o Secretário, em cortesia, em respeito a esta Casa, está respondendo a todas as matérias.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Vereador Dalton Silvano, fui informado pelo Presidente Roberto Tripoli de que há um acordo de lideranças. Por esse acordo, nós iríamos até o final das inscrições. Temos ainda vários líderes e vários vereadores inscritos. E temos sessão até às 17h15min. Se por acaso entrar o requerimento a que V.Exa. se refere, vou ter de cumprir o Regimento e por em votação.

Darei a palavra, agora, ao Vereador Carlos Giannazi.

O SR. DALTON SILVANO (PSDB) - Sr. Presidente, só para concluir. Não estou dizendo que sou contra a prorrogação. Estou pedindo para os meus líderes...



Folha nº 3 de 107
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:102 data:16-03-06 taq. rev.: evento: 062-SE
Orador(es):p.acr, dalton

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Já entendi. Se V.Exa. divergir dessa posição, entre com um requerimento.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI (PSOL) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, quero fazer um apelo. A sessão vai acabar às 17h15min, como foi mencionado, e existem várias pessoas inscritas, líderes partidários e vereadores querendo perguntar. O Vereador Dalton Silvano já consumiu quase dez minutos e acho que a Mesa deve garantir a fala de todos os inscritos. Estou me sentindo injustiçado, pois tenho muitas perguntas para fazer e muitos vereadores estão fazendo muitos apartes, réplicas, prejudicando quem ainda tem que perguntar. Então, eu gostaria que o nobre Vereador-Presidente colocasse ordem nas inscrições e nas intervenções, evitando ao máximo dar aparte, senão vamos sair daqui à meia-noite.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Vou procurar fazer isso. Só darei, "pela ordem" para o Vereador Marcos Zerbini, depois vou seguir as inscrições.

O SR. MARCOS ZERBINI (PSDB) - (Pela ordem) - Para informação geral, foi feito um acordo entre as Lideranças, em reunião no 8º andar, ontem, na qual se determinou que falaria primeiro os membros da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica; depois os



rod.:01 fl.:103 taq. rev.: evento: 062-SE
 data:16-03-06
 Orador(es):p.acr, dalton

dois Presidentes das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento, e depois os Líderes partidários, para finalmente abrir para os Vereadores. O PSDB vai cumprir esse acordo. Não existe nenhum problema do PSDB e acredito que nem por parte do Sr. Secretário. Quero lembrar que S.Exa. se dispôs a vir aqui, independentemente da convocação. Não há nada a esconder, não há nenhum problema por parte do Secretário do Governo ou da Bancada do PSDB em tentar ocultar qualquer coisa. Nós queremos que as coisas sejam claras para a cidade de São Paulo e é por isso que o Secretário Freddy está aqui. Tenho certeza de que não existe por parte do Secretário do Governo nenhuma má vontade no sentido de esclarecer as dúvidas da Casa; se houvesse, ele não se ofereceria para vir voluntariamente a esta Casa. Então, o acordo será cumprido da forma como foi acertado ontem, porque um Parlamento só funciona se a palavra for honrada, e essa foi a palavra assumida com todos os companheiros da Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Obrigado, Vereador. Tem a palavra; pela ordem, o nobre Vereador Adilson Amadeu.

O SR. ADILSON AMADEU (PTB) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, o nobre Vereador Dalton Silvano colocou várias vezes que no passado tinha dificuldade de trazer Secretário de Transporte para esclarecimento. E noto o seguinte: o Secretário já veio aqui algumas vezes e ele já está à frente da Pasta há 14 meses. Ontem mesmo, ele



Folha nº 109 do proc. nº 100.453
Eva Podolski
Assistente Parlamentar

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:104 taq. rev.: evento: 062-SE

data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

fez um encontro no bairro no Pari, na São Paulo Transportes, onde falou que o remanejamento de todo o estrutural ainda vai demorar mais uns nove meses. Se me permite, Secretário, o senhor fala muito em pizza. No começo da minha fala, eu citei que a conta-sistema é uma caixa preta e o senhor falou que é uma caixa d'água. Insisto que é uma caixa preta. Essa caixa preta tem um conteúdo muito grande de mussarela, porque no total do ano dá 3 bilhões de reais, as entradas na conta-sistema. E estou percebendo que o Secretário vem buscando levantar defunto lá de trás. O senhor precisa por esse sistema para funcionar. O senhor é uma pessoa hábil e inteligente. Permita-me colocar da seguinte maneira: é preciso que o senhor tenha uma condição de realmente por tudo a funcionar, e bem, aqui na cidade de São Paulo, desde que dê oportunidade aos concessionários, aos permissionários e também ao sindicato de motoristas e cobradores. Em nenhuma condição o senhor está querendo estar com eles. Aliás, no ano passado, o Sr. Secretário ficou muito irritado com uma reunião dos concessionários e o sindicato de motoristas e cobradores. Pela andança que o senhor tem e conhecedor que é, há 30 anos, do sistema de transporte, o senhor precisaria parar de levantar defunto e colocar o sistema de transporte na cidade de São Paulo para andar.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Tem a palavra o nobre Vereador Wadih Mutran.



Folhaº 110
nº 3
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:105 data:16-03-06 taq. rev.: evento: 062-SE
Orador(es):p.acr, dalton

O SR. WADIIH MUTRAN... VALÉRIA PINHEIRO

O SR. WADIIH MUTRAN (PP) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, nobres Srs. Vereadores, entendo, como Vereador desta Casa, que o Sr. Secretário foi convocado para vir esclarecer o que está acontecendo no transporte da Cidade. Logicamente, o nobre Vereador Dalton Silvano e o nobre Vereador João Antônio, do PT, estão querendo, com a história, fazer política. O importante aqui é que, se se tivesse que fazer CPI, como o nobre Vereador João Antônio falou, tínhamos de começar por Brasília. Lá é que está ruim, lá é onde há muita pizza. Depois, fazer aqui no Governo e na Câmara Municipal. O próprio PT já propôs uma CPI do transporte. Ouvi V.Exa., nobre Vereador José Américo, defendendo da tribuna que fosse feita uma CPI do transporte. O PT não foi contra uma CPI do transporte. Ninguém é contra esclarecer, o que é bom para a população de São Paulo, o que é bom para os donos de empresas de ônibus. É o que temos de discutir aqui: temos de discutir as peruas, que são boas para a cidade de São Paulo; temos de discutir como resolver os problemas dos taxistas. O empresário tem de ganhar dinheiro para pôr bons ônibus para a população. A Prefeitura tem de fiscalizar e ver se o empresário realmente está trabalhando de acordo com os contratos. O que temos de fazer é prestar um bom serviço de transporte para a população de São Paulo.



Folha nº 3 de 3 do proc. 106
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:106 data:16-03-06 taq. rev.: evento: 062-SE
Orador(es):p.acr, dalton

Com referência à convocação do Sr. Secretário para responder perguntas, o próprio Presidente efetivo desta Casa deixou o Secretário à vontade para ele responder, já que, como disse o Presidente, ele não tem nada a esconder. Logicamente, se sou convocado para falar sobre ônibus, não posso falar sobre táxis, porque não estou preparado. Mas, naquilo que o Secretário estiver preparado, cabe a ele dizer se deve ou não responder. Não precisa vir ao microfone o Vereador Dalton Silvano citar o Regimento da Casa; cabe ao Sr. Secretário saber se ele deve responder ou não. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Domingos Dissei. Esta é a última palavra pela ordem concedida, pois precisamos continuar a sequência dos oradores.

O SR. DOMINGOS DISSEI (PFL) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, eu gostaria de um esclarecimento. O que ficou acertado são as perguntas dos líderes. V.Exa. agora segue a sequência dos inscritos, sem mais apartes?

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Exatamente.

O SR. DOMINGOS DISSEI (PFL) - (Pela ordem) - Porque, senão, não vamos chegar ao final.



Folhaº 112
nº 3
Eva C. C. S. S.
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:107 data:16-03-06 taq. rev.: evento: 062-SE
Orador(es):p.acr, dalton

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Perfeitamente.

Seguiremos a ordem.

O SR. DOMINGOS DISSEI (PFL) - (Pela ordem) - V.Exa. vai seguir a ordem dos líderes?

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Evidentemente, se é uma sessão da Câmara, sou obrigado, em certas circunstâncias, a conceder questões de ordem. O processo está sendo democrático, todos estão podendo pedir questões de ordem.

O SR. DOMINGOS DISSEI (PFL) - (Pela ordem) - Novamente indago se V.Exa. poderia citar a sequência dos líderes.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - A sequência dos Vereadores é a seguinte: Paulo Frange, Líder do PTB; Domingos Dissei, Líder do PFL; Marcos Zerbini, Líder do PSDB; Aurélio Miguel, Líder do PL; Átila Russomanno, Líder do PP; Abou Anni, Líder do PV; Carlos Apolinário, Líder do PDT; Myryam Athie, Líder do PPS; Noemi Nonato, Líder do PSB; Carlos Giannazi, Líder do PSOL; Atilio Francisco, Líder do PRB; e Gilson Barreto, Líder do Governo, além de alguns outros Vereadores inscritos.



Folhaº 114 do proc.
nº 3
Eva. P. 000554
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:109

data:16-03-06

taq.

rev.:

evento: 062-SE

Orador(es):p.acr, dalton

Está suspensa a sessão por três minutos.

- Suspensos, ... segue Dalva

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a Presidência do Sr. Vereador José Américo.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Sras. e Srs. Vereadores, por acordo de liderança, sem que haja votação de qualquer requerimento, a sessão será prorrogada até as 18hs30min.

Com a palavra, o nobre Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE (PTB) - Sr.Secretario, quando chegamos aqui na Câmara, há três mandatos atrás e quase que todos os Vereadores já passaram por essa experiência e quem aqui agora, a primeira coisa que ouvimos falar aqui na Câmara é que existe uma coisa chamada conta sistema. E passa-se um ano, dois, três, muitas vezes, sem entender o que é isso. É uma situação muito intrigante porque a população também não sabe, a imprensa não explica muito claro e muitas vezes não se sabe que isso é o resultado da catraca. Quando discutimos gratuidade, temos uma grande dificuldade de encaixar esses números dentro do planejamento que o Município encaminha e dentro dos números que são publicados. Temos uma arrecadação nessa conta sistema, alguma coisa de 3 bilhões e temos a informação de que 8% disso refere a gratuidade dos idosos. Ou seja, 248 milhões. Gostaria que esses números fossem



Folha nº 110
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:110 taq. rev.: evento: 062-SE
data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

revisados por V.Sa. uma vez que não são precisos, são informações. E que os estudantes representam 6% dessa conta sistema, ou mais 186 milhões. Quando somamos isso dá 434 milhões. O planejamento encaminha para a Câmara 300 milhões. Aqui houve mudanças por razões políticas, técnicas, enfim. Vem para cá 300 milhões e no ano passado o senhor chegou a afirmar para que não tivesse subsidio nenhum, a passagem deveria custar algo na ordem de 2.21 aproximadamente, para que não tivesse que pagar da Prefeitura, nenhum subsidio. Se é 2.21 para não pagar nenhum subsidio, a pergunta é a seguinte: é para cobrir esses 434 milhões? Porque se é, e o subsidio vem para cá com 300 milhões, mesmo assim o sistema continua deficitário.

Como o senhor colocou muito bem no inicio, já tivemos essa experiência aqui, temos um sistema que foi planejado e o executado é absolutamente diferente. A minha pergunta é: na hora de fazer o cálculo do custo do sistema ele foi calculado para o que foi pensado e planejado, ou para o que foi executado? Porque aqui há uma enorme diferença. Quando eu falo isso, é porque, nem as grandes empresas e nem os perueiros, ninguém nunca está satisfeito com o que está recebendo e percebemos que há dificuldade no setor. Sempre houve, desde quando estou aqui, vejo que as pessoas reclamam que não dá para pagar o custo. Quando falamos de alguma prestação de serviços coletivos, me reporto à situação do SUS - Sistema Único de Saúde, onde eu trabalho, que é a minha vida como profissional de saúde, que é a mesma coisa aqui. Ou seja, parece que a planilha de custo foi feita



Folha nº 116 do processo nº 2 de 2006
Eva Foguiski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:111 data:16-03-06 taq. rev.: evento: 062-SE
Orador(es):p.acr, dalton

para o Nordeste e ela é aplicada no Sul. O SUS foi assim por isso que não deu certo. Pergunto: essa rediscussão desses custos, mesmo que seja por auditoria etc..., mesmo que venha agora, está tarde demais. Ou seja, estamos perdendo tempo demais discutindo sempre quem tem razão. Gostaria de entender melhor esse processo, que o senhor me respondesse.

Outra questão é a seguinte: se nós aqui da Câmara temos acesso ao novo SEO hoje, por que o sistema da conta sistema não está no novo SEO para que pudéssemos acompanhar, exatamente para onde está indo cada um desses recursos. Ou seja, o que falta para gente aqui também, Sr. Secretário, é informação, principalmente, na Comissão de Finanças e Orçamento. Hoje o novo SEO já é mais fácil na Casa para ser acompanhado, já temos até informatização nos gabinetes que nos facilita acessar. O Sr. Secretário de Finanças a última vez que esteve aqui, disse que estaria disponibilizado no novo SEO essa prestação de contas, mas que por uma razão da auditoria, ainda não estaria disponível no momento e nós sempre temos essas informações a menos. Ou seja, nos atrapalha até mesmo a discutir os assuntos.

Outra pergunta, volta exatamente, o senhor já respondeu, que é o porquê do não cumprimento dessa situação da frota de ônibus ter sido renovada integralmente. O senhor já explicou uma vez, queria terminar dizendo, não concordo com a assessoria jurídica da Secretaria, que afirmou que aqueles 17 milhões estaria fora do serviço continuado. O decreto deveria colher sim aquele recurso. Entendo que seria o mesmo



Folha nº 3 de 112
nº 3 de 112
Eva Podurski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:112
data:16-03-06

taq.

rev.:

evento: 062-SE

Orador(es):p.acr, dalton

que aplicar então, e deixar de ter pagado oxigênio White Martins, que era o serviço continuado. Se o serviço é continuado porque não fez parte de um decreto? O decreto era muito claro de que o serviço que não fosse continuado ele seria parcelado, assim foram com as empresas. Agora quando falamos em sistema de transportes, fornecimento de oxigênio ou de soro para hospital, é a mesma coisa.

Entendo que a sua assessoria jurídica é competente como a nossa aqui da Câmara Municipal, e aqui na Câmara ela funciona assim: quando eu peço um parecer, o senhor quer que dê contra ou favorável é assim que funciona. Os nossos assessores jurídicos, tem também com certeza a mesma formação que assessoria jurídica das Secretarias, ou seja, ela faz mais ou menos aquilo que é orientado: me faça um parecer aqui contrário, e eles acabam encontrando, porque o direito permite tudo. Essa é a nossa posição, só discordando desse aspecto, eu gostaria das repostas do assunto do levantamento dos subsídios.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Ane

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Obrigado, nobre Vereador Paulo Frange.

Tem a palavra o Sr. Secretário Frederico Bussinger.

O SR. SECRETÁRIO - Nobre Vereador, procuramos explicar a conta-sistema da melhor forma. Podemos estar com dificuldade de transmitir a informação, mas eu diria que não é algo totalmente



Folha nº 3 de 3
Eva Rodriguez
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:113
data:16-03-06

taq.

rev.:

evento: 062-SE

Orador(es):p.acr, dalton

complexo. Mas também é bom que se diga que é necessário um certo trato de entendimento, um conhecimento mínimo que seja para poder tratar dessa questão. Nós procuramos explicar de formas diversas, para ver se conseguíamos transmitir. Nosso esforço não é no sentido de esconder; é, ao contrário, no sentido de esclarecer.

Essa forma de apresentação que mencionei como sendo a "caixa d'água" é porque essa é a expressão que usamos e assim nós desenhamos. Não é uma força de expressão, nem é uma gozação, um desrespeito a ninguém. Foi a forma encontrada mais fácil de explicar, inclusive para o nosso público interno. E, nas discussões que temos, seja com os permissionários, seja com os concessionários, é uma boa forma de apresentar o assunto. E temos discutido muito. Não só essa matéria financeira, das remunerações, como também a matéria de organização do sistema. Uma pergunta feita anteriormente afirmava que nós não temos discutido isso. Não é verdade. Temos discutido, inclusive levamos para cada área, cada permissionário, para cada empresa o que estamos pensando. E já tivemos interações, já tivemos respostas, inclusive com apresentação de vídeo de algumas cooperativas mostrando eles trabalhando em cima desse assunto. Os empresários também têm trabalhado. Portanto, essa discussão tem acontecido. Não é simples, mas ela tem acontecido inclusive com a população.

Nessa matéria, essa caixa chamada "caixa d'água" tem algumas entradas e algumas saídas. É como se fosse uma conta bancária, ou a gestão de um pequeno negócio. Ou seja, eu tenho diversos ingressos e



Câmara Municipal de
São Paulo
T A Q U I G R A F I A

nº 3 119
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:114 data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

taq.

rev.:

evento: 062-SE

diversas saídas. Nos ingressos, temos a receita tarifária. O Vereador indicou bem. Essa é a maior parte. Dos 3,1 bilhões, 2,8 bilhões são das tarifas. É a maior parte; não é a única. Temos também as receitas de publicidade e aluguel, que são muito pequenas, mas que estão aqui representadas. Temos as dotações orçamentárias que os Srs. Vereadores aprovam, as gratuidades, que são as complementações. Isso dá um total de 3,1 bilhões aproximadamente. Esse dinheiro é gerenciado e paga os operadores, sejam os permissionários ou concessionários, remunera os terminais, sua administração e operação, a comercialização do bilhete único, as lotéricas, Caixa Econômica, remunera a fiscalização e gerenciamento da SPTrans, o que dá um total estimado para este ano de 3,4 bilhões. A diferença está em torno de 300 milhões.

Na verdade, quando é apresentada a proposta para os Srs. Vereadores, isso é feito por diferença. Essa última parcela da gratuidade é aquilo que se vai gastar, menos aquilo que vai entrar. O subsídio está aqui. A representação é por soma, mas, na verdade, se chega a ela por subtração. Acho que é fácil de entender isso.

Quando falo de receita tarifária, é bom esclarecer que estou falando de uma receita tarifária que precisava ser adjetivada: receita tarifária líquida. Por que líquida? Porque nem tudo aquilo que a população paga chega até a conta. Quando há fraudes, esse dinheiro não chega na conta-sistema. Então - e aí não quero dar nenhum duplo sentido à palavra -, usando a analogia da caixa d'água, temos aqui um "ladrão". Ou seja, água está sendo drenada para fora da caixa d'água.



Folha nº 120
nº 3
Eva Polivska
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:115 data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

taq. rev.: evento: 062-SE

Esse dinheiro não chega na conta-sistema. A população paga, mas o dinheiro não chega na conta.

A conta-sistema é isso. Não existe nenhuma "caixa preta" em relação a ela. E gerir isso é atribuição da SPTrans.

Os principais números que apresento também estão disponibilizados. A receita está disponibilizada, os pagamentos estão disponibilizados, a gratuidade, a execução orçamentária está disponível no sistema informatizado. O que é mais relevante aqui está.

A partir dessa auditoria, pretendemos fazer um apanhado geral, para disponibilizar os dados de maneira regular. Porque esse é o coração, efetivamente, do sistema.

O Sr. João Antônio (PT) - Sr. Secretário, V.Exa. permite aparte? Pela oportunidade.

O SR. SECRETÁRIO - Em relação à questão dos idosos levantada pelo nobre Vereador, os estudantes representaram, em 2005, 4,91%. O total de gratuidade, envolvendo também os idosos, resulta 6,43%. Esses são os números. Poderemos fornecer os dados com mais detalhes, porque eles estão discriminados por subsistema, por área.

No ano passado, foram movimentados - passageiros registrados - 2 bilhões, 507 milhões, 161 mil e 472. Foram 2,5 bilhões. Esse é o número. Gratuidade, 161 milhões. Esse é o número que temos de 2005.



Folha 121 do prog. 3006
n. 3006
Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:116

data:16-03-06

taq.

rev.:

evento: 062-SE

Orador(es):p.acr, dalton

O SR. AURÉLIO MIGUEL (PL) - (Fora do microfone) - Entre aposentados e estudantes?

O SR. SECRETÁRIO - O total de gratuidades.

Sobre a questão dos custos computados, temos todos os dados. Temos desde o custo considerado para fazer o edital, o custo planejado, como o nobre Vereador chamou, e o custo executado, que é o verificado hoje.

Evidentemente, não há como...(Marcelo)

Evidentemente não há como se definir a remuneração a partir da rede que existia lá atrás, porque essa rede não é factível hoje. Então o que foi feito em março, eu respondi isso numa questão anterior, foi tomar o valor original, atualizar esse valor e fazer um tipo de re-equilíbrio a partir dos dados da realidade hoje. Então, quando se diz que o Poder Público tem não conformidades em relação ao planejamento original, eu já mencionei esse fato, eu diria que é verdade. Os corredores que foram implantados, só um terço deles, vamos dizer, os terminais não foram implantados. Qual a consequência de não se ter corredor? A velocidade é mais lenta, velocidade é mais frota, mais frota é mais custo, portanto, é um círculo e isso já está considerado, já foi considerado nesse ajuste de março do ano passado. Portanto, esse é um tema que nós tratamos. Evidentemente nós podemos a uma conclusão, de que a população e o Poder Público acabam pagando mais



Folha° 122 de 122
nº 3
Eva Popowski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:117 data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

taq.

rev.:

evento: 062-SE

por conta dessas ineficiências sistêmicas, mas isso é parte desse re-equilíbrio que teve que ser feito. Essa é matéria tratada, não é uma surpresa para nós.

A questão dos 17 milhões, que o nobre Vereador menciona, diria o seguinte, esse entendimento que o Vereador traz também foi considerado e analisado. Essa é uma matéria que tem envolvimento mais amplos jurídicos na Prefeitura e eu diria que o resultado final é que não se encontrou essa brecha como mencionada pelo Vereador e uma dotação específica para isso. Portanto, foi esse o encaminhamento que foi dado a partir dessa interpretação.

Apenas faço uma ressalva em relação à Assessoria Jurídica, e aí queria fazer uma homenagem à nossa dizendo o seguinte, que eu também já ouvi falar disso na questão do trato com os advogados, mas quero dizer que o tema do direito é um tema que gosto muito, inclusive iniciei um curso de direito depois de velho, tive que interromper por assumir o cargo, mas é uma matéria que gosto muito e discutimos muito com o Jurídico. Jamais peço uma coisa, faça assim, ou faça assado. Nós debatemos às vezes eu contrariao o jurídico, sou convencido pelo Jurídico. Então é uma coisa que, inclusive, me estimula e precisa estar fundamentada. Eu jamais pedi faça isso ou faça aquilo. No máximo eu dou um despacho padrão quando tenho uma coisa. Eu digo o seguinte: "Tal coisa pediu assim, ou se quer fazer assim. Imaginamos encaminhar dessa maneira A, B, C. Algum óbice? Se existe fundamente", ou seja, eu enuncio a decisão para saber se tem um óbice, normalmente inverteo a



Folha° 122
n° 3
Eva Foujolski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:118

data:16-03-06

taq.

rev.:

evento: 062-SE

Orador(es):p.acr, dalton

pergunta, mas o nosso Jurídico também não se rende sobre a matéria e ele tratou dessa questão também, não só o nosso Jurídico, mas o da Finanças, do Planejamento, da Procuradoria. Enfim, é uma matéria complexa efetivamente.

A outra pergunta, se não pode estar disponibilizado no SEO. Eu diria que nós estamos justamente neste trabalho de dar ordem e dar visibilidade nos diversos componentes da conta sistema e a nossa intenção realmente é colocar sim no SEO. Por quê? Porque essa conta, que é a segunda maior conta da Prefeitura, 3,4 bilhões de reais, é impossível, ainda que se quisesse, tratar isso hermeticamente e não é do nosso feitio, não é feitio do Prefeito Serra, não é do meu feitio, não é feitio da administração, nós queremos dar transparência sim a esses dados e se não tem mais transparência terá mais transparência sim. Não queremos esconder nada em relação a isso.

Aliás, não estou fazendo discurso. Disseram que vim aqui fazer o mesmo discurso. Quero lembrar que quando estive aqui disse que íamos disponibilizar os dados de recebimento de permissionários e concessionários e está disponível desde março do ano passado sim, está na Internet que vai saber quanto estão recebendo cada área da concessão da permissão. Isso já está acontecendo.

O SR. JOÃO ANTÔNIO (PT) - (Pela ordem) - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.



Folha nº 3
EVA PROWISKI
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:119
data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

taq.

rev.:

evento: 062-SE

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Nobre Vereador João Antônio, houve um acordo entre os Líderes de que ninguém ia pedir questão de ordem e nem aparte para preservar o direito dos pequenos partidos. Se for alguma coisa pertinente e importante, na hora que terminar a fala dos Líderes eu concedo a palavra a V.Exa. para perguntar ao Sr. Secretário Bussinger.

Tem a palavra o nobre Vereador Abou Anni, Líder do PV.

O SR. ABOU ANNI (PV) - Exmo. Sr. Presidente, Sr. Secretário, caros amigos trabalhadores do transporte que ocupam a galeria, quero dizer que realmente o transporte passa, acredito eu, pela pior crise do sistema. Infelizmente tivemos o dissabor de ler a matéria publicada há poucos dias em razão de uma pequena paralisação do sistema, que foi chamada de greve criminosa. Então mais uma vez quero deixar registrado que foi uma greve totalmente legítima porque não houve o pagamento dos trabalhadores. Também houve pronunciamento de Vereadores aqui em relação à gestão passada, onde foi questionada uma greve sincronizada, um acordo entre patrões e trabalhadores que até ocasionou a prisão de sindicalistas. Queria deixar bem claro que houve uma decisão da Juíza Federal Dra. Margaret, que entendeu que não houve crime contra a organização do trabalho. Esclareço ainda que os sindicalistas presos estão com suas vidas normais, trabalhando dentro da normalidade e lembrando ainda que não responde a qualquer tipo de processo. Do ponto de vista deste Vereador foi uma questão política.



Folha° 125 de 125
n° 3 n° 66
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:120

data:16-03-06

taq.

rev.:

evento: 062-SE

Orador(es):p.acr, dalton

Eu queria perguntar...

) L.Carlos (

Queria perguntar ao Sr. Secretário - são algumas perguntas e vou tentar fazê-las o mais rápido possível, porque o tempo é curto. E, como são várias questões, Sr. Secretário, solicitaria que as respostas também fossem objetivas, até porque algumas já foram esclarecidas por V.Exa.

Em relação à conta sistema, V.Exa. falou que é de total transparência, mas eu queria saber de V.Exa. se foi criada a Comissão Financeira da São Paulo Transportes, porque está prevista, se não me engano na questão contratual, ou por meio de lei, que, existe a necessidade de criar uma da São Paulo Transportes. Então, quero saber se foi ou não foi criada essa Comissão.

Outra coisa: quando se fala em conta sistema, V.Exa. esclareceu que existem receitas extratarifárias. Gostaria de saber se a questão do Resam - o Regulamento de Sanções e Multas -, que V.Exa. dobrou os valores, e que, hoje, uma reincidência em determinada multa do Resam chega a R\$ 1.440,00. Então, gostaria de saber se essa verba - e tenho os dados de 2004: foram arrecadados 45 milhões. Já solicitei ao Sr. Presidente da São Paulo Transportes os valores desta atual gestão.



Câmara Municipal de
São Paulo
T A Q U I G R A F I A

Folha°	126
n°	3
Assistente Parlamentar	06

Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:121
data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

taq.

rev.:

evento: 062-SE

Outra questão também seria em razão de INSS. Está previsto no contrato de concessão que V.Exa., a qualquer momento, poderá solicitar certidões em razão do INSS. E existem também publicações, em vários jornais, que existe uma dívida milionária do INSS. Essas certidões já foram solicitadas durante a gestão de V.Exa? E, caso foram positivas, eles continuam operando o sistema? É uma outra pergunta.

Quanto às cartas fianças, foi comprovado e esclarecido totalmente que eram falsas; e operaram dessa mesma forma o sistema. Inclusive, houve uma sindicância, pela Secretaria de Transportes, pedindo o arquivamento. Já foram substituídas as cartas fianças? Até porque, se os empresários realmente vão entregarem o sistema, conforme houve o protocolado de tal solicitação, quem que cobre toda essa dívida aí de Fundo de Garantia que não depositam? Porque, quando a gente fala em INSS, temos de pensar no futuro dos trabalhadores, na sua aposentadoria. Ele vai conseguir aposentar dentro das formas legais, se isso não está sendo recolhido?

E, por último, Sr. Secretário, que estou vendo que não foi possível fazer todas as perguntas, mas, oportunamente, voltarei a esta tribuna, gostaria de saber também em relação aos cobradores, que está previsto o segundo homem, em lei de 2001, que V.Exa. à época, desconhecia o fato de que no suposto microônibus não existia a presença de cobradores, foi realmente confirmado, em reuniões oportunas, na Comissão de Transportes, que existe essa deficiência de cobradores nos miniônibus, trata-se de uma lei que exige a presença de



Folha nº 3 de 06 do proc.
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:122 data:16-03-06 taq. rev.: evento: 062-SE
Orador(es):p.acr, dalton

cobradores em todos os microônibus. O sistema local opera com os cobradores, e o sistema estrutural não opera com cobradores. Então, qual a providência que está sendo tomada?

Já officiei V.Exa. pela terceira vez, se não me engano. Tenho em mãos uma solicitação de 08 de fevereiro. Foi reiterada essa solicitação em 14 de março e, até a presente data, este Vereador ainda não teve resposta.

Tinha mais alguns questionamentos, mas vou respeitar o acordo de lideranças, para que todos os Srs. Líderes façam uso da palavra e, oportunamente, volto a me pronunciar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Muito obrigado, nobre Vereador Abou Anni.

Tem a palavra o Sr. Secretário Frederico Bussinger.

O SR. SECRETÁRIO - O nobre Vereador iniciou sua fala mencionando tivemos uma crise. Eu diria que a adjetivação, a interpretação é livre a cada um. Acho que temos uma série de problemas que estão aí colocados, que foram mencionados, e eu não queria voltar a isso. Quer dizer, essa adjetivação nós não podemos adotar, como entendemos na nossa interpretação.

O que eu quero dizer é que nós temos, sim, um desafio muito grande nesta cidade, para arranjar, rearranjar esse sistema de



Folha nº 128
Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:123
data:16-03-06

taq.

rev.:

evento: 062-SE

Orador(es):p.acr, dalton

transporte. E rearranjar, só quero sintetizar os pontos que eu havia destacado, detalhado e exemplificado, nós temos aspectos de natureza operacional a serem resolvidos, temos de natureza econômico-financeiro a serem resolvidos - já tratamos bastante disso -, e temos aspectos jurídicos a serem resolvidos. Portanto, é um projeto complexo que pegando cada aspecto isolado, talvez nós tenhamos uma visão distorcida do conjunto.

Apenas quero dar uma perspectiva histórica, mas, antes disso, dizer que nós vivemos, no Brasil, uma situação, em relação ao transporte coletivo, bastante delicada. Os jornais publicam permanentemente notícias de Florianópolis, Vitória, Natal, Belo Horizonte e até de Curitiba - que é sempre tida como exemplo -, e de Brasília. Portanto, há um pano de fundo preocupante em relação ao transporte coletivo de uma maneira geral. Esse tema foi até bastante discutido em um congresso em Goiânia, da MTP, inclusive em que os líderes dos permissionários lá estiveram participando desse debate também, e é um debate permanente. Há um fórum de Secretários que discute isso permanentemente. Esse é um pano de fundo importante. Mas nós temos particularidades no sistema de São Paulo, que trazem dificuldades sérias, que já contamos e não vou voltar ao assunto. Apenas quero colocar uma perspectiva histórica.

O sistema paulistano...(Camilo)



Folhaº 129 n.º 3 de 06
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:124
data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

taq.

rev.:

evento: 062-SE

O sistema paulistano tem uma história. Até revisei um pouco a história, desde a década de 20. Há uma sucessão de momentos agudos na vida do transporte coletivo.

Lembro que, em 1947, a CMTA estatizou a transporte coletivo, em São Paulo, e aí algumas empresas de ônibus ou suas sucessoras, que ainda hoje operam, na verdade, nasceram como clandestinas naquela época. É bom sabermos disso.

Em 1947, houve a estatização do Transporte. Alguns ônibus, algumas empresas nasceram como clandestinas, repito. Posteriormente, no Governo Adhemar de Barros, elas foram incorporadas ao sistema, num processo parecido com o que ocorreu com os perueiros, que primeiramente estiveram na clandestinidade, e, depois, na informalidade, até serem recepcionados, formalizados no sistema.

Falo isso não no sentido de se desenterrar defunto, mas no sentido de vermos a perspectiva histórica deste fenômeno. Depois posso detalhar um pouco mais alguns aspectos. Até vejo a consequência de onde isso pode apontar. Vivemos, sim, um momento agudo, caracterizado por diversos aspectos, os quais trago aqui.

Essas questões já colocadas, dos sindicalistas e da greve, fazem parte de uma matéria interpretativa. Não quero me pronunciar sobre isso novamente.

Quanto à questão da comissão financeira, mencionada pelo nobre Vereador, penso que já foi esclarecida, na pergunta dos nobres



Folhaº 182 do proc.
nº 3 n.º 06
Eva Pou
Arquivo Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:125 data:16-03-06 taq. rev.: evento: 062-SE

Orador(es):p.acr, dalton

Vereadores Aurélio Miguel e Donato. A comissão financeira não existe.

Já havíamos inclusive respondido sobre isso anteriormente.

Quanto à questão do Resam, lembro que a sua existência é prevista, nas normas, e não foi uma coisa criada agora. O Regulamento de Sanções e Multas já existe há algum tempo. O que houve agora é uma modificação do regulamento no seu modelo. Por que isso? Anteriormente, tínhamos o contrato que regia a execução, a relação com os operadores. Tínhamos um regulamento operacional, e não havia interação. Fizemos agora um regulamento, que está correlacionado com a execução contratual, eventualmente gerando condições para se caracterizar a inexecução contratual.

A penalidade colocada é progressiva, sim. Foi adotado um pouco o conceito do Código de Trânsito Brasileiro, onde há uma pontuação, um crescendo no valor. Por quê? Porque, em muitos sentidos, a multa de valor muito pequeno era simbólica. Então, muitos optavam por pagar a multa, não cumprindo suas obrigações contratuais ou operacionais.

Seja por parte dos empresários, seja por parte dos permissionários, já temos alguns pleitos de alteração. Até estamos analisando algumas questões pontuais, mas o modelo, a espinha dorsal do Resam precisa ser assim mesmo. Ele é um regulamento que justamente define as condições de penalização dos operadores que não cumprem as questões contratuais ou as de natureza operacional.

É bom ficar muito claro que a dívida ativa bilionária do INSS não é das empresas com as quais temos contratos. Essas dívidas são de



Folhaº 131
nº 3
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO – SGP-4

rod.:01 fl.:126

data:16-03-06

taq.

rev.:

evento: 062-SE

Orador(es):p.acr, dalton

empresas que foram se formando ao longo dos últimos cinco, dez, quinze ou mais anos, não sei exatamente desde quando. Não somos partes nesse processo.

A SPTrans só entrou, nesse processo, para a execução, para a retenção dos valores, e fez isso e tem feito, não como parte, mas por obrigação da Justiça. É uma dívida das empresas antigas e o INSS.

Aliás, quero fazer uma ressalva. Parece-me que há dois casos de empresas que têm dívidas antigas, e são operadoras ainda hoje, no Consórcio 6, se não me falha a memória. A grosso modo, essas grandes dívidas são de empresas antecessoras, e chegam às atuais pelo critério de grupo econômico.

Quanto à questão das cartas de fiança, foi uma questão tratada, no início de 2005, do ponto de vista da substituição. O que ficou, em aberto, é a questão da apuração das responsabilidades, matéria tratada administrativamente pela Administração. Fizemos duas sindicâncias. Inclusive o relatório foi encaminhado a esta Casa.

Temos agora informação de que o 78º DP concluiu o inquérito policial. Portanto, parece-me que a matéria entrará na Justiça. Parece-me que há quatro indiciados em relação à responsabilização. Isso foi matéria da responsabilidade das cartas de fianças falsas, entregues em 2004. Não são aquelas cartas de fiança que estão garantindo os contratos hoje.

- Assume a presidência o Sr. Donato.



Câmara Municipal de
São Paulo
TAQUIGRAFIA

Folha nº 132 do proc.
nº 3 de 2006
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:127 data:16-03-06 taq. rev.: evento: 062-SE
Orador(es):p.acr, dalton

O SR. SECRETÁRIO - Quanto ao fundo de garantia, há os atrasos. Quanto a isso, passei agora para o Sr. Presidente da Mesa a situação. Nessa matéria, apesar de não ser responsabilidade explícita da Administração, é indireta, na medida de garantia das condições de contrato. O nobre Vereador foi preciso na informação. Quer dizer, o contrato não prevê a periodicidade, em que isso seja avaliado. Quando é necessária algo parecido como essa, um texto contratual, passamos a adotar uma periodicidade assim mesmo.

Já tivemos uma discussão sobre esse assunto, com o Sindicato dos Motoristas e Cobradores. Nós dissemos que esse é um tema e uma causa comum. Apesar de não ser uma responsabilidade direta nossa, é matéria a ser tratada junto ao órgão competente.

Quanto à questão dos cobradores, não há exatamente tecnicidade, mas sim uma discussão sobre uma lei, porque ela fala sobre ônibus.

E aí há uma discussão (Camilo)

E aí há uma discussão se o microônibus, a perua e o mini-ônibus são ônibus exatamente, mas, de qualquer maneira, quero dizer que o nosso entendimento é que, independentemente desse aspecto da tecnicidade jurídica, do ponto de vista operacional o cobrador se faz necessário, exceção feita nas peruas propriamente ditas - temos aí duzentas e tantas, me parece, remanescentes - e que estão saindo do



Folha nº 3 de 06
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:128 data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

sistema. Então, nesse caso, elas não têm nem a catraca nem o validador, mas diria que nessa matéria o Vereador certamente tem razão, é uma matéria que precisa ser equacionada, mas estamos próximos de resolvê-la. A única coisa que queria dizer é que talvez tenha havido uma inversão. O que o Vereador quis dizer é que no estrutural tem o cobrador, é verdade, e que no local não tem. E aí eu queria distinguir, porque o local tem de diversas formas, existe o local que opera ônibus, micro e mini ônibus e alguns remanescentes, peruas, lá na origem. Mas, enfim, acho que tem de ser dado esse tratamento global e é nesse sentido que está sendo encaminhado.

- Assume a presidência o Sr. José Américo.

O SR. SECRETÁRIO - Aliás, como tenho ainda vinte segundos, quero finalizar dizendo que nós temos uma questão para resolver, que é a diferença que temos entre as organizações de cooperativa e as empresas, do ponto de vista societário, do ponto de vista tributário e do ponto de vista gerencial. São coisas que têm na raiz razões específicas, mas que acabam trazendo e causando impacto sobre o sistema atual, matéria que precisa ser tratada mais à frente.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PL) - Pela ordem, para um comunicado de liderança.



Folha nº 3 134
Assistente Parlamentar
RP 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:129 data:16-03-06 taq. rev.: evento: 062-SE
Orador(es):p.acr, dalton

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Antonio Carlos Rodrigues, para um comunicado de liderança.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PL) - (Pela ordem) - Quero comunicar ao nobre Secretário Frederico que aquela pergunta que o senhor não conseguiu responder eu vou responder para o senhor. O Instituto presidido por sua esposa contratou, sim, a Sambaíba, empresa do sistema, para fazer um estudo viário, aqueles que o seu partido chama de... "chantagistas". E, engraçado, custou aproximadamente 42 mil reais. Então, o senhor não precisa me responder porque já tenho o contrato em mãos. Muito obrigado, Secretário. Acho que o senhor não sabia disso.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Com a palavra...

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PL) - Este é o PSDB, parabéns.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Antes de passar a palavra à Vereadora Myryamm Athie, será concedido tempo para o Secretário Bussinger responder especificamente ao informe de liderança do Vereador Antonio Carlos Rodrigues.



Folha nº 135 de 06
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:130 data:16-03-06 taq. rev.: evento: 062-SE
Orador(es):p.acr, dalton

Por favor, com a palavra, Sr. Secretário.

O SR. SECRETÁRIO - Eu queria pedir ao Vereador o contrato que ele tem em mãos, quero o contrato que ele tem em mãos.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. SECRETÁRIO - O que eu quero dizer ao Vereador é o seguinte...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES - Pela ordem, Sr. Presidente. Estou comunicando, como comunicado de liderança, que o Instituto fez um contrato com a empresa Sambaíba de aproximadamente 42 mil reais, por seis meses. É isso que estou afirmando. O senhor não venha querer me fazer acareação, o senhor está aí como Secretário e eu sou Vereador. Eu fui eleito, eu tenho mandato, fui eleito tenho mandato, não venha o senhor querendo fazer acareação, não! Nem tudo que é legal é moral, seus falsos moralistas!

- Manifestações na galeria.

- Vários pedidos de palavra pela ordem.



Câmara Municipal de
São Paulo
TAQUIGRAFIA

Folha nº 3136 do proc. nº 06300
Eva Bodolski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:131
data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

taq.

rev.:

evento: 062-SE

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Eu vou passar a palavra para o Secretário, depois para a Vereadora Myryam Athie.

- Pedidos de palavra.

O SR. SECRETÁRIO - Eu quero dizer ao Vereador Antonio Carlos Rodrigues que a pergunta...

- Manifestações anti-regimentais.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Quero garantir a palavra ao Sr. Secretário Bussinger e depois darei a questão de ordem ao Líder do Governo.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. SECRETÁRIO - A pergunta, o Vereador...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - O Secretário Bussinger fala e depois dou a questão de ordem.



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha nº 132 do proc. nº 25.06
Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:132

taq.

rev.:

evento: 062-SE

data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

- Tumulto no plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - (Fazendo soar a campainha) - Suspendo a sessão por um minuto.

- Suspendos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. José Américo.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Reaberta a sessão.

Vou conceder a palavra ao Secretário Bussinger, depois para o Líder do Governo, Vereador Gilson Barreto.

Por favor, Secretário.

O SR. SECRETÁRIO - Eu quero esclarecer ao Vereador Antonio Carlos Rodrigues e à Casa, que a pergunta que originalmente fez na sua primeira intervenção, quando perguntou se eu recebia dinheiro dos empresários, eu disse que não e reafirmo que não. A comunicação, não sei o formato, sobre o contrato, quero dizer que desconheço esse contrato e eu peço esse contrato ao Vereador. Eu desconheço esse contrato e quero reafirmar o que eu disse anteriormente, eu estou afastado do Ibelt, eu não participo da gestão do Ibelt e não tenho informações sobre a vida ou funcionamento da entidade. É por isso que estou pedindo ao Vereador o contrato que ele mencionou. Eu desconheço.



Folha nº 138 do proc. 1
nº 3 n. 1 2006
SV P000134
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:133 data:16-03-06 taq. rev.: evento: 062-SE
Orador(es):p.acr, dalton

- Manifestações fora do microfone.

O SR. GILSON BARRETO (PSDB) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Gilson Barreto, Líder do Governo.

O SR. GILSON BARRETO (PSDB) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, acho que o pronunciamento, as questões estavam sendo respondidas dentro de um processo coerente e agora, no final, começa a tomar um outro rumo a exposição do Secretário e as perguntas dos Vereadores.

Quero solicitar do nobre Vereador Antonio Carlos Rodrigues a cópia do contrato...

- Manifestação fora do microfone.

- Manifestações na galeria.

O SR. GILSON BARRETO (PSDB) - (Pela ordem) - Não... É muito fácil e direito do Vereador... Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Com a palavra o Vereador Gilson Barreto, por favor.



Folha nº 139
Eva P. Goulart
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:134 data:16-03-06 taq. rev.: evento: 062-SE
Orador(es):p.acr, dalton

O SR. GILSON BARRETO (PSDB) - (Pela ordem) - É muito

fácil... (regina)

O SR. GILSON BARRETO (PSDB) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, é muito difícil porque usar o microfone de aparte para fazer algumas colocações e insinuações, é fácil. Então, requeiro de V.Exa. que solicite do nobre Vereador Antonio Carlos Rodrigues o contrato ao qual se referiu. Quem faz afirmações, tem de apresentar documento.

Todos sabem que na Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica fizeram referência de que o Sr. Secretário teria dito coisas, e até agora não apareceram as notas taquigráficas.

Eu peço então ponderação e coerência dos nobres Vereadores quanto às suas colocações, e que ao falarem apresentem os documentos. É muito fácil falar, falar e falar e não apresentar nada.



Folha nº 3 de 170
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:135 data:16-03-06 taq. rev.: evento: 062-SE
Orador(es):p.acr, dalton

Srs. Vereadores, peço ponderação a todos porque o Sr. Secretário aqui está para prestar esclarecimentos. O Sr. Secretário é sim do PSDB, está aqui para responder às indagações. Ninguém está sendo julgado, mas sim questionado e as perguntas são sobre o Sistema de Transporte da cidade.

Regimentalmente, Sr. Presidente, solicito o documento mencionado pelo nobre Vereador Antonio Carlos Rodrigues, pois quero ter ciência do mesmo.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Nobre Vereador, informo que essa questão não é regimental. Mas está registrado o pedido de V.Exa.

Neste momento, passo a palavra à nobre Vereador Myryam Athie.

A SRA. MYRYAM ATHIE (PPS) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, Srs. Vereadores, ao final de quase quatro horas de sessão exaustiva, percebe-se que esse tema nunca vai acabar. Nunca vamos conseguir coerência e eventualmente o transporte coletivo que todos queremos. Digo isso me referindo principalmente aos trabalhadores que não arredaram pé, estão na galeria desde o início, pois estão em busca do seu legítimo direito de trabalhar.

- Palmas na galeria.



Folha nº 3 de 3
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01

fl.:136

taq.

rev.:

evento: 062-SE

data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

A SRA. MYRYAM ATHIE (PPS) - Faço essa referência porque não tenho vínculo com empregadores ou empregados. Infelizmente, fui a única Vereadora desta Casa a ser acusada de coisas que aconteceram no Governo do PT, Sr. Secretário, com relação à bendita Viação Tiradentes, cujo lote quatro até hoje não foi licitado, encontra-se em regime de emergência. Mas meu questionamento não é sobre isso.

Afirmo que é legítimo os nobres Vereadores fazerem questionamentos, só que o que estamos assistindo são nada mais nada menos do que rusgas partidárias. Na verdade, acusam hoje de ser o Secretário ser do PSDB! Mas o Sr. Secretário mesmo disse que foi contratado pelo PT do "T" e pelo PT do "Z". E eu não quero entrar no questionamento de quantos PTs governaram o sistema de transporte da nossa capital.

Sei que a pergunta que farei já foi aqui exaustivamente explorada. Mas faço pergunta que incomoda a mim e ao meu partido, ao PPS, e à população.

Todos sabem que estou aqui, mas não há interesse em defender empresário, porque empresário já ganhou muito dinheiro nesta cidade, já sucateou muita frota desta cidade!

- Palmas na galeria.

A SRA. MYRYAM ATHIE (PPS) - (Pela ordem) - Mas é legítimo que Vereador venha aqui defender direito de empresário. Assim como há



Folha nº 3 de 142
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:137 data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

taq. rev.: evento: 062-SE

Vereadores que defendem o direito do empregado. É legítimo! Assim é a democracia, assim é o Parlamento de São Paulo! Temos Vereadores aqui que, legitimamente constituídos pelo voto popular, atendem a "n" segmentos que compõem esta cidade. Isso é legítimo.

Mas não posso aceitar, como Vereadora e munícipe, ver o sistema de transporte como está e com greves. Muitas vezes, os jornais publicam que são empregado contra patrão, patrão contra empregado. E os jornalistas divulgam, mas a população que paga impostos é quem sofre as consequências.

Não estou para falar mal da Imprensa, mas tenho as minhas ressalvas porque nem tudo que é veiculado é verdade!

Estava conversando com o Vereador Abou Anni sobre mais tarde, numa próxima convocação, numa outra vinda de V.Sa. que pudéssemos verdadeiramente entender a tal desobrigação das empresas de ônibus de não recolherem Fundo de Garantia, ISS. Que eu entenda, como funcionária da Prefeitura do Município de São Paulo que sou, o serviço de transporte é concessão pública e como tal é licitada e dessa forma tem intuito persona. Não pode se suceder as empresas de ônibus, sempre e sempre, e de repente a dívida anterior que tinha passa a não existir porque um novo proprietário assumiu sem a licitação correspondente. Isso é preocupante.

Mas minha pergunta, Secretário - para não entrar nesse mérito, pois na Casa há Colegas especialistas no assunto, com mais conhecimento do que eu - é que a princípio falou-se em 434 milhões de



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha°	193	do proc.
n°	3	n.º de 2006
Eva Fiodorski Assistente Parlamentar RF 400.453		

rod.:01 fl.:138 data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

taq.

rev.:

evento: 062-SE

reais de subsídios, depois pediu-se 300 milhões de reais. E esta Casa, não sei por que, acabou aprovando 140 milhões de reais. Ora, se nós estamos injetando mensalmente no sistema de transporte 25 milhões de reais em subsídios, ao final do ano a conta será de 300 milhões de reais. Se a Casa aprovou 140 milhões de reais, Secretário, quero saber, curto e grosso, da onde vão sair os 160 milhões de reais faltantes? O que a população vai ter de sacrificar, mais uma vez, para ver a conta zerada?

Muito obrigada.

- Palmas na galeria.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Tem a palavra o Sr. Secretário Frederico Bussinger.

O SR. SECRETÁRIO - Sr. Presidente, vou responder à nobre Vereadora Myryam Athie, mas não posso deixar passar uma questão remanescente. Na primeira vez que o Vereador Antonio Carlos Rodrigues tratou do tema fez uma pergunta que eu respondi. Da segunda vez, disse que existe um contrato e eu pedi o contrato, eu quero vê-lo. Desconheço o contrato, quero examiná-lo.

Quero também deixar claro que anteriormente disseram que havia resposta menosprezando, mas quero dizer que eu não vou tratar dessa questão com minha esposa. Minha esposa...(Vianna)



Folhaº 774 do proc.
nº 3
Eva R. de O. S.
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:139
data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

taq.

rev.:

evento: 062-SE

Minha esposa é profissional, nós somos casados, ela tem CIC e RG independente, declaração de Imposto de Renda independente, é uma profissional independente e competente e eu respeito essa separação. Eu não farei isso no lar. Essa é uma matéria institucional e que institucionalmente tem de ser tratada. Ou seja, quem disse que existe, por favor, traga. Eu quero...

- Intervenções simultâneas ininteligíveis.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PL) - Pela ordem, Sr. Presidente. Fui citado nominalmente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Quando o Secretário terminar de falar...

O SR. SECRETÁRIO - ...não tratarei desse tema domesticamente, eu o tratarei institucionalmente. O Vereador disse que existe, por favor, traga.

- Intervenções simultâneas ininteligíveis.



Folha° 248
n° 3
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:140 data:16-03-06 taq. rev.: evento: 062-SE
Orador(es):p.acr, dalton

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PL) - Pela ordem, Presidente.

Fui citado nominalmente! Pela ordem, Presidente. Fui citado nominalmente! Pela ordem. Ele me citou nominalmente!

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Só um momento. Assim que ele terminar. Nós estamos seguindo esse procedimento.

- Intervenções simultâneas ininteligíveis

O SR. SECRETÁRIO - ...sobre o tema da Área 4, quero esclarecer que a Área 4 está, sim, com um contrato emergencial. Estamos com um processo licitatório em curso. Nós optamos por transferir a audiência pública que havia sido marcada porque justamente coincidiu nesses dias em que tivemos os entevços da semana passada, então adiamos; mas é um processo de licitação que está em curso. Estamos num contrato emergencial justamente - é bom lembrar - porque é uma herança da gestão anterior, não é uma coisa deste período.

Quero esclarece à Vereadora que não fui contratado pelo PT do Z e do PT do T; quero deixar bem clara a relação que tive com a Prefeitura. Eu fui subcontratado de um trabalho que foi feito durante o primeiro período, ou seja, eu prestei assessoria na fase da concepção do sistema, na fase da modelagem. Eu não participei já da fase da licitação, da abertura de propostas, enfim. Então, essa fase



Folha nº 3 de 196
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:141 data:16-03-06 taq. rev.: evento: 062-SE
Orador(es):p.acr, dalton

mais recente eu não estava mais na Prefeitura. Isso não me envergonha nem nada, apenas é um rigor histórico que estou colocando.

O problema dos ônus do passado, em relação ao INSS e Fundo de Garantia, quero voltar a deixar bem claro. Não é uma matéria recente, não é matéria desconhecida nem desta Casa nem da imprensa, nem da população em geral, um certo procedimento que foi adotado, ou seja, de que as empresas funcionavam, daí a pouco elas eram esterilizadas - vamos dizer assim -, criava-se nova, executava o contrato. Enfim, essa é uma história que a imprensa registrou bastante. Então, quando nós falamos desses débitos havidos com as empresas anteriores, os quatro bilhões que eu mencionei, essencialmente estamos falando de empresas que hoje já não existem mais, CNPJs que não existem mais.

O que a Prefeitura tem contratado - e aí nós estamos mantendo os contratos que existiam -, a maior parte delas são empresas que foram criadas, são empresas novas e são empresas de que eu passei as certidões do INSS à Presidência da Casa. As receitas dessas empresas estão sendo hoje atingidas por esse novo critério que a Justiça está adotando, o chamado "grupo econômico". Então, quando uma pessoa tem o mesmo CPF, está numa empresa que tem o débito lá atrás e hoje está em outra empresa, então a Justiça faz a ligação. Então é por isso que as empresas hoje estão tendo parte das suas receitas retidas, não por débitos atuais, mas em relação a débitos passados.

Acho que a Vereadora tem toda a razão, que não pode suceder, ou seja, esse é um procedimento que, como se vê, acabou gerando esses



Folha nº 3 de 3
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:142 data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

enormes passivos, certamente com potencial de prejuízo para os trabalhadores. Mas isso é uma história, eu não quero remoer, é um defunto, é uma carcaça do passado e que está aí e que não pode deixar de ser considerada, porque ela afeta. É um pouco aquela história de que os mortos governam os vivos. Nós estamos numa situação um pouco parecida com essa. Mas de qualquer maneira o sistema tem impactos financeiros, como eu já falei anteriormente.

Em relação à questão do subsídio, dos 140, eu quero tratar desse tema e deixar até uma dúvida - aí não é nem uma certeza. A administração pública é composta pelos três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Eu deixo uma pergunta no ar: se também não pode ser arrolado como parte de prevaricação não dotar o sistema do subsídio necessário. Ou seja, quando o Poder Legislativo não recepciona uma proposta do Executivo e reduz a dotação dos subsídios, se isso também não pode ser arrolado como uma prevaricação. É uma dúvida conceitual que eu tenho.

Mas do ponto de vista da execução, eu diria que a execução orçamentária, neste aspecto, está sendo executada naquilo que responsabilmente o Poder Executivo entende que é o necessário. Então, certamente haverá necessidade de remanejamento, de suplementação; evidentemente, porque tem 140 e a dotação que havia sido proposta pelo Executivo é de 300.

Obrigado.



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha°	118	do proc.
n°	3	de 2006
Eva Joudiski Assistente Parlamentar RF 100.453		

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:143 data:16-03-06 taq. rev.: evento: 062-SE
Orador(es):p.acr, dalton

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Muito obrigado,
Secretário Frederico Bussinger.

Pela ordem, Vereador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PL) - (Pela ordem) - Eu fui citado nominalmente. Quero esclarecer ao Secretário... Eu estou falando com o senhor, Secretário. Quero esclarecer para o senhor que nem tudo que é legal é moral. Está na revista da Sambaíba que foi contratado o seu instituto. Eu não vou atrás de contrato. Contrato se rasga, contrato se joga no lixo. Eu só afirmo ao senhor que na revista está que o seu instituto, ao qual o senhor pertenceu e que a sua esposa hoje preside, contratou a empresa Sambaíba. Se tiver dúvidas, eu gostaria que o Líder do PSDB ou o Líder do Governo já fizessem a convocação da empresa, do instituto, para o proprietário afirmar se houve ou não.

Eu não tenho interesse... (Beth)

Não tenho interesse de mentir e não tenho interesse de florear nada. Está na revista dele. Volto a afirmar: nem tudo que é legal é moral. Não estou afirmando que houve imoralidade. Estou afirmando que se aproveitou do fato de ser secretário. No período em que foi secretário o instituto contratou a empresa Sambaíba. Vamos contratar o empresário amanhã. Ele vem e afirma. Não há nada de mais. Nada de mais!



Folha° 149 de 150
n° 3
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:144

data:16-03-06

taq.

rev.:

evento: 062-SE

Orador(es):p.acr, dalton

- Manifestação de palmas da galeria.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Consulto o Sr. Secretário se deseja falar antes. Terá tempo tranqüilamente para falar depois, se quiser.

O SR. SECRETÁRIO - Evidentemente a Câmara Municipal tem todo o poder competente para examinar e obter as informações que tiver de obter. Na verdade o que foi trazido é que existe um contrato. Foram dados, inclusive, objeto e valores. Insisto, é matéria que desconheço e, evidentemente, não tratarei pessoal, familiar ou domesticamente.

Não tenho a menor dúvida quanto ao conceito que o Vereador traz de que há uma diferença entre o legal, o legítimo e o moral. Não tenho a menor dúvida. Sei do que se trata.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Tem a palavra o Vereador Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI (PSOL) - (Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sr. Secretário, trabalhadores do transporte público na Casa, telespectador da TV Câmara São Paulo, nesta eterna briga, nesse eterno enfrentamento entre o Poder Público, a Prefeitura e os empresários de ônibus quem paga é o usuário e os trabalhadores das empresas, os que vivem deste transporte.



Folha nº 150 do proc. 3 n. 006
Eva Figueiredo
Assistente Parlamentar
RF 100.443

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:145 data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

taq. rev.: evento: 062-SE

Há muito tempo isso vem acontecendo na Cidade. O que me chamou a atenção nos últimos dias foi que o Prefeito José Serra fez várias denúncias contra os empresários de ônibus, chamando-os de chantagistas e criminosos. Há muito tempo assistimos a uma enxurrada de denúncias contra os empresários de ônibus dizendo que representam um setor muito poderoso pois têm poder econômico e político e que todos os governos que passam pela Cidade se curvam, se prostram a esse poderio do setor.

O Prefeito acusou-os abertamente pela imprensa dizendo que são chantagistas, criminosos e querem colocar a Cidade em colapso. Se isso é verdade quais foram as medidas tomadas pelo Prefeito, pela Prefeitura? A Polícia Federal foi chamada para investigar ou foi para o Ministério Público pois é uma denúncia muito grave e deve ser apurada. Verificou-se se os empresários de ônibus ganham tanto dinheiro assim através dos subsídios que são constantemente liberados pelos cofres municipais e pelo aumento das passagens? É o que ouvimos e assistimos na Cidade. Gostaria que o Secretário respondesse a esta pergunta. Se é verdade, quais são as medidas tomadas pelo Poder Público?

Seria uma espécie de educação política da população saber o que realmente acontece. O requerimento aprovado diz que V.Exa. foi convocado para esclarecer as denúncias de desequilíbrio contratual provocado pelo Município contra os empresários do setor. Dá a impressão que os empresários são coitadinhos.



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:146 data:16-03-06 taq. rev.: evento: 062-SE
Orador(es):p.acr, dalton

O Vereador Antonio Carlos Rodrigues disse que o setor é constituído por cinco ou seis proprietários com mais de 70 anos, já na terceira idade que, coitados, não ganham tanto dinheiro assim.

Queremos saber o que acontece. Se ganham dinheiro se são poderosos. Temos de desmistificar isso para a população.

Outro assunto é relativo à auditoria que foi anunciada. O Tribunal de Contas já fez uma auditoria na conta do sistema da gestão passada e a Secretaria de Transportes está solicitando numa nova auditoria, pagando mais de um milhão de reais dos cofres públicos por uma auditoria que o TCM já fez. Quero deixar claro que a Prefeitura pode até duvidar do TCM.

O Tribunal de Contas do Município é um órgão auxiliar da Câmara Municipal e acho que é desnecessário e deve ser extinto pois consome muito dinheiro de nossa cidade. É um absurdo a existência do TCM na Cidade.

Entretanto, não é correto fazer uma outra auditoria, já que existe o TCM. Deve ser cobrada nova auditoria do TCM. Gastar um milhão de reais dos cofres do Município é um verdadeiro absurdo.

A outra pergunta é em relação da transferência das despesas da meia passagem escolar, hoje em quase 80 milhões de reais, para o orçamento da educação pública de São Paulo. A Educação não pode ser penalizada com isso. Temos 500 mil crianças fora de sala de aula na Cidade com professores ganhando 500 reais por mês em início de carreira. E a Prefeitura vai tirar 80 milhões da Secretaria da



3 752
3
Eva P. Bussinger
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:147 taq. rev.: evento: 062-SE
data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

Educação para pagar a meia passagem escolar. Esta verba sempre foi da Secretaria de Transportes. Por que este custo será jogado na conta da Educação? Somos contra tal medida. Nem a gestão anterior que abriu a possibilidade de colocar vários outros gastos na conta da Educação teve coragem de fazer isso. Serão 80 milhões de reais a menos. A Educação de São Paulo está sucata e abandonada e terá de arcar com esta conta de alunos inclusive de escolas particulares. É ilegal, é inconstitucional...(Denise)

Isso é ilegal, é inconstitucional e vamos entrar com uma representação no Ministério Público contra esse ato que vai prejudicar mais ainda a já falida educação pública da cidade de São Paulo.

E por fim, a última pergunta está relacionada à questão dos taxistas de frotas da cidade de São Paulo. Recebemos várias denúncias, inclusive, na Câmara Municipal, de que existe trabalho escravo nas frotas. Nós já comunicamos o Secretário por meio de uma reunião e nada foi feito ainda. Os trabalhadores das frotas continuam escravizados na cidade de São Paulo. Gostaria de saber se a Secretaria de Transportes está tomando alguma atitude para acabar com essa vergonha na Cidade, e passar os alvarás das frotas para os taxistas que nela trabalham. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Com a palavra o Sr. Secretário Frederico Bussinger para a resposta.



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha° 33 do proc.
n° 3 de 2006

Eva Pajowski
Assistente Parlamentar
RP 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:148
data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

taq.

rev.:

evento: 062-SE

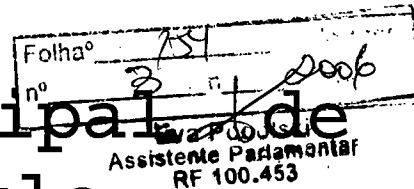
O SR. SECRETÁRIO - O Vereador Giannazi traz a questão das acusações e essa matéria que já foi aqui mencionada, da revista Veja, do dia 16 de abril de 2003, sob o título de "Eterno bate-boca", tem algumas coisas que talvez vão na linha e responda o que o Vereador disse.

Uma primeira frase que está citada aqui é a seguinte: "Os empresários que vivem reclamando de falta de dinheiro estão mentindo, por mais dificuldades que tenha, ninguém deixa de lucrar nesse ramo", Jilmar Tatto, Secretário Municipal de Transportes. Uma outra frase dita é: "Esses empresários são gângsteres", Marta Suplicy, então Prefeita. E tem uma outra frase: "Não queremos negociar com gente que age como bandido", Luiz Inácio Lula da Silva. Ou seja, na verdade, essa discussão não nasce hoje e está colocada na imprensa num debate político, mas do ponto de vista substantivo, diria que pouco contribui para o entendimento dos problemas reais que estão colocados.

A questão dos cinco ou seis proprietários de 70 a 80 anos que o Vereador coloca, eu não sei quantos são, mas efetivamente tem uma parte deles, fazem parte justamente dos empresários que havia mencionado que na virada da década de 40 e 50 entraram no sistema, foram clandestinos num primeiro momento e depois o sistema foi recepcionado. E, aliás, uma pergunta anterior me escapou que falou de transporte suplementar ou transporte alternativo, eu diria que essa terminologia não se coloca mais hoje. O que temos são concessionários



Câmara Municipal de São Paulo T A Q U I G R A F I A



NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:149 data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

taq.

rev.:

evento: 062-SE

e permissionários, ambos participaram da licitação, têm contratos assinados dentro de uma lei aprovada por esta Casa em 2001.

Em relação à contratação que está em curso, quero esclarecer, primeiro respondendo uma pergunta que ficou para trás e retomada pelo Vereador Giannazi, é que de forma nenhuma está sendo colocada em dúvida a competência e, principalmente, as atribuições de responsabilidades do Tribunal de Contas do Município. Temos prestado informações permanentemente, temos discutido vez por outra edital de licitação e essa é a nossa obrigação, porque o Tribunal de Contas tem a sua missão constituída.

O que estamos contratando, é bom que fique bem claro, é um trabalho mais amplo, ou seja, é um trabalho que tem auditoria sim de uma determinada parte e tem, principalmente, o trabalho de consultoria. E por que isso? Porque na verdade vivemos também nesse aspecto uma situação transitória, ou seja, a lei prevê um determinado modelo de gestão, prevê nas suas disposições transitórias uma forma transitória dessa gestão, que já tratamos aqui; e estamos agora discutindo qual é o melhor modelo de se encaminhar isso. Então, na verdade, esse contrato é duplo. Tem auditoria de algo que o Tribunal de Contas não trata exatamente, que é a análise dos fluxos, ele analisa as contas, mas queremos pegar inclusive num período mais longo quais são os fluxos de fontes e usos em relação à conta sistema. E discutir o modelo de gestão que deve ser adotado. Então, essa é a



Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	188	do proc.
nº	3	de 2006
Assistente Parlamentar		
RF 100.453		

rod.:01 fl.:150
data:16-03-06

taq.

rev.:

evento: 062-SE

Orador(es):p.acr, dalton

natureza do contrato e em nada se confunde com o trabalho feito pelo Tribunal de Contas.

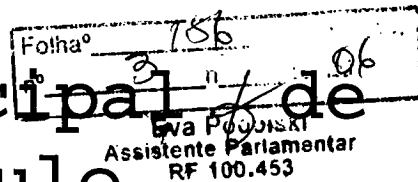
A questão do custo da educação, que o Vereador coloca, diria que na verdade, o que está sendo encaminhado é uma forma sucedânea daquelas obrigações que a Prefeitura tem de prover o serviço quando não é disponível no serviço público, ou seja, isso é uma previsão. As prefeituras do interior, principalmente, fazem quando não têm o sistema de transporte público ou o transporte rural e provê-se esse serviço que é bancado pela prefeitura. No caso da cidade de São Paulo não se está imaginando de fazer isso ampla, geral e irrestritamente, nem para todos os níveis de educação. Estamos falando dos alunos da escola pública e num extrato muito bem definido. Ou seja, é aquela responsabilidade que a prefeitura tem de prover dentro dos diversos itens para que o aluno possa estudar. Já temos o transporte escolar que cobre uma faixa disso e há uma parte significativa do transporte público que se destina a isso. Então, é apenas localizadamente nessa parte que está para ter a proposta de cobertura.

A questão do taxista, de fato o Vereador esteve conosco e com alguns taxistas, quero dizer que a terminologia que o Vereador usou de trabalho escravo, já é uma interpretação, uma adjetivação, eu me excluiria disso. Há o fato de que num dado momento do passado aqueles motoristas que tinham os seus alvarás acabaram sendo incorporados pelas frotas e é isso que o Vereador interpreta como trabalho escravo.

O serviço de táxi em São Paulo....Márcia



Câmara Municipal de
São Paulo
T A Q U I G R A F I A



NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:151
data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

taq.

rev.:

evento: 062-SE

O serviço de táxi em São Paulo - eu dou uma resposta genérica porque não era exatamente o objeto da convocação - tem várias modalidades; tem o autônomo, às vezes tem o segundo motorista e tem as frotas. Portanto, é um trabalho complexo que tem segmentos de mercado a serem atendidos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Obrigado, Secretário Frederico Bussinger.

Por cessão de tempo do nobre Vereador Marcos Zerbini, Líder do PSDB, tem a palavra o nobre Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - NETINHO (PSDB) - Srs. Vereadores, Presidente que nos conduz neste momento, Secretário, aqueles que nos acompanham, vou tentar ser o mais breve possível para permitir que um conjunto de vereadores consiga fazer uso da palavra.

Vou me ater em meus questionamentos à Comissão de Finanças e Orçamento de que participo nesta Casa.

Nenhum vereador aqui vai precisar reprisar os benefícios que o Bilhete Único trouxe ao cidadão. Atrás disso, há um conjunto de tarefas que a Administração tem de construir por conta da responsabilidade financeira e orçamentária de cumprir tais responsabilidades.



Câmara Municipal de
São Paulo
TAQUIGRAFIA

Folha° 157 do proc.
n° 3 n° 2006
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:152 taq. rev.: evento: 062-SE
data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

Para tanto, Sr. Secretário, o Bilhete Único continua a produzir impacto orçamentário e financeiro relevante na remuneração dos serviços prestados, ou pelas concessionárias, ou pelos permissionários de transporte, de forma a necessitar imperiosamente recurso público lançado em Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento anual?

Por que faço essa pergunta? O Bilhete Único, ao que consta, não é uma inovação legislativa, portanto não cumpriu um trâmite legislativo aprovado por esta Casa. Portanto, em 18 de maio de 2004, quando se instaurou, não teve tal cautela e tal preocupação. A Lei de Responsabilidade Fiscal é clara: nos dois últimos quadrimestres, a Administração não pode - e deve ser enquadrada em crime de responsabilidade fiscal se o fizer - assumir compromisso com qualquer, sem ter condições de fazer o definitivo pagamento do compromisso assumido.

A modelagem de Bilhete Único pressupõe despesa de natureza continuada. Portanto, não deveria só estar no Orçamento aprovado de 2003, como no Plano Plurianual aprovado em 1999, assim como nos Orçamentos, LDOs e PPAs que se sucederam. Acontece que, de toda a pesquisa que foi passível de realização pela Comissão de Finanças e Orçamento, nada foi encontrado que desse condições jurídicas, orçamentárias e financeiras para a implantação deste que é um benefício incontestável, mas que teve, do outro lado, uma irresponsabilidade incontestável.



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folhaº 188 do proc.
nº 3 n.º 06
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:153
data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

taq.

rev.:

evento: 062-SE

A pergunta objetiva, portanto, é: o funcionamento do Bilhete Único produz impacto financeiro e orçamentário que necessite, portanto, recursos exclusivos para tal? Qual foi a mensuração da implantação? Portanto, o que veio depois disso, que refletiu impacto futuro? Qual a norma invocada pela Administração Municipal para fundamentar a introdução do Bilhete? Qual a dotação orçamentária para cobrir as despesas relativas ao custeio do sistema em 2004 e 2005, já que ele se iniciou em maio de 2005? O Bilhete Único mereceu a necessária menção por parte do Plano Plurianual de Investimento que vigorou até o ano passado? Portanto, precisou o Executivo e o Parlamento implantar tal benefício, chamando à responsabilidade de concessionários e permissionários para poder ter garantia de receber aquilo em que estavam trabalhando? O subsídio correspondente ao Bilhete Único mereceu a menção específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano anterior à sua implantação? Se a resposta for negativa, qual o fundamento jurídico e legal, portanto, para os remanejamentos de recursos que permitiram a sua implantação, já que estávamos no período, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal aponta, dos dois últimos quadrimestres do encerramento do mandato, momento aquele em que não se deve, por lei complementar federal, Lei de Responsabilidade Fiscal, iniciar procedimentos que não se suportem dentro da receita estimada?

Para concluir, Sr. Secretário, as despesas correspondentes do custeio do Bilhete Único atenderam, por conseguinte, à Lei



Folha° 189
n° 3
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:154 taq. rev.: evento: 062-SE

data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

Complementar 101, de 4 de maio de 2000, a respeito de receitas, e portanto despesas, de caráter permanente?

Sr. Secretário, estávamos naquele momento diante de um benefício à sociedade ou diante de um apelo momentâneo, e, por fazer parte de um processo eleitoral, de um apelo eleitoral? Do ponto de vista orçamentário e financeiro, era suportável ao sistema o ingresso do Bilhete Único ou carecia que o Parlamento informasse os recursos necessários para tal, e, portanto, para dar condições de continuidade a este programa importante? É disto que vivemos hoje? A ausência daqueles recursos no planejamento do sistema? É disso que estamos falando neste momento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Obrigado, Vereador José Police Neto.

Tem a palavra o Sr. Secretário Frederico Bussinger.

O SR. SECRETÁRIO... VALÉRIA PINHEIRO

O SR. SECRETÁRIO - Sr. Presidente, Srs. Vereadores, eu buscava aqui, mas, embora não tenha conseguido achar, faço a menção de que na lei do Plano Diretor há um artigo genérico que trata dessa questão da política tarifária do sistema de transporte coletivo. Esse dispositivo



Folha° 3 de 100 do proc.
n° 3 n° 106 de 06
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:155 data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

taq. rev.: evento: 062-SE

anuncia genericamente as condições da política tarifária da Cidade.

Quando se fala de bilhete único, estamos falando de duas coisas distintas. Estamos falando de um meio de pagamento, o cartão propriamente dito, e estamos falando de uma política tarifária embutida.

Essa política tarifária que veio a ser aqui implantada não está prevista em nenhum diploma anterior, diploma legal, ela não tem a especificidade; e, mesmo se analisarmos o edital de licitação, existe uma diferença entre o que foi implantado e o que previa o Anexo IV do edital. Ou seja, há uma distinção, e essa distinção é importante, porque lá se previa que uma tarifa local, uma tarifa integrada e uma tarifa temporal. Essa tarifa integrada era uma tarifa contida, previa um número de integrações e correspondia ao valor da época; mas a tarifa temporal teria - e o anexo do edital é claro - um aumento em relação a esse valor. Portanto não há uma previsão legal específica, e existe uma diferença em relação àquilo que o edital previa.

Quando foi implantado o bilhete único, em maio de 2004, não houve uma formulação específica, sequer houve um dimensionamento da demanda da necessidade de subsídios para o cumprimento da implantação do bilhete único. A Câmara não foi consultada sobre essa matéria, não houve nenhum procedimento de que tenhamos notícia. Então, a resposta ao Vereador é que não houve tramitação legislativa.

Certamente, a implantação do bilhete único, quer seja por aquilo que já foi tratado aqui anteriormente - o subsídio do sistema



**Câmara Municipal de
São Paulo**
TAQUIGRAFIA

Folha° 161 do proc.
n° 3 n° de 2004
Assistente Parlamentar
100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:156 taq. rev.: evento: 062-SE
data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

do vale-transporte que os empresários pagam, aliás, um subsídio aos empresários, porque eles pagam menos -, quer seja por uma pressão pelo lado da demanda, porque os operadores são remunerados por passageiros transportados, também isso não foi considerado. Portanto eu diria que esse desequilíbrio era previsível, está se confirmando, está aí, está na raiz dos desequilíbrios que vemos, e não há uma previsão específica sobre isso.

Quando da implantação do bilhete único integrado, agora no final de 2004, tomamos o cuidado de prever isso através de decreto e de uma portaria definindo especificamente essas regras. Há o decreto e a portaria antes da implantação do bilhete único, em que demos o formato jurídico a essa peça.

Agora, eu não seria capaz de responder, principalmente assim, de bate-pronto, sobre os enquadramento legais de que fala o Vereador.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Muito obrigado, Secretário. Tem a palavra o nobre Vereador Goulart, por cessão do tempo do nobre Vereador Atilio Francisco.

O SR. GOULART (PMDB) - Sr. Secretário, boa tarde. Tenho algumas indagações a fazer. Acompanhamos o sofrimento dos moradores de São Paulo - no meu caso particular, principalmente dos moradores da zona Sul, nas linhas ambientais. Por duas ou três vezes, tive de prover até dos meus próprios bens para transportar moradores nos



Há uma questão também sobre a qual eu gostaria de perguntar, Sr. Secretário. Recebi informes no ano passado e até questioneei o



Folha nº 3163
Proc. nº 100.453
Assistente Parlamentar
Evo Poddigki
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:158

data:16-03-06

taq.

rev.:

evento: 062-SE

Orador(es):p.acr, dalton

Tribunal de Contas sobre a planilha de custo, pela qual, para um sistema, a SPTrans havia dito que o preço do pneu seria de 700 reais e para outro sistema, com a mesma qualidade de ônibus, a SPTrans previa um custo de pagamento de 1,3 mil reais, 1,4 mil reais para o pneu. Eu até questioneei o Tribunal de Contas - que respeito e que sempre defendi nesta Casa - para que ele indicasse a loja onde o cidadão - e defendo muito o sistema Bairro-a-Bairro - que tem o ônibus pudesse comprar o pneu a 700 reais, sendo que para o sistema convencional a previsão de custo, naquela oportunidade, era de 1,3 mil reais.

Espero que o Sr. Secretário possa satisfazer minha curiosidade, principalmente em relação a essa defasagem que existe, de 50 milhões, e sobre como vamos poder suprir essa necessidade. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) -... Segue Dalva

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Tem a palavra o Sr. Secretário Frederico Bussinger.

O SR. SECRETÁRIO - Sr Presidente, Srs. Vereadores, primeiro queria discutir e negar essa questão do desequilíbrio financeiro de 50 milhões. Confesso que, não sei exatamente que conta se faz para se chegar a esse valor. Portanto eu teria dificuldade de falar sobre o valor de 50 milhões. O que eu posso dizer é que os cálculos que a SPTrans faz, e a SPTrans é o órgão competente para tratar da matéria



Folha nº 3 de 109 do proc. nº 3 de 2006
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:159
data:16-03-06

taq.

rev.:

evento: 062-SE

Orador(es):p.acr, dalton

na gestão do sistema, os cálculos que são feitos, eles nem de longe apontam desequilíbrio desse tipo. Certamente existe uma diferença na remuneração e quero lembrar que março é o mês que vence um ano desde a remuneração havida no ano passado, portanto existe um reajuste previsto para março, que já foi inclusive, assinado com as permissões de janeiro, então há uma defasagem que decorre desse fato de que os valores não estão ainda reajustados. Isso é um fato e o que está se discutindo é esse valor. Mas nem de longe passa por esses 50 milhões. Isso é um formula que deve estar sendo feita, mas não sabemos exatamente como é que se trata.

Agora, em relação a essa questão dos itens específicos, não sou capaz de responder especificamente em relação ao pneu. O que eu posso dizer, é que a planilha de custos tem alguns parâmetros que são fixados, inclusive existe uma planilha básica que é a planilha de Geipot que é tradicional, tem uns 30 anos que ela está em circulação, está sendo utilizada, então tem os seus coeficientes e existem os preços que são praticados. Esse preços que são praticados, a SPTrans faz pesquisas de mercado. Alguns preços são mais fáceis de saber, no caso do preço do Diesel, por exemplo, porque tem aí os preços de fornecimento dos grandes consumidores da Petrobrás, portanto é um preço mais conhecido. Outros nem tanto. Por exemplo, o pneu deve ter uma discrepância bastante grande, porque é um item que tem no mercado com várias marcas, tem um mercado formal, paralelo, enfim, existem diversos critérios e a pesquisa que é feita periodicamente ela



Folha 165 do proc. 2008-00000000-00
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:160 data:16-03-06 taq. rev.: evento: 062-SE
Orador(es):p.acr, dalton

compulsa esses resultados e dá um tratamento estatístico a ele. E esse é o valor que é utilizado. Não saberia falar especificamente sobre o preço do pneu. Mas o critério, quero insistir em relação ao pneu, em relação a peças, ao mercado de uma maneira em geral, ele é feito com relação a pesquisa de mercado periodicamente atualizado.

E a questão da diferença de velocidade que há, quem é do sistema hoje, em relação ao sistema existente anteriormente, efetivamente ele existe, particularmente naqueles casos onde o corredor não foi implantado. Onde do corredor foi implantado isso tem acontecido. A velocidade é alta, variável de corredor para corredor, 18, 20, às 23km por hora e onde não está, essa média está mais baixa, 15,16km por hora. Mas quero insistir que essa diferença de velocidade é um dos itens utilizados nos ajustes que são considerados dos preços a partir da origem daquilo que foi calculado. Então eu diria que essa diferença de velocidade é considerada quando se faz os ajustes, a revisão dos valores.

A questão do bi articulado, efetivamente houve a requisição da frota, não foi exatamente intervenção, requisição da frota, isso foi lá por novembro, me parece, e o procedimento que teve - a questão dos bi articulados, é uma questão interessante - são veículos grandes, caros, que consomem mais, portanto eles têm um preço que depende muito da utilização. Um veículo bi articulado se ele for utilizado numa linha que tem pouca demanda, o custo unitário é alto e o procedimento que adotamos foi de concentrar esses veículos nos corredores ou nas



Folha° 166
n° 3
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:161 data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

taq. rev.: evento: 062-SE

linhas carregadas, que é a vocação natural dele, e com isso, passaram a ter uma utilização mais eficiente, portanto, com custos unitários inferiores. O número exato não sou capaz de dar de pronto.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Com a palavra, o nobre Vereador Aurélio Miguel, pela liderança do PL.

O SR. AURÉLIO MIGUEL (PL) - Como líder do PL, gostaria de confirmar aqui, que a imprensa acaba de informar que a alegação do nobre Vereador Antonio Carlos Rodrigues a respeito de um contrato, é verídico. Acabou de confirmar agora. Então gostaria apenas de passar ao Sr. Secretário, como o Vereador disse: quem nem tudo que é legal é moral.

Gostaria de fazer algumas perguntas, me preparei, mas infelizmente não vou conseguir fazer todas. O Sr. Secretário mostrou essa caixa d'água aqui - orador exhibe papel - Eu digo o seguinte: que essa caixa d'água chega no vermelho por causa da sobreposição de linhas, não tenho dúvida disso, e da falta de fiscalização.

Seria a mesma coisa...ane

Seria a mesma coisa que eu e minha mulher irmos para o Rio de Janeiro cada um com um carro: pagaríamos duas vezes a conta. Mas, como somos nós que pagamos a conta, vamos num carro só.



Folha 3 de 3
do proc. 2006
Eva Pedroski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:162
data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

taq.

rev.:

evento: 062-SE

No caso específico do transporte, não. Quem paga a conta é a população. Porque há essa superposição. Nesse sentido é que quero falar.

Escutei Vereadores falando a respeito de empresários que operam o sistema de microônibus e vans. Eu sou a favor de todos. Ninguém vai querer operar para tomar prejuízo. Meu pai sempre dizia: "Cuidado, meu filho. Lucro aparente, prejuízo invisível". Ninguém vai operar para trabalhar no negativo. Todo mundo vai buscar lucro. Não é o caso de o Governo do PSDB querer estatizar, porque o que fez o Governo do PSDB foi privatizar. O Fernando Henrique fez isso, o Governo Mario Covas e o Governo Alckmin. Então, esse Governo não vai estatizar o sistema de transporte na cidade de São Paulo.

Eu sou a favor, na verdade, de todos e principalmente, a população. É a população que está pagando por esse problema.

Quero mostrar um e-mail que uma munícipe me enviou. Ela diz o seguinte: "Em algumas linhas de ônibus, impera a confusão total. Nos dois pontos finais existentes na estação Carandiru do Metrô, por exemplo, esta é a situação: no ponto de embarque da Linha 1728, Jardim Brasil-Carandiru, entre um carro oficial da linha e outro, lotações fazem concorrência ao Ônibus da linha. Além disso, a empresa concessionária ora brinda os passageiros com ônibus espaçosos, ora os penaliza com microônibus, não dimensionados para levar passageiros em pé, mas que circulam lotados. Isso principalmente nos horários de pico. A questão das lotações se repete na Linha 1721, Vila Ede-



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

Folhaº 168 de proc.
nº 2 de 2006
Sya Pécovski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:163 taq. rev.: evento: 062-SE

data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

Carandiru. Sr. Secretário, essa situação é normal? Não há falta de fiscalização?"

Esse é um e-mail que uma munícipe me enviou, sabendo que sou da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica.

Entendo que essa caixa fica no vermelho por conta disso. Não tenho dúvida de que os recursos que se arrecadam pela bilhetagem, mais algum subsídio, dariam muito bem para atender o sistema. Mas como há superposição de linhas, esse problema acaba atrapalhando os dois lados que operam o sistema de transporte na cidade de São Paulo. Então, a Secretaria de Transportes deveria aumentar a fiscalização para que não houvesse esse tipo de problema.

Quero fazer algumas perguntas, Sr. Secretário. Em março de 2005, V.Exa. determinou o fim da fase de transição dos contratos. Todo o cenário previsto no edital já havia sido implantado? V.Exa. não acha que a falta de implantação de todo o cenário previsto no edital de licitação prejudica a operação do serviço? É verdade que os concessionários apresentaram em março, como falei anteriormente, cinco pleitos para reajuste ou reequilíbrio financeiro-econômico dos contratos? Qual foi o resultado desse pedido feito pelos concessionários? Inclusive eles pediram que se abrissem as planilhas e que houvesse uma auditoria nesse sentido. Não é de hoje que ouvimos empresários de cooperativas reclamarem que os pagamentos realizados pela Prefeitura não cobrem seus custos.



Folha nº 3 de 169 do proc. nº 3.169 de 2006
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:164
data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

taq.

rev.:

evento: 062-SE

Diante desse quadro de incertezas, sugiro que seja incluído no objeto do contrato que o senhor está firmando a apuração do custo real dos operadores de ônibus e também das cooperativas. Se V.Exa. concorda, inclusive que se abram as planilhas para ver realmente a situação.

Outro aspecto que coloco: a legislação das cooperativas é uma. A legislação das concessionárias é outra. Sou oriundo de família de empresários e sei o custo de uma empresa, dos seus trabalhadores. É diferente da legislação dos permissionários. Tem de ser avaliado tudo isso. Houve um aumento do sistema estrutural e do sistema local. Houve até a diferença de 66%. Houve anuência dos locais, houve anuência dos permissionários nessa mudança de tarifa que o senhor fez? Porque aqui, no artigo 58, diz: "modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado. As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado". Então, houve anuência dos permissionários e dos concessionários?

Essas são as perguntas que faço, pois meu tempo já está se esgotando. Se possível, farei mais.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Obrigado, nobre Vereador Aurélio Miguel. Tem a palavra o Sr. Secretário Frederico Bussinger.



Folha nº 3 de 3
nº 3
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:165
data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

taq.

rev.:

evento: 062-SE

O SR. SECRETÁRIO - O nobre Vereador fala da questão do vermelho do sistema. Eu diria que, em grande medida, a sobreposição de linhas tem enorme responsabilidade em relação a isso. Eu apenas faço uma ressalva naquilo que o Vereador afirmou. É que, resolvida essa questão, o sistema se equilibra. Quero crer que não é suficiente. Mas, em boa parte, será resolvido em relação a isso.

Eu trouxe, área por área, exemplos práticos dessa superposição. E ela é bastante ampla. Eu diria que mais de 50% das linhas na Cidade têm mais do que 30% de superposição. Há linhas que têm 80, 90% de superposição, ou seja, são linhas praticamente iguais. E isso é um tema que vem sendo tratado há muito tempo.

Antes de seguir e falar dos aspectos técnicos, quero mencionar que isso é algo que foi legado da Administração anterior, ou seja, isso é uma realidade. Essa rede, essa organização do serviço já estava aí, dessa maneira, quando nós assumimos. Os contratos que foram assinados em julho de 2003 não fizeram alterações significativas nessas linhas.

Então, a superposição é matéria pré-existente... (Marcelo)

Então a superposição é matéria pré-existente e explica boa parte dessa ineficiência pela ociosidade.

Mas eu quero trazer aqui um fato novo sobre essa matéria, porque quando se fala de superposição imagina-se automaticamente a superposição entre as linhas da concessão e as linhas da permissão,



Folha nº 31 do processo nº 3 de 2006
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:166 data:16-03-06 taq. rev.: evento: 062-SE
Orador(es):p.acr, dalton

entre as empresas e as cooperativas e isso existe efetivamente em grande medida, mas o fato novo e importante que quero trazer aqui é de que esta superposição existe também em linha da concessão, ou seja, existem linhas de concessão que se superpõem a linhas de concessão na mesma área. E por que acontece isso? Porque a forma de contratação que foi adotada, os consórcios, previa a operação de empresas diversas de forma consorciada e na prática esse consórcio nem sempre funciona. Então existem muitos casos de empresas que operam sobre linhas de outras empresas do mesmo consórcio. Então eu diria que essa superposição existe entre as linhas da concessão e da permissão, mas, também, existe da concessão sobre a concessão.

Era de se esperar que no caso da concessão, na medida que isso é um consórcio, isso fosse matéria resolvida, o que não o é. Quero lembrar que o contrato que é assinado faculta às empresas, aos concessionários a apresentarem propostas de modificação, de aperfeiçoamento das linhas, coisa que não acontece. Eu tenho uma lista aqui grande das propostas que são trazidas e foram trazidas pelos concessionários e eu diria que apesar do enorme volume delas ao longo de 2005, essas propostas normalmente tratam do deslocamento do ponto daqui para lá, de lá para cá, ou medidas pontuais, não há propostas concretas de racionalização e de eliminação dessas superposições, nem mesmo da concessão sobre a concessão, nem mesmo de empresas do mesmo consórcio. Portanto, isso que era possível ser feito, é possível



Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

Folha° 3 de 3 do proc.
n° 3 n° de 20 de
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:167
data:16-03-06

taq.

rev.:

evento: 062-SE

Orador(es):p.acr, dalton

dentro do contrato, não acontece. Então a superposição é uma realidade e ela é ampla no sistema.

Agora, é preciso também saber que a solução desse problema da superposição não se resolver exclusivamente com planos. Planos são necessários, planos nós temos, planos nós apresentamos aos concessionários, aos permissionários no ano passado, inclusive temos isso plotado, desenhado sobre as plantas georeferenciadas e essa matéria não encontrou um retorno suficiente ou amplo em todas as áreas, em algumas até avançou um pouco mais, mas eu diria que de maneira geral o avanço foi pouco sobre essa matéria.

É preciso também negociar com a população, porque, na verdade, quando se faz modificação de linhas no sentido de resolver o problema da superposição normalmente se esbarra no interesse ou na necessidade da população e vem aquela crítica: "Cadê a minha linha?" "Onde foi parar o meu ônibus?" É um problema que sempre trazido. Então esse trabalho de reorganização requer plano, é uma questão técnica, mas, também, uma coisa comercial e isso temos feito, é uma matéria delicada, é uma coisa que precisa ser feita com cuidado, não é possível fazer na cidade simultaneamente, ou seja, esse é um legado que recebemos, estamos enfrentando, isso já aconteceu em vários lugares, já aconteceu no Parque Dom Pedro, já aconteceu no Centro, em torno da Praça da Sé, aconteceu nos terminais da Zona Sul já mencionados aqui, portanto, é um processo que está em andamento, mas ele não pode ser acelerado sob pena de comprometer o serviço para a população.



Folha nº 173 do processo nº 2 de 190,453
Secretaria Municipal de Planejamento

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:168
data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

taq.

rev.:

evento: 062-SE

Quando em março foi feito o re-enquadramento da forma de remuneração, já respondi que foi considerado o reajuste de valores e a revisão adequando a rede e adequando aos serviços existentes, e que teve sim os aditivos assinados com a permissão, e no caso da concessão os aditivos não foram assinados porque em alguns casos esse re-equilíbrio era a menor. É bom que se diga que do ponto de vista legal re-equilíbrio econômico-financeiro é possível, é uma previsão legal, mas ela é uma coisa que vale para os dois lados, ou seja, ela vale num sentido e vale no outro e normalmente o privado sempre entende o re-equilíbrio como uma coisa a maior. Então como nesse caso alguns eram a maior e outros a menor não houve assinatura do aditivo, então os valores foram fixados com base sim e fundamentados, mas foram fixados com base num ato do Executivo, como também é legalmente possível. Eu quero dizer que houve sim um pedido formalizado das empresas no sentido de re-equilíbrio e foi justamente com base nesse pedido que foi feito o estudo e foi definido os valores que estão aí vigentes. Eventualmente algumas empresas imaginavam que todas elas teriam aumento, o que acabou não acontecendo. Então esse foi o motivo pelo qual os aditivos não foram todos assinados.

O SR. AURÉLIO MIGUEL (PL) - (Pela ordem) - Uma dúvida. O período de transição não deveria só ter terminado após a conclusão toda do sistema? Corredores, terminais, a velocidade, que estava em edital, que era de 20 quilômetros na hora de pico. Não era isso?



Folha nº 174 do proc.
nº 2 n.º de 2006
SVE Podolski
Assistência Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:169
data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

taq.

rev.:

evento: 062-SE

O SR. SECRETÁRIO - Se nós lermos o texto precisamente nós vamos ver que existia uma série de pressupostos que foram enunciados para o chamado período de transição. Quero dizer que esse período de transição não estava previsto assim na licitação, no edital, e quando ele foi colocado foi introduzido com vários critérios, inclusive uma mudança da natureza da forma de remuneração, que não estava previsto, não era apenas valores. Uma boa parte dos critérios, dos pressupostos que foram invocados para esse chamado período de transição já haviam sido cumpridos. Isso está declarado...

)L. Carlos(

Isso está declarado na nota, com toda a clareza. E alguns remanesceram. É por isso que foi considerado que estávamos iniciando o fim desse período de transição. Vários pressupostos estavam cumpridos, como, por exemplo, a bilhetagem eletrônica; mas alguns havia pendentes, como no caso dos terminais.

O nobre Vereador fala sobre a questão da diferença de legislação de cooperativas e empresas. Eu diria que não é apenas - isso é uma verdade - a diferença de legislação. Existe uma série de diferenças, do ponto de vista gerencial. A Estrutura de custos é distinta. No caso das cooperativas, elas têm uma estrutura mais leve, tributariamente falando.



Folha nº 178 do projeto nº 3 de 2006
Assistente Parlamentar
RF 100,453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:170

taq.

rev.:

evento: 062-SE

data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

O SR. AURÉLIO MIGUEL (PL) - (Pela ordem) - Mais barata.

O SR. SECRETÁRIO - Mais barata, mais leve, no sentido de mais barata, em relação às empresas - essa é uma verdade.

E existe um outro fato que eu queria trazer a esta Casa, para reflexão - principalmente com a presença de vários operadores e lideranças das permissões -, além dessas diferenças de lei e da estrutura tributária, existe uma diferença que é a seguinte: os autônomos - sejam eles autônomos propriamente dito ou aqueles que são contratados no prestação do serviço -, eles recebem pelo passageiro transportado. Ou seja, transportou, recebe; não transportou, não recebe. Ou seja, eles têm um incentivo pela forma natural como são remunerados. Ou seja, isso é um incentivo, no sentido de eles correrem atrás do passageiro, no sentido de atendê-los, algo que é muito diferente no caso das empresas, ou seja, as empresas têm uma remuneração normalmente fixa, e isso é uma diferença muito grande. Além disso, as empresas têm o sindicato dos trabalhadores, que contracenam com ela.

Portanto, temos diferenças profundas entre as cooperativas e as empresas. E, quando colocadas sobre um sistema que tem tanta superposição, acaba gerando uma vantagem competitiva no caso da permissão.



**Câmara Municipal de
São Paulo
TAQUIGRAFIA**

Folha° 178
n° 3 de 2006
Assistente Parlamentar
RF 100,453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:171 data:16-03-06 taq. rev.: evento: 062-SE
Orador(es):p.acr, dalton

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Conclua, por favor, Sr. Secretário.

O SR. SECRETÁRIO - Então, quando se diz que, entre aspas, "Nós demos mais dinheiro para a permissão", isso é uma conclusão apressada. O que há de verdade nisso é que a permissão ampliou mais do que proporcionalmente os seus passageiros transportados. Como a remuneração é por passageiro transportado, sempre considerando o fator de integração, mas mesmo com ele, evidentemente o crescimento da remuneração da permissão em 2005 foi superior ao das empresas, mas não que se quisesse dar dinheiro aos permissionários, e não que se quisesse distorcer os critérios.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Obrigado, Sr. Secretário.

O próximo inscrito é o Sr. Líder do PFL que cede a palavra para o nobre Vereador Juscelino Gadelha.

O SR. JUSCELINO GADELHA (PSDB) - (Sem revisão do orador) - Boa tarde, meus amigos.

- Manifestação anti-regimental do Sr. Wadih Mutran.



Folha° 127 do proc.
nº 3 n. 2006
Eva Podorski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:172 taq. rev.: evento: 062-SE
data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Por favor, Sr. Vereador Wadih Mutran. Vou repetir: o Sr. Líder do PFL cedeu o tempo para o nobre Vereador Juscelino Gadelha.

O SR. JUSCELINO GADELHA (PSDB) - Meu tempo, lá, por favor.

O SR. JUSCELINO GADELHA (PSDB) - Queria agradecer ao Sr. Líder do PFL, nobre Vereador Domingos Dissei, por ter cedido o tempo do PFL, para conversarmos um pouquinho com o Sr. Secretário.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - O PFL têm de se entender aí.

O SR. JUSCELINO GADELHA (PSDB) - Queria cumprimentar o Sindicato dos Trabalhadores de Condutores, o Jorginho; também o China, que está representando as cooperativas, junto com os outros companheiros dele.

Sr. Secretário, tempo atrás, coloquei...

O SR. WADIH MUTRAN (PFL) - Sr. Presidente, quero só interromper o orador, por favor, porque...

- Tumultua-se o plenário.



Câmara Municipal de
São Paulo
TAQUIGRAFIA

Folhaº 3138 do livro nº 100
Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:173 data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

taq. rev.: evento: 062-SE

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Não, não é regimental o pedido de V.Exa.

O SR. WADIIH MUTRAN (PFL) - Não é regimental, mas está acontecendo um problema meio sério. Eu sou Vereador, não sou bobo. Então, quero esclarecer algo a V.Exa. e aos demais Srs. Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Por favor.

O SR. WADIIH MUTRAN (PFL) - (Pela ordem) - Quero esclarecer que o tempo do PFL é do Vereador Wadih Mutran. Quando o Sr. Líder do PFL...

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Então, temos um problema. V.Exa. me desculpe. Não, não. Aí, V.Exa. me desculpe, por favor.

O SR. WADIIH MUTRAN (PFL) - (Pela ordem) - Eu perguntei quem é cedeu o tempo do PFL, e V.Exa. deve ter por escrito a autorização.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Nobre Vereador Wadih Mutran, só uma coisinha, deixe-me falar com V.Exa., calmamente. O problema é o seguinte: eu confio na palavra dos Srs. Vereadores. O nobre Vereador Juscelino Gadelha colocou que houve a cessão do tempo



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folhaº 319 do proc. nº 200.453
Assessoria Parlamentar
Eva Passolunghi

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:174 data:16-03-06 taq. rev.: evento: 062-SE
Orador(es):p.acr, dalton

para si. Então, não posso duvidar do Sr. Vereador, e V.Exa. está questionando. Vou consultar o nobre Vereador Domingos Dissei.

O SR. WADIIH MUTRAN (PFL) - (Pela ordem) - Estamos perdendo tempo, e só quero esclarecer um ponto de vista.

O SR. JUSCELINO GADELHA (PSDB) - Sr. Presidente, quero fazer o debate com o Sr. Secretário.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Um momento. Deixa o nobre Vereador Wadih Mutran colocar o problema, que é uma coisa grave.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. WADIIH MUTRAN (PFL) - (Pela ordem) - Eu estou com a palavra.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - Sr. Presidente, cumpra o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Não concedi a palavra para V.Exa.



Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

Folha nº 180 do proc.
nº 2 de 2006
Eva Podolski
Assistente Parlamentar
PPV 1163

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:175
data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

taq.

rev.:

evento: 062-SE

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - Sr. Presidente, então, cumpra o Regimento Interno: desliga o meu microfone e o do nobre Vereador Wadih Mutran. A palavra está com o orador da tribuna. Isso é um desrespeito. O que que é isso?!

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Quero ouvir o nobre Vereador Wadih Mutran, porque S.Exa. questionou eticamente a palavra do orador.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - Está errado, Sr. Presidente. Respeite o Regimento Interno.

O SR. WADIIH MUTRAN (PFL) - Sr. Presidente, S.Exas. ficam atrapalhando, e nós perdemos tempo.

Quero só esclarecer que a Assessoria do PFL, representada pelo Sr. Areias, informou que o Sr. Líder da bancada pediu que este Vereador falasse pelo PFL. Eu nem iria falar pelo PFL.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Conclua, nobre Vereador Wadih Mutran.

O SR. WADIIH MUTRAN (PFL) - (Pela ordem) - Eu iria agradecer, porque eu já encaminhei por escrito ao Sr. Secretário.



Folha nº 2197 do proc. nº 1 de 10
Eva Ponomorski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:177
data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

taq.

rev.:

evento: 062-SE

São Paulo. Até questioneei isso, na Secretaria, porque gostaria que ela própria me confirmasse se, de fato, tais ônibus não circularam na cidade de São Paulo.

Por que estou falando isso, Sr. Secretário? Porque os empresários de ônibus tiram veículos da cidade, não pagam impostos, não pagam salário dos trabalhadores, e nada acontece. Seguindo essa linha de raciocínio, Sr. Secretário, faço duas perguntas. Primeira, por que não residiam os contratos com os empresários? V.Exa. não acredita que isso traria benefício para a população da cidade de São Paulo? Aliás, as próprias cooperativas dizem que assumem o sistema até a nova concorrência. A segunda pergunta é a respeito dos trabalhadores, que estão inteiramente desprotegidos.

A Secretaria Municipal de Transportes é fiscalizadora do contrato; e patrões, empresários não pagam salários, impostos, Fundo de Garantia, nada, e nada acontece com eles. A única arma que os trabalhadores têm é fazerem sua paralisação, de forma organizada, e param apenas os trabalhadores que não tiveram seus salários pagos, não tiveram depositados seus Fundos de Garantia, e também suas cestas-básicas.

Quando os trabalhadores, em sua legítima defesa, param, e fazem greve, na garagem, dizem que fizeram greves combinadas. Quer dizer, o patrão não paga salário, Fundo de Garantia, não paga nada; e o trabalhador fica sofrendo, em sua casa, com sua família. O direito que eles têm é paralisar. Aí há a questão de greve combinada.



Câmara Municipal de
São Paulo
T A Q U I G R A F I A

Folha° 183 do proc.
n° 2 n° 2 de 2006

Eva Padowski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:178 taq. rev.: evento: 062-SE
data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

Sr. Secretário, V.Exa. acredita que o Sindicato dos Trabalhadores está fazendo greve combinada? Essas eram as duas perguntas que faço a V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Tem a palavra o Sr. Secretário.

O SR. SECRETÁRIO - Nosso tempo está se esgotando, temos mais cinco minutos na sessão. Então vou ser breve, para permitir que os demais vereadores também façam perguntas.

Quanto à retirada de ônibus, no período de outubro do ano passado, digo que houve redução da frota. Esclareço que existe uma regra, que não é introduzida agora, de aceitação da variação do atendimento não da frota. Não há previsão contratual, de se ter de colocar uma frota X, no funcionamento. Não é assim. O que existe de obrigação dos concessionários, dos permissionários, por meio das ordens de serviço, é o número de partidas. Isso é que está determinado; e o cumprimento das partidas tem um índice aceitável.

É claro que, dado o número de partidas e a velocidade de circulação, é possível se ter uma frota estimada.

Então, sempre se coloca, na Internet, que é uma frota de referência, ou seja, aquela frota é considerada uma referência, mas



Folha nº 3184 do proc. nº 3184 de 06/06
Sva Podolski
Assistente Parlamentar
RF 100

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:179 data:16-03-06 taq. rev.: evento: 062-SE

Orador(es):p.acr, dalton

não obrigatoriamente precisa ser cumprido aquilo, para cumprir as partidas, o que interessa à população.

Então, houve, sim, naquele período, redução do número de partidas abaixo de 90%, o que não era aceitável, em alguns pontos, mas isso é matéria superada, porque a questão está absolutamente resolvida.

Quero esclarecer ao Vereador quando foi mencionada a questão da rescisão de contrato, quando foi dito que as cooperativas assumem. Entendi essa declaração, no debate político da imprensa, porque, do ponto de vista formal, isso não é possível. Na hipótese da rescisão dos contratos, há necessidade de haver licitação. É o que estamos fazendo na área 4. O contrato que há lá é emergencial, mas a única regra possível é de licitação, seja na concessão, seja na permissão.

Então, a licitação é a regra básica. Na hipótese de haver rescisão de contrato, teríamos de licitar essa forma das cooperativas assumirem. Isso não é factualmente, formalmente possível, do ponto de vista formal. Evidentemente, há toda uma discussão de capital.

Uma questão importante a se saber é: A hipótese de rescisão é possível? Na verdade, Não sendo executado o contrato, é uma cláusula de inexecução do contrato. Isso é uma possibilidade.

A pergunta que faço é do ponto de vista objetivo, do ponto de vista prático. Imaginamos, de um lado, se é possível a substituição, seja de 8.500, seja de 15.000 veículo, de um dia para outro na cidade de São Paulo. Podemos imaginar o contrário, quando, na verdade, o



Câmara Municipal de
São Paulo
T A Q U I G R A F I A

Processo nº 185 de 2006
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:180 taq. rev.: evento: 062-SE

data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

conjunto dos empresários dizem que querem entregar os contratos e rescindir. Isso é verdadeiramente um objetivo.

Na verdade, (Valéria)

Na verdade, o que se quer, certamente no horizonte deles, é seguir na atividade, só que com outro contrato. Então, não nos iludamos, o cenário de uma rescisão contratual, da entrega dos contratos, é o seguinte: 1 - rescindidos os contratos, há que se celebrar contratos emergenciais, porque a licitação não sai rapidamente. Depois, há um processo licitatório e certamente uma licitação desse porte - já existe essa experiência em São Paulo - pode durar meses e anos a fio. Ou seja, o contrato emergencial pode se eternizar. E para duas perguntas esta Casa precisa ter clareza. Eu diria de imediato: a celebração de contrato emergencial seria firmado com quem? Essa é uma questão concreta. Não há no Brasil uma frota desse tamanho capaz de ser mobilizada rapidamente. Então, os contratos emergenciais, na sua maioria, se dariam com os que estão aí colocados. 2 - A celebrar esses contratos emergenciais, aberta a licitação, nós imaginamos que esse processo seja rápido? Então, o cenário que temos hoje colocado com toda a clareza é o seguinte: os contratos existentes versus os contratos emergenciais eternizados - essa é a realidade que está aí colocada. A opção que temos feito é corrigir esses desvios, essas não-conformidades em relação ao sistema existente. E eu quero repetir, o aspecto contratual é um dos aspectos, é o aspecto jurídico-



Folha nº 3 de 3 de 2006
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:181 data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

administrativo, mas nós também precisamos resolver os aspectos operacionais, sobejamente colocados, como frota, cumprimento, ponto, integração e tudo o mais. 3 - A questão financeira, também sobejamente discutida.

Portanto, o projeto de solução dessa situação crônica, grave, que temos em São Paulo, passa por um projeto que envolve a dimensão jurídica, a dimensão econômica, a dimensão técnico-operacional.

Não nos iludamos, a questão formal não resolve todos os problemas simultaneamente. Então, é dentro desse projeto que estamos trabalhando.

Havia esquecido uma pergunta anterior. Foi perguntado - o Vereador Giannazi, se não me falha a memória - o que estamos fazendo quando acontecem esses problemas de paralisação, greve, etc. Quero dizer que a Prefeitura entrou com um pedido na Justiça, uma cautelar, se não me falha a memória, e obteve uma liminar quando da ameaça da última paralisação. Então, do ponto de vista de garantia dos serviços à população, a Prefeitura agiu por meio de uma cautelar, se não me engano no termo técnico, obteve liminar e isso foi trazido aos empresários na véspera do último episódio. Portanto, a Prefeitura está agindo nisso.

Obrigado. Espero que tenha respondido ao Vereador.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Obrigado, Sr. Secretário. Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio Miguel. O tempo já



Câmara Municipal de
São Paulo
T A Q U I G R A F I A

Folha° 187 de 200
n° 3
Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:182 data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

taq.

rev.:

evento: 062-SE

se encerrou, mas, em função de um acordo que fizemos aqui, o Vereador Aurélio Miguel vai fazer uma pergunta e o Secretário vai respondê-la e depois daremos a palavra ao Líder do Governo, Vereador Gilson Barreto e o Secretário fará suas considerações finais.

O SR. AURÉLIO MIGUEL (PL) - Como disse um Vereador hoje aqui o sistema parou da meia-noite às 6h da manhã, o que foi um transtorno para a cidade de São Paulo. O que observamos nos jornais é que eles passam por dificuldades. O senhor não teme que eles entreguem o serviço e vocês tenham de fazer intervenção? Qual seria a solução da Prefeitura quanto a isso? Estou falando como Vereador preocupado com a população paulistana. Depois tenho mais algumas questões. Por que em janeiro e em fevereiro do ano passado, Sr. Secretário, houve prêmio de 6,5 milhões por mês, portanto, 13 milhões para os permissionários e uma diminuição de 11 milhões para os concessionários, sabendo que nesta época do ano - se não me engano está em contrato - há uma diminuição da frota de 8%? Por que esse tratamento diferenciado? É uma curiosidade que tenho como Vereador.

O SR. SECRETÁRIO - Não houve prêmio, não se trata de prêmio...

O SR. AURÉLIO MIGUEL (PL) - Foi quando eles manifestaram que entrariam em greve e ali não foi criminosa - não saiu nos jornais como



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha° 188 do proc.
n° 2 n. 1 de 2006
Eva P. G. P. S. K.
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:183

data:16-03-06

taq.

rev.:

evento: 062-SE

Orador(es):p.acr, dalton

criminosa e aí houve o prêmio de 6,5 milhões em janeiro e em fevereiro. Eu me recordo bem dessa época.

O SR. SECRETÁRIO - Eu acho que aí há uma interpretação. Eu já havia mencionado os critérios de remuneração e quero lembrar que em janeiro e fevereiro ainda vigia o sistema das "pizzas", que só foi modificado a partir de 5 de março. Então, o que aconteceu não foi nenhum prêmio, nenhuma cortesia, o que houve foi o restabelecimento dessa complementação a título das gratuidades, que havia sido interrompido pela Gestão anterior em novembro e dezembro. Não foi nenhuma cortesia. Uma vez recomposto o sistema de remuneração em 5 de março, quero insistir, essa discrepância entre fontes diversas deixaram de existir, na medida em que o valor passou a ser uno por passageiro transportado. Uno no sentido de único por área e subsistema porque ele é diferente para cada um como dizia o edital e a minuta de contrato que havia sido apresentado.

A questão da entrega dos contratos...(regina)

A questão mencionada sobre a entrega dos contratos, eu já respondi uma parte anteriormente, quero dizer que a tal da rescisão amigável mencionada, não há nada de amigável. A própria rescisão é um compromisso assinado bilateralmente. Porque com todas as diferenças e alterações de mérito que possam ter, na prática, o que existe é o compromisso entre concessionários, permissionários e Poder Público sobre um serviço público essencial. Portanto, o cumprimento do



Câmara Municipal de
São Paulo
T A Q U I G R A F I A

Folha nº 3
Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:184 data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

taq.

rev.:

evento: 062-SE

contrato é obrigação dos concessionários e permissionários. Foi isso que eu disse na Imprensa. E pela Administração a resposta foi dada de que não há rescisão, mas sim a discussão para o seu cumprimento.

O que temos discutido é que há tantas diferenças e não-conformidades em relação ao contrato que estamos discutindo planos para o ajuste progressivo desse contrato. É isso que está em discussão neste momento.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - O próximo a falar é o nobre Vereador Gilson Barreto.

O SR. AURÉLIO MIGUEL (PL) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, faz parte do que o Sr. Secretário estava dizendo, eu vou finalizar a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Não posso abrir precedente, nobre Vereador.

O SR. AURÉLIO MIGUEL (PL) - (Pela ordem) - Presidente, sou da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica da Casa, estudei todo esse assunto. O nobre Vereador Milton Leite também falou a mais.

Só estou querendo colocar que o nobre Secretário no final da transição mudou a tarifa. Pagou em março e abril uma tarifa, e em maio



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha°	3190	do proc.
n°	3	n° de 2006
Eva Pousada Assistente Parlamentar RF 100.453		

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:185 data:16-03-06 taq. rev.: evento: 062-SE
Orador(es):p.acr, dalton

aplicou o contrato original, o da licitação, com percentual de aumento. Quero saber qual o critério adotado.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - V.Exa. concluiu as perguntas? (Pausa) Muito bem, o Sr. Secretário vai responder.

O SR. SECRETÁRIO - O Secretário não mudou, não muda a tarifa. Em primeiro lugar, esclareço que tarifa é o que a população paga. O que os operadores, os concessionários e permissionários recebem são remunerações. Então, na verdade, a pergunta se dá quanto ao valor da remuneração paga a uns e a outros.

O que houve é que nos meses de abril e maio, no aditivo celebrado, havia mensalmente valores diferentes. E por que os valores eram diferentes? Porque a previsão da demanda era diferente. E quando aplicado o conceito de ajuste, depois de expresso no fator de integração, havia pequenas diferenças. Qual então o critério? Em março, abril e maio - que é o aditivo ao qual se referiu - na verdade, foi feito reajuste, ou seja, aplicação da cesta de índices entre o valor original licitado e o valor do período. Foi feito depois o ajuste, a compatibilização com a rede, com os serviços então existentes. Isso tudo foi baseado em memorial de cálculo, em planilha. Esse foi o critério adotado.

Depois a aplicação desses valores nos meses de março, abril e maio foi ponderado em relação à estimativa da demanda que alterava



Câmara Municipal de
São Paulo
T A Q U I G R A F I A

Folha°	191	de	1906
n°	3	n°	2006
Eva Podolski Assistente Parlamentar RF 100.453			

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:186 taq. rev.: evento: 062-SE

data:16-03-06

Orador(es):p.acr, dalton

mês, a mês. Então, há um critério técnico e documentado em relação a isso. Portanto, não foi uma coisa que o Secretário fez.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Arselino Tatto.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, indago de V.Exa. quantos oradores temos inscritos.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Temos mais um orador inscrito dentro do acordo, o nobre Vereador Gilson Barreto; e mais sete Vereadores. Assim que o nobre Vereador Gilson Barreto terminar sua intervenção, vou propor a suspensão dos trabalhos por um minuto para que os Srs. Líderes conversem sobre a possibilidade da continuidade das falas, já que o tempo está esgotado.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Arselino Tatto.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, o nobre Vereador Senival Moura, da minha bancada, inscreveu-se para falar no início dos trabalhos. Então, antes do pronunciamento do Líder do Governo, requeiro a suspensão dos trabalhos neste momento, para que se houver possibilidade de acordo, que o façamos antes. Quero garantir a palavra do meu liderado.



Câmara Municipal de
São Paulo
T A Q U I G R A F I A

Folha° 192 do proc.
nº 317 de
Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF 100,453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:187 data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

taq.

rev.:

evento: 062-SE

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Concedido. Está suspenso, por um minuto, os trabalhos, para conversarem.

- Suspensos os trabalhos.

- Vários pedidos da palavra "pela ordem".

O SR. MARCOS ZERBINI (PSDB) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, o acordo foi outro!

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Suspendi para os senhores conversarem.

O SR. SECRETÁRIO - O Secretário poderia falar esse tema? Porque há uma conversa para saber se é possível...

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - Pela ordem, Presidente! Se o Secretário quiser falar sobre o tema que dispute as eleições, ganhe e vire Vereador! Aqui quem manda é Vereador! E V.Exa. já suspendeu os trabalhos.

- Palmas na galeria.

- Vários pedidos da palavra "pela ordem".



Câmara Municipal de
São Paulo
T A Q U I G R A F I A

Folhaº 193
Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF 100,453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:188

data:16-03-06

taq.

rev.:

evento: 062-SE

Orador(es):p.acr, dalton

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Senhores, os trabalhos estão suspensos. Conversem e cheguem a um acordo.

- Manifestação na galeria.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a Presidência do Sr. José Américo.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Retomada a sessão, consulto os Srs. Líderes se há acordo. (Pausa) Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Gilson Barreto.

O SR. GILSON BARRETO (PSDB) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, Srs. Vereadores, antes de iniciar minha fala requeiro as notas taquigráficas da presente sessão em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Deferido o pedido, mas deverá demorar porque a sessão foi longa.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - Pela ordem, pela ordem. V.Exa. tem de olhar ao lado porque tem um botão que abre o microfone. Por favor, Presidente!



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha° 194 do proc.
n. 108-2006
Eva Poggolski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:189 data:16-03-06 taq. rev.: evento: 062-SE
Orador(es):p.acr, dalton

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - A palavra está com o nobre Vereador Gilson Barreto.

- Manifestação anti-regimental.

O SR. GILSON BARRETO (PSDB) - Sr. Presidente, houve acordo para terminarmos a sessão às 18h30min, e eu falaria como Líder do Governo. Posteriormente, houve a retomada e a abertura da palavra para outro partido, e o nobre Vereador Aurélio Miguel falou em nome, salvo engano, do PP. E V.Exa. anunciou, posteriormente, que eu falaria.

Mas se a questão é usar a palavra, se outro nobre Vereador for falar, encerramos a sessão. Tudo bem, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Arselino Tatto.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, o acordo foi firmado até às 18h30min. Mas como não houve a possibilidade de encerrar os trabalhos nesse horário, e abriu-se possibilidade para o Líder do Governo falar, nada mais justo que alguém da Oposição também o faça, no caso o nobre Vereador Senival Moura. Como não há esse entendimento... (Vianna)



Câmara Municipal de São Paulo TAQUIGRAFIA

Folha°	195	do proc.
n°	3	n° de 2006
Eva P. G. Olski		
Assistente Parlamentar		
RF 100.453		

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:190

data:16-03-06

taq.

rev.:

evento: 062-SE

Orador(es):p.acr, dalton

Como não há esse entendimento, requiero uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - É regimental o requerimento de V.Exa. Está concedido o pedido de verificação.

O SR. DALTON SILVANO (PSDB) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Não tem pela ordem, nós vamos fazer verificação de presença.

O SR. DALTON SILVANO (PSDB) - É sobre o regime de votação.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Não, é verificação de presença.

O SR. DALTON SILVANO (PSDB) - Ah, não cabe? Não é regimental?



Câmara Municipal de
São Paulo
T A Q U I G R A F I A

Folhaº 196 do p.º 2
nº 2 de 2006
Eva Popolski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:191 data:16-03-06 taq. rev.: evento: 062-SE
Orador(es):p.acr, dalton

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Nós vamos fazer verificação de presença.

O SR. DALTON SILVANO (PSDB) - É regimental! É sobre a votação!

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Quero fazer um esclarecimento. Houve um acordo... Vereador Arselino Tatto, o que é claro é claro. Está aqui. Houve um acordo para que se concluíssem as falas dos líderes e das sessões. Depois disso nós colocamos para as lideranças discutirem, para ver se havia possibilidade ou não. Então, eu vou colocar em votação...

O SR. DALTON SILVANO (PSDB) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - ...verificação de presença do Vereador Arselino Tatto.

O SR. DALTON SILVANO (PSDB) - Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Não tem pela ordem.

O SR. DALTON SILVANO (PSDB) - É sobre votação.



Folha nº 192
3
Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:192 data:16-03-06 taq. rev.: evento: 062-SE
Orador(es):p.acr, dalton

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Verificação de presença. Peço aos Srs. Vereadores que registrem presença.

O SR. PAULO FRANGE (PTB) - Pela ordem, Sr. Presidente José Américo.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Nós estamos...

O SR. PAULO FRANGE (PTB) - É sobre o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - É sobre o processo de votação? Fale.

O SR. PAULO FRANGE (PTB) - (Pela ordem) - Isso. Sr. Presidente, mesmo que seja encerrada, havia no acordo a situação de que aqueles que não tivessem oportunidade de fazer as questões pudessem fazê-las por escrito, e o Vereador Adilson Amadeu também tem, então nós vamos cumprir o acordo, conforme foi dito.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - O Vereador Senival tem por escrito, vai passar para mim, o Vereador Adilson Amadeu também.



**Câmara Municipal de
São Paulo
TAQUIGRAFIA**

Folha°	198	do Rec.
n°	2	de 2006
Assistente Parlamentar RF 100.453		

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:193 data:16-03-06 taq. rev.: evento: 062-SE
Orador(es):p.acr, dalton

O SR. AURÉLIO MIGUEL (PL) - (Pela ordem) - Pela ordem, Sr. Presidente. Não é sobre a votação. O Vereador Gilson Barreto pediu as notas taquigráficas com urgência, não foi deferido por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Já foi deferido.

O SR. AURÉLIO MIGUEL (PL) - (Pela ordem) - Muito obrigado.

O SR. GILSON BARRETO (PSDB) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, o terminal não está funcionando. Quero registrar minha presença.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Registrada a presença do Vereador Gilson Barreto.

- Manifestações na galeria.

- Feita a chamada, sob a Presidência do Sr. José Américo, constata-se a presença dos Srs.:



**Câmara Municipal de
São Paulo
TAQUIGRAFIA**

Folha° 149 do proc.
n° 2 de 2006
Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:194
data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

taq.

rev.:

evento: 062-SE

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Registraram presença 13

Srs. Vereadores. Não há quórum para o prosseguimento da sessão. Vamos para o encerramento dos trabalhos.

Pela ordem, Vereador Senival.

- Intervenções simultâneas ininteligíveis.

O SR. SENIVAL PREIRA DE MOURA (PT) - (Pela ordem) - Um comunicado...

- Intervenções simultâneas ininteligíveis.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Encerrou. Não tem quórum, não tem quórum.

Estão encaminhando perguntas por escrito, que vou passar ao Sr. Secretário, o Vereador Senival e o Vereador Adilson Amadeu. Não há quórum, Vereador. Entenda, não há quórum. Queria só colocar o seguinte: nós...

O SR. JOÃO ANTÔNIO (PT) - Sr. Presidente, eu tenho absoluta convicção de que V.Exa. conduziu esta sessão de forma brilhante. Mas queria pedir...

- Intervenções simultâneas ininteligíveis.



**Câmara Municipal de
São Paulo
TAQUIGRAFIA**

Folha° 250 do proc.
n° 3
Sva Podolski
Assistente Parlamentar
RF 100,453

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:195
data:16-03-06
Orador(es):p.acr, dalton

taq.

rev.:

evento: 062-SE

O SR. JOÃO ANTÔNIO (PT) - Sr. Presidente, eu queria só que V.Exa. fizesse uma deferência ao Vereador Senival.

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Vocês não podem colocar para mim uma coisa que tecnicamente é impossível. A sessão está encerrada, Vereador João Antônio. V.Exa. conhece muito aqui.

Antes de encerrar, convoco os Srs. Vereadores para a próxima sessão ordinária e para mais quatro sessões extraordinárias, com início após a ordinária, todas com a Ordem do Dia a ser publicada.

Reitero que estou encaminhando para o Secretário Frederico Bussinger as perguntas, por escrito, dos Vereadores Adilson Amadeu, Senival Pereira e agora da Vereadora Claudete Alves.

O Vereador Aurélio Miguel está pedindo que eu defira a solicitação das notas taquigráficas desta sessão. Está deferido, está concedido.

O SR. ADILSON AMADEU (PTB) - Pela ordem, Presidente! Pela ordem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (José Américo - PT) - Está encerrada a presente sessão. Gostaria de agradecer ao Secretário Frederico Bussinger pela presença, nesta tarde, respondendo às perguntas dos Srs. Vereadores.



Câmara Municipal de
São Paulo
TAQUIGRAFIA

Folha°	20	do proc.
n°	3	n° de 2006
Eva Poudiski Assistente Parlamentar RF 100.453		

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:01 fl.:196 data:16-03-06 taq. rev.: evento: 062-SE
Orador(es):p.acr, dalton

Está encerrada a sessão. Muito obrigado.

SEMPRE EM NOSSO TRABALHO



Câmara Municipal de São Paulo

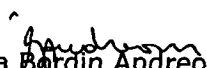
Papel para informação, rubricado como folha nº 202
do processo n.º 06-3/06 01, 03 20 06 (a) f

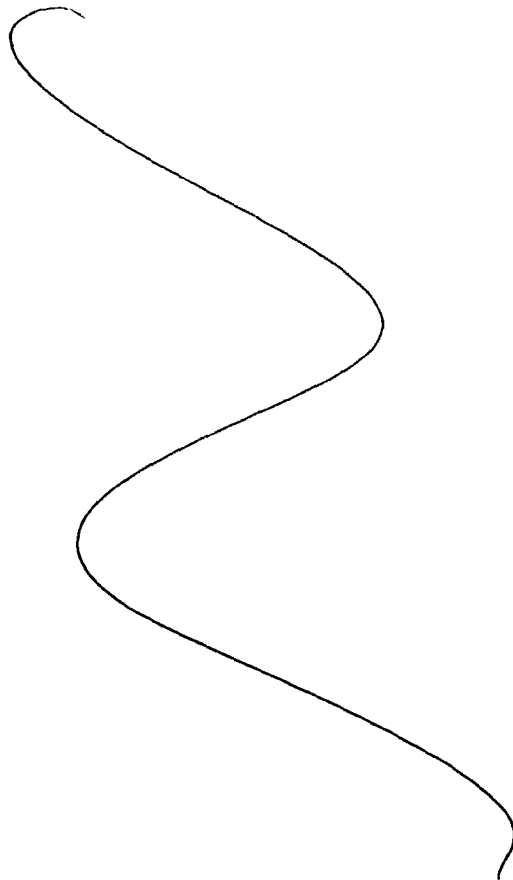
Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

À SGP - 33 - Sra. Supervisora,

Transcorrido o evento requerido e deferido à fl.01, encaminho os presentes autos para arquivamento.

21/03/2006


Ângela Bordin Andreoni
Subsecretária de Apoio Legislativo
SGP 2



Segue(m) Juntado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob
nº e folha de informação
sob nº 203 21.03.106.

grito



Câmara Municipal de São Paulo

Papel para informação, rubricado como folha n° 203
do processo **06-3** de **2006** 21/03/2006

Aparecido
Aparecido Ferreira
RF 101075

**SUBSECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO
SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL**

Proc. encerrado com 203 fls.
Arquivado em **21/03/2006**
O Funcionário

Aparecido
Aparecido Ferreira
RF 101075